

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria Executiva

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO
PLURIANUAL 2008-2011
EXERCÍCIO 2009 - ANO BASE 2008**

**Missão
Mapa**

*Promover o desenvolvimento sustentável e
a competitividade do agronegócio
em benefício da sociedade brasileira.*

© 2009 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Todos os direitos reservados. Permitida a reprodução desde que citada a fonte.
A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é do autor.

1ª edição. Ano 2009
Tiragem: 300

Elaboração, distribuição, informações:

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização da Gestão
Esplanada dos Ministérios, Bloco D, 4º andar, sala 452
CEP: 70043-900, Brasília - DF
Tel.: (61) 3218-2075
Fax.: (61) 3323-8335
www.agricultura.gov.br
e-mail: cgplan@agricultura.gov.br

Central de Relacionamento: 0800 704 1995
Coordenação Editorial: Assessoria de Comunicação Social

Organização do Conteúdo: Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE, Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA, Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA, Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC, Secretaria de Política Agrícola - SPA, Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio - SRI, Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira - Ceplac e Instituto Nacional de Meteorologia - Inmet

Catálogo na Fonte
Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Relatório de avaliação do plano plurianual 2008-2011, exercício 2009, ano base 2008 /
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria Executiva Subsecretaria de
Planejamento, Orçamento e Administração. – Brasília : Mapa/ACS, 2009.
210 p. : il. color. ; 21 cm.

ISBN 978-85-99851-84-5

1. Administração pública. 2. Plano Plurianual. I. Secretaria Executiva Subsecretaria de
Planejamento, Orçamento e Administração. II. Título.

AGRIS D10
CDU 35

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	5
SUMÁRIO EXECUTIVO - AVALIAÇÃO SETORIAL	7
ANEXO I	31
Indicadores de Desempenho dos Objetivos Setoriais	31
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS	35
Abastecimento Agroalimentar	35
Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário	55
Desenvolvimento da Agroenergia	67
Desenvolvimento da Economia Cafeeira	77
Desenvolvimento do Agronegócio no Comércio Internacional	87
Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau	101
Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	111
Gestão da Política Agropecuária	125
Minimização de Riscos no Agronegócio	137
Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social	147
Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio	159
Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	177
Segurança da Sanidade na Agropecuária	187
Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	199

APRESENTAÇÃO

A contínua melhoria da qualidade das políticas públicas, e sua efetividade junto à sociedade, é um princípio que eleva os desafios para a gestão pública e ressalta a importância da avaliação da ação governamental. Nesse sentido, os resultados apresentados no Relatório de Avaliação do PPA 2008-2011 devem ser debatidos, de modo a permitir o avanço da democracia na interação entre o Estado e a Sociedade.

A fim de cumprir o disposto no art. 19º, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008 e o Decreto nº 6.601 de 10 de outubro de 2008 que trata do modelo de gestão do Plano Plurianual 2008-2011, coube aos órgãos do Governo Federal elaborarem a avaliação dos Objetivos Setoriais e dos Programas sob sua responsabilidade. O produto do trabalho é resultado das atividades realizadas em conjunto com gerentes dos programas e equipes técnicas no âmbito dos órgãos responsáveis por programas de Governo, que são integrantes das Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA), das Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMAs) e das Secretarias-Executivas.

As avaliações versam sobre os resultados provenientes da implementação dos programas de cada órgão e incluem demonstrativos físicos e financeiros dos valores referentes às ações desenvolvidas, tanto no âmbito do próprio órgão responsável quanto em outros Ministérios, no caso dos programas multissetoriais. Esse relatório confere maior transparência em relação aos resultados da aplicação dos recursos públicos federais. Além disso, facilita a compreensão e a prestação de contas à sociedade, gerando assim informações para os debates necessários à promoção da melhoria da qualidade da ação pública e de seus resultados para a sociedade brasileira.

Nos últimos anos, o Brasil vem consolidando sua posição como um dos maiores produtores e fornecedores de alimentos e fibras para o mundo. Sua participação crescente no comércio internacional de produtos do agro-negócio é resultado de uma combinação de fatores como capacidade empreendedora, altos investimentos em pesquisa, infraestrutura, tecnologia e regulação em sanidade e qualidade dos produtos, além da grande extensão territorial agricultável do País e da integração das cadeias produtivas, englobando fornecedores de insumos, produtores, indústrias processadoras, distribuidores e prestadores de serviços.

O agronegócio é um dos mais dinâmicos e inovadores segmentos da economia brasileira, adaptando-se continuamente às novas demandas dos consumidores. Este setor tem sido o grande responsável pela evolução da economia brasileira nos últimos anos, apresentando crescimento do PIB superior ao de outros setores. A alavancagem no segmento da agroenergia, com produção sustentável e de qualidade, conquistou o mercado internacional. O desempenho das safras e da balança comercial supera-se a cada ano e, em 2008 não foi diferente.

Diante deste contexto coube ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa a elaboração e divulgação do presente relatório a partir da avaliação dos programas e ações sob a sua responsabilidade.

SUMÁRIO EXECUTIVO - AVALIAÇÃO SETORIAL

Em 2008, do total previsto para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), foram utilizados R\$ 5.314.449.554,00 para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 7.508.724.576,00	Empenho Liquidado: R\$ 5.314.449.554,00
	Pago Estatais: -
	Total: R\$ 5.314.449.554,00
Previsto não-orçamentário: -	Realizado não-orçamentário: -

Além disso, do total de R\$ 587.093.491,00 inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2007, foram executados R\$ 449.732.614,00, ou seja, 76,60%.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), no período do PPA 2008-2011, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2008		
		Previsto	Realizado *	%
Finalístico	0352 Abastecimento Agroalimentar	5.608.792.528,00	2.267.978.777,00	40,44
	6003 Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário	621.437.819,00	409.977.466,00	65,97
	1409 Desenvolvimento da Agroenergia	581.177.486,00	310.783.297,00	53,47
	0350 Desenvolvimento da Economia Cafeeira	2.553.002.713,00	2.239.263.397,00	87,71
	1437 Desenvolvimento do Agronegócio no Comércio Internacional	4.060.469,00	3.190.796,00	78,58
	0362 Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau	28.547.224,00	17.596.007,00	61,64
	1442 Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	24.656.251,00	18.790.057,00	76,21
	0365 Minimização de Riscos no Agronegócio	220.105.887,00	191.999.548,00	87,23

Continua

	1161 Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social	15.260.598,00	14.710.765,00	96,40
	1156 Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio	269.318.788,00	249.832.825,00	92,76
	0375 Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	18.403.631,00	15.249.947,00	82,86
	0357 Segurança da Sanidade na Agropecuária	254.508.200,00	134.027.753,00	52,66
	0356 Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	71.084.605,00	65.496.860,00	92,14
Total Finalístico		10.270.356.199,00	5.938.897.495,00	74,47
Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	0360 Gestão da Política Agropecuária	50.036.707,00	42.244.267,00	84,43
Total Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais		50.036.707,00	42.244.267,00	84,43
Total Geral		10.320.392.906,00	5.981.141.762,00	75,18

* Valores Executados (liquidado) em 2008. No caso de programas multissetoriais são contemplados recursos provenientes de ações executadas por outros órgãos. Ressalta-se que no "valor total do órgão" são consideradas inclusive as ações implementadas em programas de outros órgãos.

AVALIAÇÃO SETORIAL

Objetivos Setoriais

Na avaliação do alcance dos objetivos setoriais serão utilizados os indicadores de desempenho associados a cada um destes objetivos em uma avaliação quantitativa, que será complementada por informações coletadas nas avaliações dos programas do PPA 2008-2011 (PRINCIPAIS RESULTADOS). É importante ressaltar que os objetivos setoriais são transversais, podendo ser influenciados por um grande número de programas e ações do Ministério. Este relatório contempla todos os programas, de responsabilidade do Mapa que contribuem para o alcance desses objetivos, não sendo possível, porém, abranger a totalidade de ações que têm alguma interface com as mesmas.

A descrição mais detalhada dos indicadores de desempenho associados aos objetivos setoriais é apresentada no Anexo 1 (Gráficos).

Objetivo Setorial: Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética			
Objetivo de Governo Vinculado: Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda			
Indicador(es) do Objetivo Setorial/ Unidade	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
Taxa da Participação da Agroenergia na Matriz Energética Nacional / %	27,40	31/05/2006	29,50

Balço energético Nacional - 2008 - Empresa de pesquisa energética EPE/MME

O indicador de desempenho associado a este objetivo setorial é:

(a) Taxa de Participação da Agroenergia na Matriz Energética Brasileira (Gráfico 02 – ANEXO I) – o indicador avalia os resultados obtidos com as atividades e ações para a ampliação da participação da agroenergia na matriz energética. Os resultados obtidos avaliam as atividades desempenhadas tanto pelo setor público quanto pelo privado.

A taxa de participação da agroenergia na matriz energética brasileira ultrapassou a meta estabelecida para 2007; somente a cana-de-açúcar e as flo-

restas energéticas corresponderam a 27,9%,(Balanço Energético Nacional 2008 – EPE).

Com base na análise da evolução do índice, verifica-se a tendência de aumento da participação da agroenergia na matriz energética, dando continuidade à dinâmica de superação de metas. Isso se deve, em parte, ao crescimento na produção e consumo de etanol e biodiesel, bem como em função dos recentes leilões de reserva da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, onde só participaram as empresas geradoras de energia que utilizam fontes renováveis para a geração de energia. Nesses leilões, as usinas de cana se destacaram, em virtude de o setor já estar preparado para esse fim.

A superação da meta estabelecida para a participação do biodiesel na matriz energética deve-se também às mudanças legais. De acordo com a Lei nº 11.097/05, o biodiesel deveria ter 2% de participação no ano de 2008 e 5% para 2013, com possibilidade de antecipação desta meta para 2010. Entretanto, essa exigência foi elevada a 3% a partir de julho de 2008. Essa alteração legal, somada ao crescimento da demanda interna por diesel, provocou um aumento considerável na produção do biodiesel – de 404 milhões de litros em 2007 para 1,16 bilhões de litros em 2008 (fonte: SPAE/Mapa).

O aumento dos investimentos na produção de cana-de-açúcar e etanol, a popularização dos carros *flex* e o custo vantajoso desse combustível comparativamente aos demais favoreceram o crescimento da agroenergia em relação à matriz energética brasileira. Os números de produção de etanol para 2007 e 2008 foram, respectivamente, 22 e 27 bilhões de litros (fonte: SPAE/Mapa).

Os valores deste indicador de desempenho foram:

Indicador	Valor em 2007	Valor em 2008	Varição em 2008 (%)
Taxa de participação da agroenergia na matriz energética brasileira	31,1%	31,5%	1,29

Objetivo Setorial: Aumentar a produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos.

Objetivo de Governo Vinculado: Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda

Indicador(es) do Objetivo Setorial/ Unidade	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
Índice composto da produção de produtos não-alimentares e não-energéticos/%	23,00	31/12/2006	60,00

O indicador de desempenho associado a este objetivo setorial é:

(a) Índice Composto da Produção de Produtos Não-alimentares e Não-energéticos (Gráfico 01 – ANEXO I) – o acompanhamento da produção dos principais produtos agropecuários (não alimentícios e não energéticos) sinalizará se as ações desenvolvidas para a manutenção de níveis adequados de abastecimento e preço destes produtos atendem ao objetivo estratégico.

O índice de 2008 ainda não foi consolidado porque alguns dados necessários para o seu cálculo somente serão disponibilizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a partir de outubro de 2009.

A meta para 2008 foi estimada em 34%,(Fonte: IBGE) frente a um índice consolidado em 2007 de 29%, indicando a tendência de crescimento na produção dos não-alimentares e não-energéticos, a despeito da crise financeira internacional. Espera-se que, em 2008, tenha ocorrido um incremento na produção de algodão, madeiras e látex. A produção de couro, outro item que compõe esse índice, decresceu no ano de 2008 em relação a 2007.

Os valores deste indicador de desempenho foram:

Indicador	Valor em 2007	Valor em 2008	Varição em 2008 (%)
Índice Composto da Produção de Produtos Não-alimentares e Não-energéticos	29%	N/D	N/D

Fórmula do indicador:

$$A = \text{Média} ((P1 + P2 + Pn)/n)$$

Pi: (volume de produção no ano x / volume de produção no ano x-1) x 100 - 100

n: nº de produtos

Produtos: Borracha, Madeira, Couro, Algodão e Fibras (Linho, Juta, Malva e Rami)

Objetivo Setorial: Garantir a segurança alimentar			
Objetivo de Governo Vinculado: Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda			
Indicador(es) do Objetivo Setorial/ Unidade	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
Índice de Conformidade de Produtos de Origem Vegetal e Animal - ICP / número índice	0,74	31/01/2005	0,85
Volume de Produção Agropecuária per capita / kg	894,00	31/12/2006	949,00

Os indicadores de desempenho associados a este objetivo setorial são:

(a) Volume de Produção Agropecuária Per Capita (Gráfico 03 – ANEXO I) – o indicador explicita a relação entre a produção agropecuária nacional e o abastecimento, sendo baseada na premissa de que quanto maior a produção per capita, maior será o nível de abastecimento no país.

O índice de 2008 ainda não foi consolidado porque alguns dados necessários para o seu cálculo somente serão disponibilizados pelo IBGE a partir de outubro de 2009.

Apesar da falta de informação consolidada de 2008, estima-se que neste ano o volume de produção agropecuária per capita atingirá 1018 Kg, frente a 962 Kg verificado em 2007. Segundo dados preliminares da Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, a produção de grãos continuará

crescendo em uma proporção maior do que o crescimento populacional. Dados preliminares do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos - USDA (*United States Department of Agriculture*) relativos à produção de carnes também reforçam a idéia de incremento nesse índice, prevendo um crescimento proporcional na produção de carnes. Também se espera ter havido um incremento na produção de frutas e hortaliças no ano de 2008 em relação ao ano anterior.

(b) Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal (Gráfico 04 – ANEXO I) – quanto maior a conformidade de alimentos e bebidas inspecionados pelo Mapa, maior será a inocuidade e qualidade dos produtos.

Este índice é composto por dois subíndices com ponderações de 0,4 para a área vegetal e 0,6 para a área animal.

O índice de conformidade dos produtos de origem vegetal (IV) apresentou um valor pouco abaixo do previsto (0,64/0,65), mas com melhoria ao longo do ano, devido à implementação de maior esforço nas ações de fiscalização, além de orientações ao segmento produtivo (Fonte: SDA/Mapa). Pode-se considerar como elementos essenciais que contribuíram para o desempenho apurado na elaboração das diretrizes do Departamento de Inspeção de Produtos Vegetais – DIPOV, e o conseqüente cumprimento das mesmas.

Os dados do indicador de conformidade dos produtos de origem animal (IA) também ficaram abaixo da meta (0,68/0,87). O aumento da ação fiscal do Ministério contribuiu para este resultado, já que essa intensificação na fiscalização expôs mais os produtos não conformes. A perspectiva futura é positiva, considerando-se que o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA) é um sistema novo e encontra-se em processo de evolução.

A variação dos valores destes indicadores de desempenho no ano de 2008 foi a seguinte:

Indicador	Valor em 2007	Valor em 2008	Varição em 2008 (%)
Volume de Produção Agropecuária percapta*	962 kg/percapta	N/D	N/D
Índice de conformidade de produtos de origem animal e vegetal**	0,76	0,73	- 4

Fonte: SDA/Mapa

*Fórmula do indicador:

Volume total (kg) da produção agropecuária / N° total de habitantes no país

Composição do Volume total da produção agropecuária:

- Grãos: Amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, milho, soja (considerando 18% de conversão para óleo) e trigo
- Proteína animal: Carne bovina, carne suína e carne de frango
- Frutas: abacate, banana, cacau, café caqui, castanha de caju, figo, goiaba, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, melancia, melão, pêra, pêssego, tangerina, uva
- Hortaliças: Batata-doce, batata-inglesa, mandioca e tomate

**Fórmula do indicador:

$$IC = 0.6 * IA + 0.4 * IV$$

IC = Índice de conformidade

IA = Índice de conformidade de produtos processados de origem animal (0,7 * (n° relatórios de auditoria conformes/n° total relatórios de auditoria) + 0,3 * (n° de amostras de produtos em conformidade/total de amostras analisadas))

IV = Índice de conformidade de produtos processados de origem vegetal ((0,5* n° de estabelecimentos inspecionados/n° de estabelecimentos registrados) + (0,5* n° de amostras de produtos em conformidade/n° total de amostras analisadas))

Objetivo Setorial: Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio

Objetivo de Governo Vinculado: Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda

Indicador(es) do Objetivo Setorial/ Unidade	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
Varição do PIB do Agronegócio / %	-0,53	31/12/2006	4,00
Varição do Valor da Exportação de Produtos do Agronegócio / %	13,40	31/12/2006	12,00

Os indicadores de desempenho associados a este objetivo setorial são:

a) Variação do PIB do Agronegócio¹ (Gráfico 05 – ANEXO I) – o desenvolvimento do País é alcançado com crescimento econômico e melhoria da qualidade de vida da população. O Produto Interno Bruto brasileiro - PIB do agronegócio é uma medida de crescimento econômico.

O PIB do agronegócio brasileiro decresceu 0,48% no último trimestre de 2008. O decréscimo representa uma inversão na tendência expansionista observada até setembro, que apresentou até então um crescimento de 7,25%. A crise financeira, ao frear a expansão na demanda mundial, afetou principalmente os setores da indústria e distribuição. Esse resultado representa, portanto, uma virada no bom desempenho que o agronegócio vinha apresentando nos anos anteriores. Ainda assim, no acumulado do ano, houve um crescimento de 6,77% (fonte: CNA/CEPEA), alavancado principalmente pelos setores de insumos (alta dos preços dos fertilizantes e rações) e básico.

O ano de 2008 ficou marcado por uma mudança de rumo durante o segundo semestre – principalmente pela queda no mercado de alimentos e de energia em nível global. Deve ser enfatizado, porém, que a derrocada de preços, no segundo semestre, não foi suficiente para que houvesse uma queda significativa do PIB do agronegócio, que ainda ficou acima de 6% em 2008.

Quanto ao segmento dos insumos, a crise financeira, ao frear a expansão na demanda mundial, influenciou também a demanda do agronegócio brasileiro. Esse segmento registrou taxa de -0,27% em novembro. Apesar de ser o segundo recuo consecutivo, indicou menor perda quando comparada à queda de 0,47% de outubro. Considerando o ano de janeiro a novembro, o segmento dos insumos foi o que acumulou o maior crescimento do agronegócio: 16,75%.

¹Agronegócio é entendido como “A soma das atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, da produção agropecuária, do processamento, da transformação e da distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final. No segmento de produção, são contemplados o pequeno, o médio e o grande produtor rural”.

(b) Variação do Valor da Exportação de Produtos do Agronegócio (Gráfico 06 - ANEXO I)

– a contribuição do agronegócio para o aumento das exportações brasileiras representa medida das ações desenvolvidas pelo Mapa na criação e manutenção de novos mercados para produtos brasileiros, contribuindo para o desenvolvimento do País.

As exportações do agronegócio em 2008 totalizaram US\$ 71,806 bilhões, um recorde histórico para o setor (fonte: IBGE). Em relação a 2007, as exportações apresentaram um aumento de US\$ 13,386 bilhões, o que significou uma taxa de crescimento de 22,9%. O incremento deveu-se ao aumento dos preços de 25,9%, uma vez que o volume exportado recuou 2,2% em relação a 2007. Os principais setores responsáveis pela expansão das exportações no período foram: complexo soja (58% - de US\$ 11,381 bilhões em 2007 para US\$ 17,980 bilhões em 2008); carnes (28,8% - passando de US\$ 11,3 bilhões em 2007 para US\$ 14,5 bilhões em 2008); complexo sucroalcooleiro (19,7% - passando de US\$ 6,6 bilhões em 2007 para US\$ 7,9 bilhões em 2008). Ainda em termos de contribuição para o aumento das exportações em 2008, destacaram-se os acréscimos das vendas externas dos seguintes setores: café (22,4% - de US\$ 3,9 bilhões para US\$ 4,7 bilhões); produtos florestais (5,7% - de US\$ 8,8 bilhões para US\$ 9,3 bilhões); fumo e seus produtos (21,6% - de US\$ 2,2 bilhões para US\$ 2,7 bilhões); e lácteos (80% - de US\$ 299 milhões para US\$ 541 milhões).

A variação dos valores destes indicadores de desempenho no ano de 2008 foi a seguinte:

Indicador	Valor em 2007	Valor em 2008	Variação em 2008 (%)
Variação do PIB do Agronegócio*	7,89%	6,77%	- 14
Variação do Valor da Exportação de Produtos do Agronegócio**	18,2 %	22,9 %	26

*Fórmula do indicador:

$(\text{PIB do agronegócio (R\$) no ano } x - \text{PIB do agronegócio (R\$) no ano } x-1) / \text{PIB do agronegócio (R\$) no ano } x-1) * 100$

** Fórmula do indicador:

$(\text{Volume de exportação de produtos do agronegócio (US\$) no período } x - \text{Volume de exportação de produtos do agronegócio (US\$) no período } x-1) / \text{Volume de exportação de produtos do agronegócio (US\$) no período } x-1) * 100$

PRINCIPAIS RESULTADOS

As estratégias do Mapa, constantes do seu Plano Estratégico, estão representadas no PPA 2008-2011 por meio dos Objetivos Setoriais, Programas e Ações.

Os Objetivos Setoriais do Mapa no PPA 2008-2011, que coincidem com os objetivos estratégicos da Perspectiva da Sociedade do Mapa Estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, são:

1) AUMENTAR A PRODUÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NÃO-ALIMENTARES E NÃO-ENERGÉTICOS:

Aumentar a produção de matérias-primas e produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos, visando ampliar o abastecimento, de forma a disponibilizar no mercado quantidades dessas matérias-primas a preços adequados, tanto para consumo *in natura* quanto para a produção de bens processados. São exemplos dessas matérias-primas e produtos: borracha, madeira, fumo, couro, algodão, flores, fibras e celulose.

O objetivo setorial de aumentar a produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos é buscado por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário, bem como várias outras ações do Ministério. Esse programa possibilita a geração de subsídios para a criação de um diagnóstico sobre os gargalos de infraestrutura e modelos de solução dos problemas de armazenagem, transporte, agroindustrialização e de promoção social, com a criação de emprego e renda.

Paralelamente ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário, a Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM ampara vários produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos, contribuindo positivamente para o alcance do objetivo setorial. Várias culturas têxteis e extrativistas são contempladas, podendo-se citar borracha, juta, malva, cera de carnaúba e piaçava (fibra), dentre outras.

Também alinhado ao objetivo setorial, está o Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais – Moderagro, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BN-

DES, que apóia a floricultura, a sericicultura e a chinchilicultura. O Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas – Propflora, outro programa de investimento, pode financiar o plantio de árvores visando o corte de madeiras para a indústria moveleira.

Finalmente, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa também teve papel importante no alcance deste objetivo setorial. Isto se deu por meio de projetos como: sustentabilidade da cultura do sisal através do melhoramento genético; seleção e avaliação de espécies/variedades de flores tropicais em diferentes regiões brasileiras; melhoramento do algodoeiro para as condições de cerrado e semiárido do Brasil e caracterização e avaliação de espécies madeireiras para o Segundo Ciclo de Corte na Amazônia.

Programa Relacionado:

1.1) 6003 - Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Objetivo:

Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infraestrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito socioeconômico para o desenvolvimento do setor agropecuário.

Grau de contribuição dos resultados do programa para o alcance do objetivo setorial: **Dentro do Esperado.**

Justificativa

As ações que possibilitaram a melhoria de infraestrutura, especialmente no que concerne a transporte, portos, ferrovias e rodovias, bem como a criação de modelos sustentáveis de desenvolvimento nos aspectos de fortalecimento da base social, tecnológica e de adoção de Boas Práticas Agropecuárias – BPA, permitem afirmar que há contribuições importantes na ampliação da produção agropecuária pelo programa para o alcance dos resultados previstos no PPA.

A título de exemplo, a ação Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário busca construir um modelo de desenvolvimento por meio da criação de incentivo e fomento à pequena produção agropecuária e a manutenção de estradas vicinais, correção de solos, construção de pequenos abatedouros de animais, aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas e equipamentos de pequeno porte. Além disso, esse modelo é construído por meio da elaboração de estudos e diagnósticos técnicos, implantação, acompanhamento da execução e avaliação de projetos para o desenvolvimento sustentável, visando ao aumento da produção e da produtividade, processamento, garantia da qualidade, armazenamento, comercialização e melhoria na logística de transporte para redução dos gargalos ao escoamento da safra agropecuária.

2) AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DA AGROENERGIA NA MATRIZ ENERGÉTICA:

Garantir o fornecimento regular de matérias-primas para a produção de biocombustíveis. Assegurar que os níveis de processamento sejam adequados ao incremento de sua participação na composição da matriz energética.

O aumento da participação da agroenergia na matriz energética deve-se a dois atores importantes: o setor público e o privado. O público é responsável por criar um mercado consumidor de biocombustíveis, por meio da sua mistura obrigatória na gasolina e no diesel, criação do mercado de eletricidade gerada por meio de biomassa, políticas de armazenamento de biocombustíveis, pesquisa, desenvolvimento, difusão de tecnologia e cooperação internacional para o uso e comércio de biocombustíveis. O setor privado objetiva a expansão na produção, o aumento da produtividade e a ampliação do mercado consumidor de produtos agroenergéticos, tanto nacional como internacional.

Programa Relacionado:

2.1) 1409 – Desenvolvimento da Agroenergia

Objetivo

Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva.

Grau de contribuição dos resultados do programa para o alcance do objetivo setorial: **Acima do Esperado**

Justificativa

O aumento da participação da agroenergia na matriz energética é motivado por uma série de fatores, incluindo a forte atuação do setor privado. Os principais resultados deste programa foram: a) três plantas de biocombustíveis da Petrobrás operacionais – em Candeias/BA, Montes Claros/MG e Quixadá/CE, tendo cada uma capacidade de produção de 56,52 milhões de litros por ano (Fonte: SPAE/Mapa); b) consolidação do levantamento da safra de cana-de-açúcar – três levantamentos realizados pela Conab em 2008 – com melhorias na consistência das informações; c) conclusão do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar (ZOECANA). A Embrapa Solos, em parceria com organizações como a Conab e o IBGE, realizou um estudo em todo o território nacional, buscando a identificação das áreas mais recomendadas para a expansão da cana-de-açúcar, sem restrições ambientais e atualmente sob uso antrópico; d) realização do primeiro curso de capacitação para técnicos de 32 países.

Nota-se que esses resultados obtidos pelo programa contribuíram significativamente para o avanço dessas fontes em nível nacional, com reflexos positivos na geração de emprego e renda e nos benefícios ambientais ao País.

3) GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR:

Garantir a produção de alimentos com qualidade e inocuidade e em quantidade suficiente para gerar preços competitivos, possibilitando o acesso da população. Contribuir para a manutenção da saúde do povo, trazendo melhoria na qualidade de vida.

Este objetivo setorial – garantir a segurança alimentar – vem sendo atingido por meio de iniciativas como o Programa de Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas. Este programa gera resultados como o aumento das fiscalizações e análises de produtos de origem animal e vegetal, buscando a eliminação de resíduos e contaminantes em toda a sua cadeia produtiva, para disponibilizar produtos de boa qualidade no mercado interno e externo.

Programas Relacionados:

3.1) 0357 - Segurança da Sanidade na Agropecuária

Objetivo

Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos.

Grau de contribuição dos resultados do programa para o alcance do objetivo setorial: **Acima do Esperado.**

Justificativa

O programa, ao gerar resultados como o controle de trânsito internacional e interestadual de produtos e insumos agropecuários, a erradicação da praga vegetal *Cydia Pomonella*, o fortalecimento do Sistema de Vigilância Sanitária Animal – Vigiagro e a manutenção da zona livre de febre aftosa contribuiu significativamente na oferta de alimentos seguros e de qualidade para consumo interno e exportação. Tais resultados permitiram atingir uma Área Declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação de 4.944.883 Km², além de 1.561 plantéis avícolas certificados pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola (Pnsa), indo ao encontro do objetivo do programa (Fonte: SDA/Mapa).

3.2) 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Objetivo

Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores.

Grau de contribuição dos resultados do programa para o alcance do objetivo setorial: **Dentro do Esperado.**

Justificativa

Todas as ações do programa foram desenvolvidas visando o objetivo setorial, sendo que elas foram desempenhadas e realizadas conforme o programado. Existem ainda, algumas restrições como a regulamentação dos temas desse programa, bem como a melhoria do sistema informatizado de gestão das atividades relacionadas a ele. Resultados como o aumento das fiscalizações e análises de produtos de origem animal e vegetal, em 3.800 estabelecimentos de produção de alimentos e bebidas, com controle sanitário em 2008, e 250 estabelecimentos com sistema de análise de perigos e pontos críticos de controle, contribuíram para a realização do objetivo setorial (Fonte: SDA/Mapa).

4) IMPULSIONAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PAÍS POR MEIO DO AGRONEGÓCIO:

Participar do desenvolvimento do País, ao fomentar a produção agropecuária, gerar emprego e aumentar a renda, principalmente no meio rural, trazendo estabilidade aos agentes do agronegócio. Contribuir para a interiorização do desenvolvimento, o incremento da arrecadação de impostos e a geração de excedentes exportáveis que impactam positivamente a balança comercial brasileira.

Este objetivo setorial, por ser mais complexo e abrangente que os demais, demanda uma série de iniciativas. Ao todo são 10 programas relacionados aos diversos setores do agronegócio. Eles serão apresentados a seguir, destacando-se a importância de cada um para a consecução deste objetivo setorial.

Programas Relacionados:

4.1) 0352 - Abastecimento Agroalimentar

Objetivo

Contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira.

Grau de contribuição dos resultados do programa para o alcance do objetivo setorial: **Dentro do Esperado.**

Justificativa

O programa contribuiu por meio da implementação e execução de políticas agrícolas e de abastecimento, utilizando instrumentos de apoio tais como: financiamento, crédito rural, garantia da produção, estabilidade de preços e renda ao agricultor e garantia de comercialização, de armazenamento e de manutenção de estoques públicos para a regularidade do abastecimento interno, equilibrando os preços ao consumidor e garantindo a segurança alimentar da população.

Ocorreu um fortalecimento do cooperativismo, incrementando a competitividade das cooperativas de produção agropecuária, mediante a aplicação de R\$ 2,4 bilhões, alcançando 874 contratos por intermédio do Banco do Brasil. Em paralelo, houve financiamento do custeio/comercialização da produção agropecuária e do investimento no setor por meio de concessão de crédito rural em um total de R\$ 39,9 bilhões, contemplando 1.479.427 contratos, por intermédio do Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste (Fonte: Conab).

4.2) 0350 - Desenvolvimento da Economia Cafeeira

Objetivo

Gerar renda e desenvolvimento em todos os elos da cadeia agroindustrial do café, promovendo o aumento de divisas e empregos.

Grau de contribuição dos resultados do programa para o alcance do objetivo setorial: **Acima do Esperado.**

Justificativa

Foram concedidos financiamentos para custeio, investimento, colheita e pré-comercialização de café, num total de 28.449 financiamentos, alcançando 81,28% da meta física prevista, sendo 27.902 contratos firmados diretamente com cafeicultores, indústria de torrefadoras, beneficiadores e exportadores de café, e 547 com cooperativas de produtores rurais, distribuidores entre linhas de financiamento de custeio, colheita, estocagem e aquisição de café, em 15 unidades da Federação (fonte: SPAE/Mapa). Foram atingidos 87,71% da meta financeira prevista para o período.

O programa tem procurado apoiar ações voltadas à preservação do meio ambiente, permitindo ao agronegócio café evoluir social e politicamente, objetivando satisfazer as aspirações e necessidades das gerações atuais e futuras. Como exemplo, destaca-se a liberação de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé, no ano de 2008, referente ao Edital MCT/CNPq/Agro-HIDRO/Mapa-SDC-SPAE Nº 44/2008, para atender à recuperação de áreas degradadas.

4.3) 1437 - Desenvolvimento do Agronegócio no Comércio Internacional

Objetivo

Assegurar a inserção e o desenvolvimento do agronegócio brasileiro no comércio internacional de forma competitiva e sustentada, por meio da diversificação de sua pauta exportadora de produtos e de mercados de destino, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do País.

Grau de contribuição dos resultados do programa para o alcance do objetivo setorial: **Acima do Esperado.**

Justificativa

Os resultados apurados para os dois indicadores de desempenho do programa foram superiores às metas estimadas para o ano de 2008. O indicador Taxa de Participação do Brasil no Mercado Mundial de Produtos Agropecuários (Fonte: OMC) atingiu 5% em 2008, enquanto o indicador Taxa de Avaliação Anual das Exportações do Agronegócio (Fonte: SRI/Mapa) alcançou 22%. Com isso, verifica-se que o País vem obtendo taxas positivas de crescimento das exportações e de aumento de sua participação no comércio internacional. Tais resultados significam aumento das receitas de exportação e maior geração de emprego nas áreas agrícolas do País.

4.4) 0362 - Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau

Objetivo

Promover o aumento da geração de emprego e renda nas regiões produtoras de cacau, por meio do desenvolvimento e verticalização das atividades agropecuárias regionais, considerando, sobretudo, as relações de equilíbrio socioeconômico, capacidade de uso da mão-de-obra e sustentabilidade ambiental.

Grau de contribuição dos resultados do programa para o alcance do objetivo setorial: **Dentro do Esperado.**

Justificativa

Nas dimensões econômica, social e ambiental, foram obtidos índices satisfatórios de realização, com média apurada de 83,24% dos indicadores de renda agropecuária, taxa de ocupação de mão-de-obra e taxa de degradação ambiental, considerando-se as interfaces dos agronegócios regionais.

O desempenho do programa na faixa de 80 a 100% dos resultados previstos para 2008 contribuiu para a elevação da qualidade de vida pelo incre-

mento da renda agropecuária para o patamar de R\$ 978 /hectare/ano (Fonte: Ceplac). Ainda na busca do objetivo de incrementar o desenvolvimento, ocorreu a abertura de novos postos de trabalho, cuja taxa de ocupação apurada foi de 37% em relação à taxa programada de 38%.

4.5) 1442 - Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

Objetivo

Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias.

Grau de contribuição dos resultados do programa para o alcance do objetivo setorial: **Acima do Esperado.**

Justificativa

O papel indutor e ordenador de sistemas de produção sustentáveis tem possibilitado a atração de setores na adoção de tecnologia de menor impacto ambiental, mediante a utilização de práticas conservacionistas de caráter preventivo e corretivo, e no alcance ou desenvolvimento de novos mercados que reconhecem essas qualidades, possibilitando uma agregação de valor a seus produtos. Este programa tem sido importante referência na formulação geral das políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável. Para exemplificar o alcance do objetivo, verificou-se que a Taxa de Utilização e Manejo Adequado do Solo atingiu 32,4%, antecipando o alcance da meta de 2011 (Fonte: SDC/Mapa).

4.6) 0360 - Gestão da Política Agropecuária

Objetivo

Coordenar a formulação o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando a garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro.

Grau de contribuição dos resultados do programa para o alcance do objetivo setorial: **Acima do Esperado.**

Justificativa

O programa possibilita a oportunidade de desenvolvimento do setor agropecuário, resultando no revigorado desempenho do Agronegócio, demonstrado por safras recordes e acentuada expansão das exportações. Isso se dá por meio de apoio a: renegociação da dívida agrícola e as medidas adotadas para sua implementação; expansão do volume total de recursos; redução de encargos financeiros do crédito rural; aprimoramento dos instrumentos de política agrícola e apoio à comercialização, tornando-se possível ao Mapa a aplicação dos instrumentos de equalização de preços, aquisições diretas dos produtores e oferta de contratos de opção de venda públicos e privados, mitigando o efeito da volatilidade dos preços ao agricultor com a aplicação da Política de Garantia dos Preços Mínimos (PGPM).

Constam também do programa ações-meio que visam subsidiar os programas finalísticos inseridos no objetivo setorial, abastecendo os demais programas com a infraestrutura necessária e com o suporte de informação aos técnicos e ao agronegócio. Enfim, é de grande importância para o desenvolvimento setorial de forma indireta.

4.7) 0365 - Minimização de Riscos no Agronegócio

Objetivo

Minimizar os riscos da atividade agrícola decorrentes da ação de agentes biológicos e climáticos.

Grau de contribuição dos resultados do programa para o alcance do objetivo setorial: **Dentro do Esperado.**

Justificativa

Ao procurar mitigar os riscos inerentes à atividade rural, o programa está induzindo a atualização de tecnologias, com o aperfeiçoamento das informações meteorológicas, dos estudos de zoneamento agrícola e do uso do seguro rural. Esse aperfeiçoamento contribuiu para o desenvolvimento sustentável do País, pois visa, dentre outros objetivos, incrementar a produtividade do Agronegócio.

O pagamento de subvenção ao prêmio de seguro rural foi de R\$ 159.417.493,00, proporcionando o atendimento a 43.642 produtores rurais na contratação de 60.120 apólices de seguro, dando cobertura para 4.762.903 hectares e garantindo capital na ordem de R\$ 7.209.176.952,00 (Fonte: SPA/Mapa).

4.8) 1161 - Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social

Objetivo

Construir base de conhecimentos científicos e tecnológicos em atividades agropecuárias e agroindustriais voltada aos empreendimentos de pequeno porte.

Grau de contribuição dos resultados do programa para o alcance do objetivo setorial: **Acima do Esperado.**

Justificativa

O programa possui resultados estruturantes que contribuem para o alcance do objetivo setorial, que é impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio. Estes resultados são obtidos por meio da execução das ações que o compõem, de forma que a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) estrutura e enriquece a base de conhecimento científico e tecnológico sobre agropecuária e a transferência leva estes conhecimentos e tecnologias à sociedade.

4.9) 1156 - Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio

Objetivo

Incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos necessária para a manutenção e evolução da capacidade competitiva das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, enfatizando as dimensões relacionadas à sustentabilidade ambiental, à qualidade e à segurança dos seus produtos e processos.

Grau de contribuição dos resultados do programa para o alcance do objetivo setorial: **Acima do Esperado.**

Justificativa

O programa possui resultados estruturantes que contribuem para o alcance do objetivo setorial. Estes resultados são obtidos por meio da execução das ações que o compõem, de forma que a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) estrutura e enriquece a base de conhecimento científico e tecnológico sobre agropecuária e a transferência leva estes conhecimentos e tecnologias à sociedade. Adicionalmente, a manutenção da plataforma de recursos genéticos é garantida, bem como a infraestrutura e as novas linhas de pesquisa, através dos recursos do PAC Embrapa garantem a qualidade de execução para o alcance do objetivo setorial.

4.10) 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

Objetivo

Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.

Grau de contribuição dos resultados do programa para o alcance do objetivo setorial: **Acima do Esperado.**

Justificativa

Pelos altos índices atingidos pela agricultura e pecuária nacional e pelo volume crescente de produtos agropecuários, conclui-se que as ações contri-

buem diretamente para o alcance do objetivo setorial do programa. Para exemplificar, vemos que a Taxa de Conformidade de Defensivos Agrícolas saltou de 85% em 2004 para 96% em 2008 (Fonte: CFA/DDIV/SDA/Mapa), já superando a meta para 2010 de 95%. Já a Taxa de Conformidade de Corretivos Agrícolas era de 83% em 2006, passando para 91% em 2008, buscando a meta de 94% em 2011.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

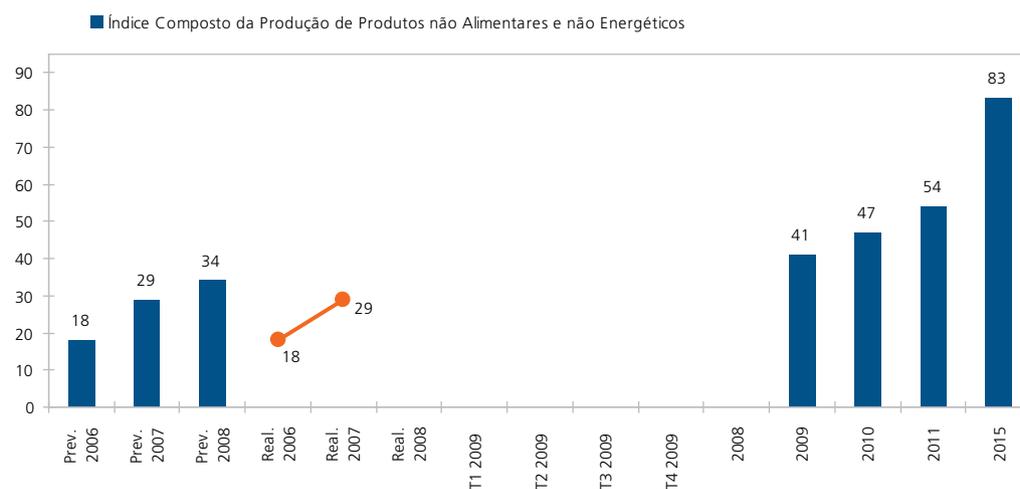
Algumas dificuldades foram encontradas para avaliação dos objetivos setoriais no período de 2007 e 2008, já que alguns dos indicadores de desempenho referentes ao ano de 2008 ainda não estão consolidados devido à complexidade na obtenção de dados dos mais diferentes setores envolvidos. A previsão é de que alguns dados estarão disponíveis apenas ao final de 2009.

Apesar dessas barreiras na coleta de dados, foi possível observar que o conjunto de resultados dos programas contribuiu para o alcance dos objetivos setoriais, e tal fenômeno pôde ser verificado por meio da evolução positiva dos principais indicadores de desempenho relacionados a estes objetivos. Mais do que isso, a análise dos indicadores demonstrou que, diante da crise financeira internacional, o setor agropecuário foi importante para manter a consistência da economia brasileira, contribuindo fortemente para o alcance do superávit da balança comercial, com a manutenção da competitividade dos produtos do agronegócio brasileiro frente aos mercados globais.

ANEXO I

Indicadores de Desempenho dos Objetivos Setoriais

Gráfico 01



Fórmula do indicador:

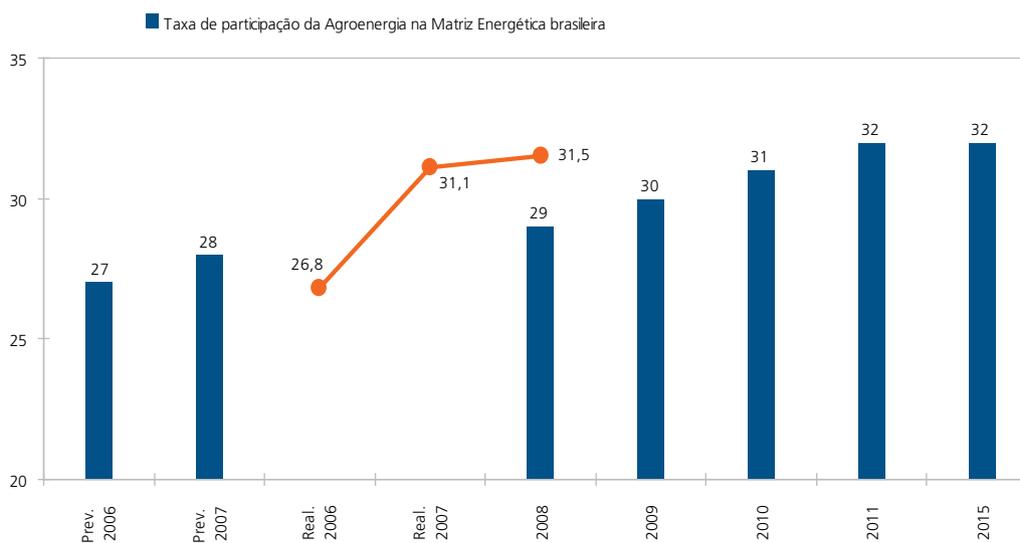
A= Média ((P1 + P2 + Pn)/n)

Pi: (volume de produção no ano x / volume de produção no ano x-1) x 100 - 100

n: nº de produtos

Produtos: Borracha, Madeira, Couro, Algodão e Fibras (Linho, Juta, Malva e Rami)

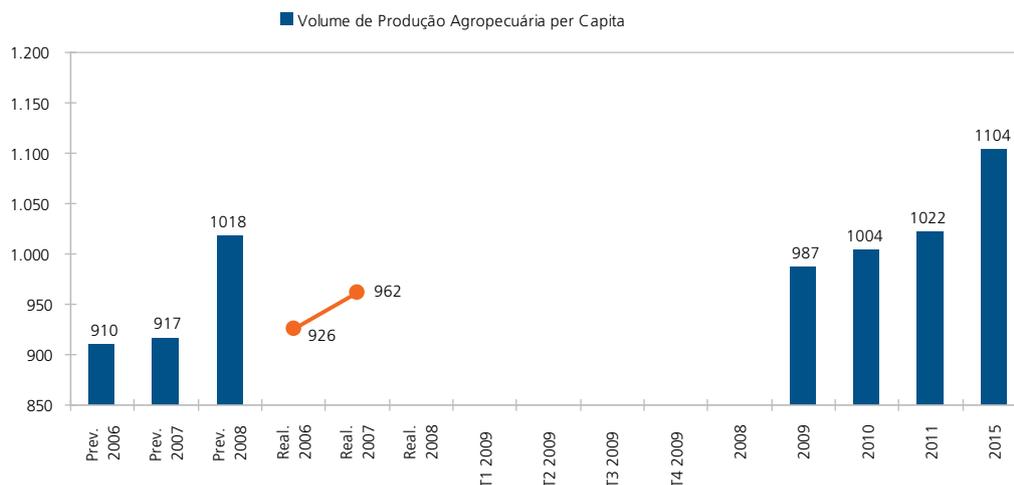
Gráfico 02



Fórmula do indicador:

Conversão das diferentes fontes de energia em petróleo equivalente (TEP, ou Total Equivalente em Petróleo), de forma a mensurar a sua participação relativa. Esse procedimento permite mensurar a participação das fontes renováveis, entre elas as derivadas da agroenergia.

Gráfico 03



Fórmula do indicador:

Volume total (kg) da produção agropecuária / N° total de habitantes no país

Composição do Volume total da produção agropecuária:

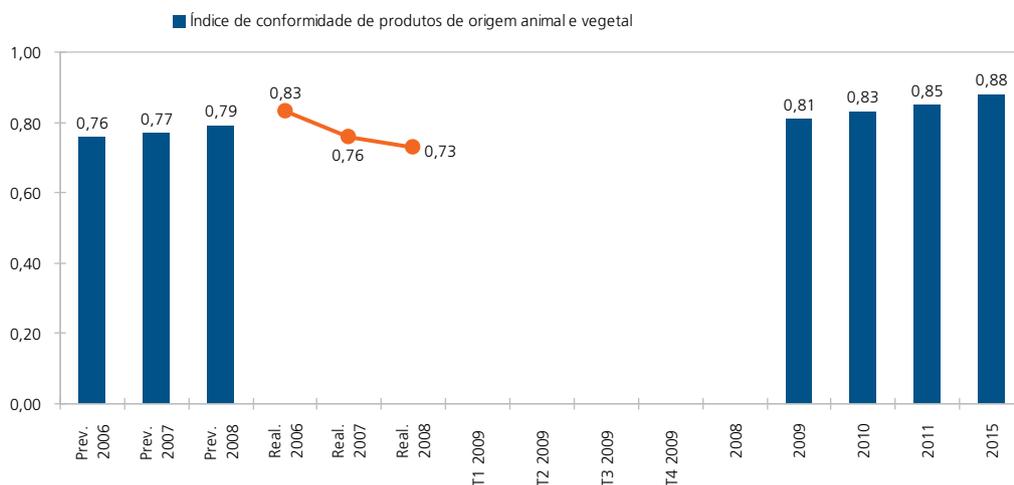
- Grãos: Amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, milho, soja (considerando 18% de conversão para óleo) e trigo

- Proteína animal: Carne bovina, carne suína e carne de frango

- Frutas: abacate, banana, cacau, café caqui, castanha de caju, figo, goiaba, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, melancia, melão, pêra, pêssego, tangerina, uva

-Hortaliças: Batata-doce, batata-inglesa, mandioca e tomate

Gráfico 04



Fórmula do indicador:

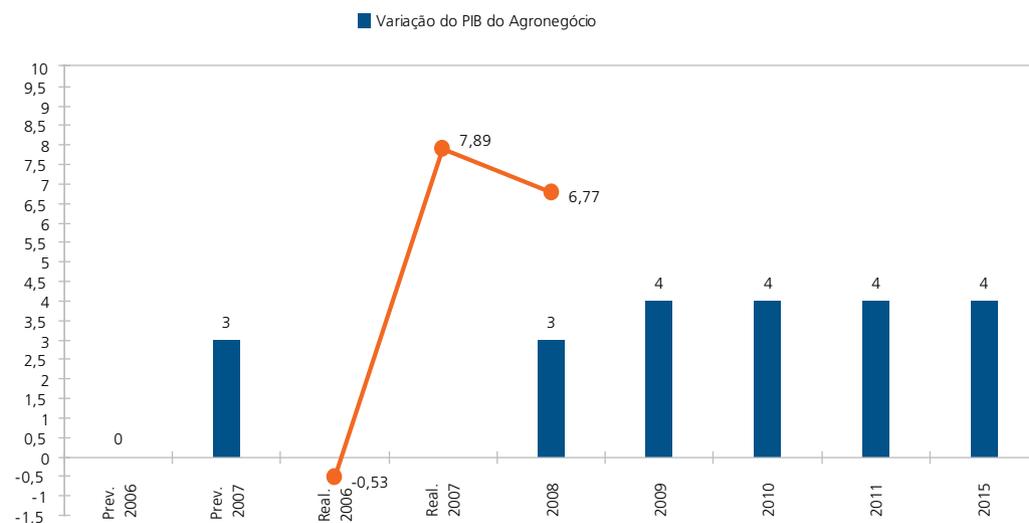
$$IC = 0.6 * IA + 0.4 * IV$$

IC = Índice de conformidade

IA = Índice de conformidade de produtos processados de origem animal (0,7 * (n° relatórios de auditoria conformes/n° total relatórios de auditoria) + 0,3 * (n° de amostras de produtos em conformidade/total de amostras analisadas))

IV = Índice de conformidade de produtos processados de origem vegetal ((0,5* n° de estabelecimentos inspecionados/n° de estabelecimentos registrados) + (0,5* n° de amostras de produtos em conformidade/n° total de amostras analisadas))

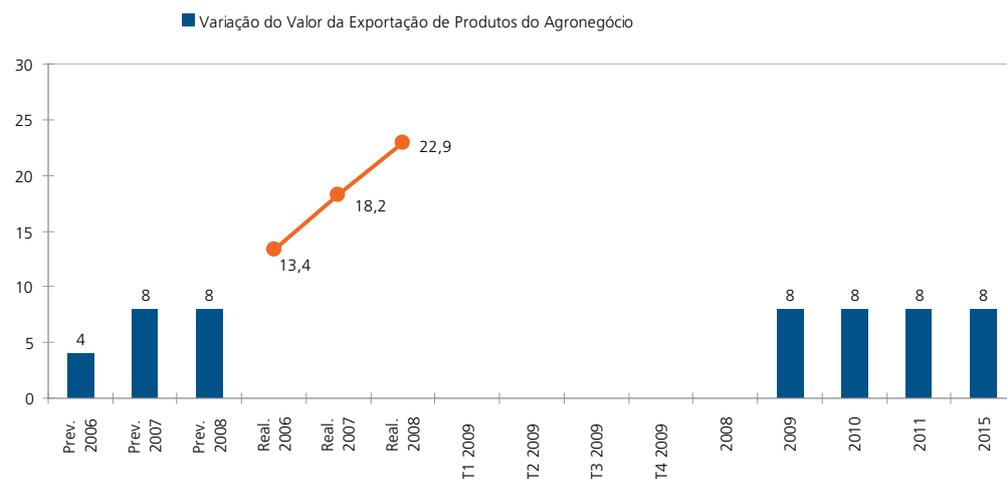
Gráfico 05



Fórmula do indicador:

$$\left(\frac{\text{PIB do agronegócio (R\$) no ano } x - \text{PIB do agronegócio (R\$) no ano } x-1}{\text{PIB do agronegócio (R\$) no ano } x-1} \right) * 100$$

Gráfico 06



Fórmula do indicador:

$$\left(\frac{\text{Volume de exportação de produtos do agronegócio (US\$) no período } x - \text{Volume de exportação de produtos do agronegócio (US\$) no período } x-1}{\text{Volume de exportação de produtos do agronegócio (US\$) no período } x-1} \right) * 100$$

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS





ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR

PROGRAMA: ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR

GERENTE:

Wagner Gonçalves Rossi

OBJETIVO:

Contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno, visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira.

PÚBLICO ALVO:

Produtor rural, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo e segmento varejista.

EXECUÇÃO:

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$5.608.792.528,0	Empenhado Liquidado: R\$2.267.978.777,00
	Pago Estatais: -
	Total: R\$2.267.978.777,00
Previsto não orçamentário R\$15.294.012.880,00	Percentual de Execução: 40,44%
	Realizado não orçamentário: R\$43.086.563.415,32

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Aquisição de Imóvel para a Sede da Superintendência Regional da Conab em São Paulo - SP - 116R (-/-)	0,00	0,00	-	3.485.000,00	3.485.000,00	1,00
Aquisição de Produtos para Comercialização - 2138 (PRODUTO ADQUIRIDO/TON)	104.456,00	36,00	0,00	99.597.977,00	99.855,00	0,00
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	23.200,00	13.698,00	0,59	14.666.772,00	14.630.336,00	1,00
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - 2010 (criança atendida/UNIDADE)	730,00	478,00	0,65	2.543.447,00	2.529.529,00	0,99
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	4.326,00	3.763,00	0,87	16.744.022,00	16.470.699,00	0,98
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	3.964,00	3.535,00	0,89	5.656.353,00	5.589.900,00	0,99
Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras - 4702 (Unidade cadastrada/UNIDADE)	4.170,00	6.276,00	1,51	360.000,00	350.014,00	0,97

Continua

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
	Capacitação de Mão-de-Obra do Setor Armazenador - 2808 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	0,00	285,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização de Produtos Via Mercados Futuros e de Opções (BB Garantia de Preço) - 9490 (contrato comercializado/UNIDADE)	22.000,00	33.761,00	1,53	551.240.000,00	680.155.722,69	1,23
Concessão de Crédito Rural - 9340 (Contrato firmado/UNIDADE)	832.974,00	1.479.427,00	1,78	13.242.772.880,00	39.987.912.370,14	3,02
Conclusão da Obra da Unidade Armazenadora de Uberlândia - MG - 12BZ (OBRA EXECUTADA/% de execução física)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Contribuição à Previdência Privada - 0110 (-/-)	0,00	0,00	-	22.932.360,00	22.931.920,00	1,00
Equalização de Juros decorrentes do Alongamento da Dívida do Crédito Rural (Lei nº 9.866, de 1999) - 0611 (-/-)	0,00	0,00	-	237.979.000,00	237.657.398,00	1,00
Equalização de Juros e Bônus de Adimplência no Alongamento de Dívidas Originárias do Crédito Rural (Leis nº 9.138, de 1995 e nº 9.866, de 1999) - 0373 (-/-)	0,00	0,00	-	33.470.683,00	33.470.683,00	1,00

Continua

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
	0,00	0,00	-	180.750.000,00	177.129.840,00	0,98
0,00	0,00	-	79.794.000,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	-	23.469.000,00	23.468.999,00	1,00	
0,00	0,00	-	288.061.964,00	48.748.063,00	0,17	
0,00	0,00	-	679.801.000,00	503.842.334,00	0,74	
1,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	

Continua

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
	Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários - 2137 (fiscalização realizada/UNIDADE)	2.600,00	4.799,00	1,85	2.000.000,00	1.495.741,00
Formação de Estoques Públicos - PGPM - 2130 (PRODUTO ADQUIRIDO/TON)	4.925.000,00	1.214.139,00	0,25	2.300.000.000,00	650.794.971,00	0,28
Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992) - 0300 (-/-)	0,00	0,00	-	1.274.000.000,00	184.416.329,00	0,14
Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar - 8579 (informação disponibilizada/UNIDADE)	7.676,00	6.552,00	0,85	350.000,00	215.094,00	0,61
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	334.100.950,00	332.544.627,00	1,00
Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro - 8566 (Mercado modernizado/UNIDADE)	10,00	21,00	2,10	80.000,00	79.444,00	0,99
Negócios com Cooperativas - 9487 (Volume contratado/UNIDADE)	650,00	874,00	1,34	1.500.000.000,00	2.418.495.322,49	1,61

Continua

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas				Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização	
Operacionalização da Comercialização de Produtos - 2133 (serviço prestado/UNIDADE)	0,00	25,00	0,00	0,00	0,00	-	
Organização dos Micro e Pequenos Varejistas - 4710 (Unidade organizada /UNIDADE)	1.240,00	305,00	0,25	250.000,00	44.645,00	0,18	
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	
Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns - 2829 (UNIDADE MODERNIZADA/UNIDADE)	80,00	73,00	0,91	8.650.000,00	7.983.357,00	0,92	
Vistoria de Estoques Privados e das Condições de Armazenamento - 4706 (Estoque vistoriado/TON)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	

Continua

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - 2B81 (PRODUTO ADQUIRIDO/TON)	-	-	-	3.766.882,00	3.528.895,00	0,94
(RAP 2007) Aquisição de Produtos para Comercialização - 2138 (PRODUTO ADQUIRIDO/TON)	-	-	-	143.854,00	86.180,00	0,60
(RAP 2007) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	259.439,00	226.227,00	0,87
(RAP 2007) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	-	-	-	1.263.736,00	1.034.540,00	0,82
(RAP 2007) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	-	-	-	568.273,00	419,00	0,00
(RAP 2007) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras - 4702 (Unidade Armazenadora Cadastrada/UNIDADE)	-	-	-	558,00	558,00	1,00

Continua

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
	(RAP 2007) Contribuição à Previdência Privada - 0110 (-/-)	-	-	-	3.329.967,00	3.113.590,00
(RAP 2007) Equalização de Juros e Bônus de Adimplência no Alongamento de Dívidas Originárias do Crédito Rural (Leis nº 9.138, de 1995 e nº 9.866, de 1999) - 0373 (-/-)	-	-	-	32.906.459,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Equalização de Juros e de outros Encargos Financeiros em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992) - 0301 (-/-)	-	-	-	418.972.866,00	17.399.306,00	0,04
(RAP 2007) Equalização de Juros em Operações de Empréstimos do Governo Federal - EGF (Lei nº 8.427, de 1992) - 0298 (-/-)	-	-	-	5.000.000,00	1.156.908,00	0,23
(RAP 2007) Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF (Lei nº 8.427, de 1992) - 0299 (-/-)	-	-	-	16.000.000,00	15.525.329,00	0,97
(RAP 2007) Equalizações de Juros nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992) - 0294 (-/-)	-	-	-	50.000.000,00	46.312.145,00	0,93

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
	(RAP 2007) Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares - 2137 (estoque fiscalizado/TON)	-	-	-	99.803,00	99.803,00
(RAP 2007) Formação de Estoques Públicos - 2130 (PRODUTO ADQUIRIDO/TON)	-	-	-	15.405.038,00	13.636.869,00	0,89
(RAP 2007) Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992) - 0300 (-/-)	-	-	-	1.239.936.118,00	751.500.000,00	0,61
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	8.301.343,00	4.534.114,00	0,55
(RAP 2007) Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar - PAA - 2B83 (Agricultor familiar beneficiado/UNIDADE)	-	-	-	176.633,00	104.319,00	0,59
(RAP 2007) Operacionalização da Comercialização de Produtos - 2133 (serviço prestado/UNIDADE)	-	-	-	23.707,00	23.707,00	1,00
(RAP 2007) Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	-	-	-	9.570,00	3.900,00	0,41
(RAP 2007) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns - 2829 (Unidade Armazenadora Recuperada e Modernizada/UNIDADE)	-	-	-	3.467.837,00	3.086.749,00	0,89

Continua

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma - PERCENTAGEM	15,000	30/11/2003	22,000	12/2008	59,000	Média
Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - Conab						
Medidas corretivas necessárias: Reavaliar o índice previsto, que denota estar superestimado.						
Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca - PERCENTAGEM	9,000	30/11/2003	7,000	12/2008	6,000	Alta
Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - Conab						
Medidas corretivas necessárias:						
Margem de Disponibilidade de Milho - PERCENTAGEM	17,000	31/11/2003	21,000	12/2008	18,000	Alta
Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - Conab						
Medidas corretivas necessárias:						
Margem de Disponibilidade de Trigo - PERCENTAGEM	3,000	28/02/2004	15,000	12/2008	3,000	Alta
Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - Conab						
Medidas corretivas necessárias:						

Continua

Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários - R\$ mil	3.133.029,000	30/12/2006	1.515.367,020	12/2008	4.271.152,000	Alta
Fonte: Conab e Banco do Brasil						
Medidas corretivas necessárias:						
Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários - UNIDADE	11.006,000	30/12/2006	2.544,000	12/2008	17.084,000	Média
Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - Conab						
Medidas corretivas necessárias: Há necessidade de implementação de mecanismos para levantamento da quantidade efetiva dos Produtores atendidos, vez que os dados fornecidos referem-se aos arrematantes/adquirentes que congregam inúmeros produtores (ex: cooperativas). Resultado prejudicado em decorrência da informação disponível não corresponder à realidade que se quer demonstrar.						
Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários - R\$ mil	11.301.553,000	01/08/2007	39.987.912,300	12/2008	16.639.331,000	Alta
Fonte: Conab						
Medidas corretivas necessárias:						
Produção Nacional de Grãos - Milhão de t	123,200	30/04/2004	137,000	12/2008	150,000	Alta
Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - Conab						
Medidas corretivas necessárias:						

CONTEXTUALIZAÇÃO:

O apoio e a intervenção do Estado na agropecuária minimiza os riscos desta atividade, contribuem para a regularidade do abastecimento interno, fortalece o comércio internacional, gera a melhoria da renda aos produtores, oferece condições de melhores preços ao consumidor, disponibiliza meios para a inclusão social e para a segurança alimentar e incentiva a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas nas atividades da agropecuária, do abastecimento, de infraestrutura e da segurança alimentar.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2008

Regularidade do abastecimento interno, estabilidade de preços ao consumidor, garantia de preço e renda ao produtor rural e segurança alimentar da população brasileira, como expressado pelas principais ações abaixo:

- 1.1 Financiamento do Custeio/Comercialização da Produção Agropecuária e do Investimento no setor por meio da Concessão do Crédito Rural, por intermédio do Banco do Brasil-BB, Banco da Amazônia - BASA e Banco do Nordeste-BN, tendo sido aplicados R\$ 39,9 bilhões, contemplando 1.479.427 contratos, correspondendo, respectivamente a 301,3% e 177,6% das metas previstas;
- 1.2 Fortalecimento do Cooperativismo, incrementando a competitividade das cooperativas de produção agropecuária, por intermédio do BB, mediante a aplicação de R\$ 2,4 bilhões, alcançando 874 contratos, superando as metas previstas;
- 1.3 Operacionalização de Contratos no Mercado de Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) para minimização de riscos causados pelas variações de preços agrícolas, por intermédio do BB, mediante a aplicação de R\$ 680 milhões, contemplando 33.761 contratos, superando as metas previstas;
- 1.4 Intervenção no Mercado garantindo o preço e a renda ao produtor, formando estoques públicos e regulando o abastecimento interno, dos produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, mediante a aplicação de R\$ 650,7

milhões com a aquisição de 1.214.139 toneladas de produtos e carregamento dos estoques, correspondendo a 28% e 25,% das metas estabelecidas, respectivamente;

- 1.5 Equalização de Taxas de Juros, possibilitando melhores condições financeiras de comercialização para assegurar o abastecimento interno e garantir preços mínimos aos produtores rurais, dos produtos agropecuários amparados pela PGPM, mediante a aplicação de R\$ 23,4 milhões, correspondendo a 100% do previsto;
- 1.6 Fiscalização dos Estoques Públicos e Inspeção das Operações de Garantia e Sustentação de Preços, mediante a realização de fiscalização efetiva por intermédio da Conab, com a aplicação de R\$ 1,4 milhão, que possibilitou a fiscalização de 4.799 armazéns, propriedades e indústrias (equivalente cumulativamente a 9.734.630 toneladas de produtos), correspondendo a 75% e 185%, respectivamente, das metas estabelecidas;
- 1.7 Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992), garantindo e sustentando preços na comercialização de produtos agropecuários, por meio de instrumentos operacionalizados pela Conab, com a aplicação de R\$ 184,4 milhões, correspondendo a 14,48% da meta estabelecida. Dentre as contribuições ao setor destacam-se: a) o apoio concedido aos produtores rurais na comercialização de seus produtos, de forma a garantir condições de preços mais favoráveis por ocasião de situações de excesso de oferta e dificuldade de escoamento. b) melhor distribuição dos produtos pelo território nacional, na medida em que proporciona o pagamento de prêmios equalizadores para escoamento de produtos de regiões produtoras para regiões consumidoras;
- 1.8 Equalização de Juros do Alongamento da Dívida do Crédito Rural, decorrentes de concessões de subvenções a produtores rurais, com a aplicação de R\$ 237,6 milhões, correspondendo a 99,8% da meta estabelecida. Tem contribuído aos beneficiários de saneamento de ativos - PESA com a redução inicial de até pontos percentuais nas taxas de juros nos termos da Lei 9.866/1999, elevan-

do-se posteriormente para um desconto de até 5% das taxas de conformidade com a Lei 10.437/2009, contribuindo, dessa forma, para atenuar o alto endividamento do setor agrícola;

- 1.9 Manutenção da Rede Armazenadora própria da Conab em condições ideais para guarda, conservação, comercialização e distribuição de produtos agropecuários, com a aplicação de R\$ 7,9 milhões, que possibilitou a recuperação de 73 unidades armazenadoras, correspondendo a 92% e 91% respectivamente, das metas estabelecidas;
- 1.10 Manutenção e Administração do Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras, com aplicação de R\$ 350 mil e cadastramento/recadastramento de 6.276 unidades armazenadoras, correspondendo a 97% e 151% respectivamente, das metas estabelecidas;
- 1.11 Geração e Difusão de Informações do Agronegócio e do Abastecimento Agroalimentar, subsidiando o Governo Federal na elaboração de políticas assim como os setores produtivos e cadeias do agronegócio, na tomada de decisão, com aplicação de R\$ 215 mil e disponibilização de 6.552 informações, inclusive via internet, correspondendo a 61%, e 85%, respectivamente, em relação às metas estabelecidas;
- 1.12 “Equalização de Juros decorrentes do alongamento de dívidas originárias de crédito rural e bônus de adimplência” e “Equalização de Juros em financiamentos destinados à liquidação”.

2. DESEMPENHO DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos foram acima do esperado, o que se justifica pela forte atuação do Governo Federal na orientação para liberação de crédito rural para fazer frente à crise financeira internacional e na utilização de instrumentos de política agrícola para a formação de estoques e apoio à comercialização, os quais possibilitaram a manutenção das condições de custeio, investimento e comercialização do setor agrícola, como se observa nos resultados das principais ações abaixo:

- a) **Concessão de Crédito Rural** – O Governo Federal elevou os valores previstos para aplicação no setor, ampliando os percentuais de exigibilidade do crédito rural nos depósitos à vista e na poupança, com o objetivo de fazer frente à crise financeira internacional;
- b) **Negócios com Cooperativas** – contratação de financiamentos rurais ao segmento em decorrência da redução de oferta de crédito por parte de outros agentes (fornecedores de insumos, agroindústrias e *tradings*);
- c) **Comercialização de Produtos via Mercados Futuros e de Opção (Banco do Brasil - BB Garantia de Preços)** – O BB participou do Programa Bolsa de Mercadorias e Futuro - BM&F–Bovespa vai ao Campo, tendo havido ainda, autorização do Governo Federal para financiamento do prêmio de opções, como acessório em operações de custeio e comercialização;
- d) **Formação de Estoques Públicos** – As intervenções do Governo Federal foram pontuais no sentido de recompor os baixos níveis de estoques existentes e de proteger o produtor contra a instabilidade do preço no mercado, amparando a comercialização da colheita. Nesse sentido, o Governo Federal manteve todas as condições instrumentais de política agrícola de apoio ao produtor rural, não tendo sido necessário utilizar a totalidade dos recursos previstos, em razão do equilíbrio de mercado, com preços superiores aos preços mínimos;
- e) **Equalização de Juros em Operações de Empréstimo do Governo Federal - EGF** – Os recursos foram liberados às instituições financeiras operadoras do crédito rural, de acordo com as necessidades do mercado, sem ter havido contingenciamento de recursos;
- f) **Fiscalização dos Estoques Públicos** – O controle de qualidade dos estoques, com orientação preventiva quanto à conservação nos armazéns, garantindo a integridade dos mesmos e assegurando a conformidade das operações de garantia e sustentação de preços, resultou da efetiva atuação da Conab, que realizou nove etapas de fiscalização, superando as metas previstas, resultando em significativa redução de perdas e desvios;

- g) **Garantia e Sustentação de Preços** – Atendendo demanda do mercado, a Conab, por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização, realizou leilões de Prêmio para escoamento de Produto - PEP, Prêmio de Riscos para Aquisição de Produto Agrícola - PROP e Prêmio Equalizador Pago ao Produtor - PEPRO, envolvendo 2,6 milhões de toneladas de produtos e R\$ 691 milhões em prêmios a serem pagos, pelo Governo Federal, quando da comprovação do escoamento do produto. Efetivamente, foram executados/comprovados R\$ 184,4 milhões, indicando que a grande maioria dos contratos não foi concluída;
- h) **Equalização de Juros do Alongamento da Dívida do Crédito Rural** – Os recursos foram liberados às instituições financeiras operadoras do crédito rural, de acordo com as necessidades do mercado, proporcionando ao produtor rural melhores condições para saldar suas dívidas;
- i) **Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns** – Os investimentos realizados nas Unidades Armazenadoras possibilitaram a realização de obras e aquisição de equipamentos e material permanente, restando, ainda, uma grande demanda, inclusive, para atender a certificação de todas as unidades da Rede de Armazéns;
- j) **Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras** – Os recursos disponibilizados possibilitaram a atualização parcial do Cadastro, melhorando a fidedignidade das informações nas regiões atendidas, restando, ainda, uma grande demanda, de forma a alcançar o cadastro em âmbito nacional de toda a Rede Armazenadora;
- k) **Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar** – Os recursos utilizados possibilitaram a disponibilização de informações ao Governo Federal, para elaboração de políticas e para tomada de decisão dos setores envolvidos.

3. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.

O grau de contribuição dos resultados do Programa para o alcance do objetivo setorial foi dentro do esperado o que se justifica pela implementação e execução de políticas agrícolas e de abastecimento, utilizando instrumentos de apoio tais como: financiamento, crédito rural, garantia da produção, estabilidade de preços e renda ao agricultor, garantia da comercialização, do armazenamento, da manutenção de estoques públicos para a regularidade do abastecimento interno, equilibrando os preços ao consumidor e garantindo a segurança alimentar da população.

4. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

A cobertura do público alvo foi dentro do esperado e isso é justificado pela estabilidade dos preços aos consumidores, pela garantia de crédito rural, e pela renda por meio dos preços praticados pelos agricultores, além da regularidade do abastecimento agroalimentar.

5. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O Programa não avalia a satisfação dos beneficiários em sua totalidade, apenas parte do público-alvo atendido pelo Programa tem sua satisfação avaliada, como é o caso da Ação Concessão de Crédito Rural, Negócios com Cooperativas e as operações dos instrumentos de apoio à comercialização (PEP, PROP, PEPRO) por meio de ouvidorias e serviços de atendimento ao cliente.

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O Programa utiliza como canais de participação social os seguintes mecanismos:

a) Ouvidoria:

- Canais para reclamações e sugestões dos clientes.

b) Reunião com grupos de interesse:

- Bancos
- OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras
- Associações e Sindicatos Rurais
- Ceasas - Centrais de Abastecimento
- Emater's - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- Produtores Rurais
- Armazenadores
- Atacadistas e Varejistas

c) Discussão em Conselho Setorial:

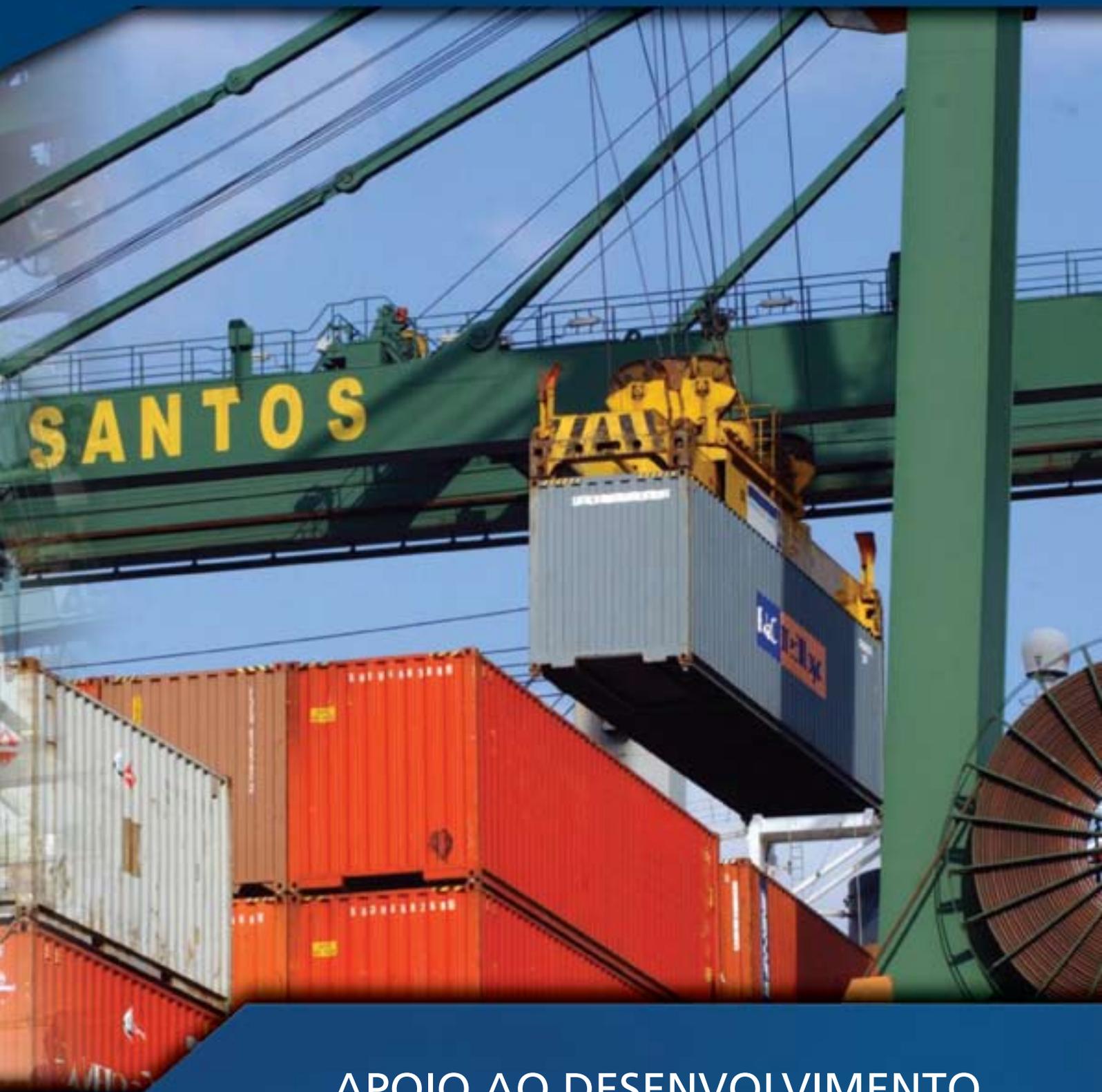
- Câmaras Setoriais
- Interação com os Ministérios e Governos Estaduais e Municipais, com vistas ao atingimento dos objetivos comuns.

d) Portais INTERNET e INTRANET.

As contribuições da participação social para os resultados do Programa foram:

- Aprimoramento e alinhamento na execução das ações;
- Destinação adequada dos recursos para alcançar as demandas do setor agroalimentar.





APOIO AO DESENVOLVIMENTO
DO SETOR AGROPECUÁRIO

PROGRAMA: APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO

GERENTE:

Marcio Antonio Portocarrero

OBJETIVO:

Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infraestrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito sócio-econômico para o desenvolvimento do setor agropecuário

PÚBLICO ALVO:

Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário

EXECUÇÃO:

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$621.437.819,00	Empenhado Liquidado: R\$409.977.466,00
	Pago Estatais: -
	Total: R\$409.977.466,00
Previsto não orçamentário -	Percentual de Execução: 65,97%
	Realizado não orçamentário: -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - 7H17 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	898.225,00	424,00	0,00	541.924.528,00	349.649.935,00	0,65
Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário - 8611 (PRODUTOR ATENDIDO/UNIDADE)	25.444,00	87.765,00	3,45	70.435.000,00	52.837.633,00	0,75
Assistência Financeira a Associações de Criadores de Equinos e Entidades Turísticas (Lei nº 7.291, de 1984) - 0064 (Associação atendida/UNIDADE)	5,00	1,00	0,20	226.084,00	49.967,00	0,22
Energização Rural - 5914 (Linha de distribuição instalada/km)	520,00	0,00	0,00	4.473.000,00	4.109.394,00	0,92
Fiscalização de Contratos de Repasse - 2B17 (Contrato Fiscalizado/UNIDADE)	400,00	160,00	0,40	779.086,00	96.236,00	0,12
Prestação de Assistência Técnica aos Beneficiários do PRODECER - 2135 (PRODUTOR ATENDIDO/UNIDADE)	20,00	80,00	4,00	2.292.972,00	2.292.972,00	1,00
Promoção e Participação em Exposições e Feiras Agropecuárias - 4756 (EVENTO REALIZADO/UNIDADE)	18,00	12,00	0,67	1.307.149,00	941.329,00	0,72

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - 005A (-/-)	-	-	-	205.651.202,00	141.067.513,00	0,69
(RAP 2007) Fiscalização de Contratos de Repasse - 2B17 (Contrato Fiscalizado/UNIDADE)	-	-	-	12.734,00	54,00	0,00
(RAP 2007) MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA - 109D (Patrulha/máquina/equipam adquirido/UNIDADE)	-	-	-	117.695.012,00	104.661.176,00	0,89

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Volume de Produtos Agrícolas Exportados pelos Portos Brasileiros - Milhão de t	43,050	30/04/2005	39,090	01/2009	60,700	Média
Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - Conab						
Medidas corretivas necessárias: Houve problemas de câmbio durante o ano e início de retração de demanda no mercado mundial, queda de preço e redução na disponibilidade de crédito bancário necessários para viabilizar a exportação. As operações de financiamento privado da fase de produção ficaram também prejudicadas em função da crise financeira internacional no final do ano, com redução das compras das trading para a exportação. O preço do milho no mercado interno aumentou inviabilizando a exportação desse produto. Além de adversidades climáticas na região sul do País.						
Custo Médio do Transporte de Grãos - R\$/ton	157,380	30/04/2005	134,550	01/2009	124,800	Alta
Fonte: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - Esalq/Sifreca						
Medidas corretivas necessárias:						
Produção Agrícola e Derivados Transportados por Hidrovias no Território Nacional - %	7,000	31/03/2005	7,200	01/2009	8,020	Alta
Fonte: Associação Nacional do Exportadores de Cereais - ANEC						
Medidas corretivas necessárias:						

CONTEXTUALIZAÇÃO:

O Brasil é um dos poucos países do mundo com possibilidades de responder à demanda mundial por alimentos. Com um clima diversificado que vai do temperado ao tropical, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 13% de toda a água doce disponível no planeta, o País dispõe de 388 milhões de hectares de terras agricultáveis. Desse número, cerca de 100 milhões ainda não explorados. Em que pese o bom desempenho da produção agropecuária brasileira nos últimos 10 anos, o baixo nível de investimento em infraestrutura e logística interfere, de forma negativa, na competitividade e no crescimento do setor. As condições precárias das rodovias e a utilização inadequada dos modais de transporte estão dificultando o escoamento das safras e impactando de forma significativa os custos de fretes das regiões produtoras até os portos, ao mesmo tempo, em que alguns portos brasileiros estão apresentando prêmio negativo na exportação de produtos agrícolas, significando um menor preço final para o produtor rural. Da mesma forma, a defasagem da capacidade estática de armazenagem, o alto percentual de perdas pós-colheita e a não garantia da qualidade dos produtos comprometem a competitividade do agronegócio. É nesse contexto que a infraestrutura e a logística da produção surgem como insumos indispensáveis ao desenvolvimento rural. Oferecem condições imprescindíveis para o aumento da produção e produtividade, implantação das cadeias produtivas, com a geração empregos, melhoria do bem estar das populações rurais e viabilização do escoamento das safras. Desta forma, um processo articulado do governo e da sociedade civil, direcionando as suas ações políticas, programas e projetos para o espaço rural ampliando a competitividade do setor agropecuário, viabilizando opções duradouras de progresso e desenvolvimento sustentável, utilizando eficientemente as potencialidades existentes na sua dimensão econômica, social, política, espacial, cultural, ambiental e institucional.

Uma das preocupações do programa se refere também ao desenvolvimento sustentável dos corredores de exportação com agregação de valor ao produto agropecuário. Ou seja, o desenvolvimento de alternativas com base nos potenciais produtivos de cada região, a partir de ações integradas no âmbito do Mapa e de ações transversais com outros órgãos do Governo Federal, quais sejam, ações de cooperativismo, energia elétrica, mecanização, agroindustrialização e armazenagem, que podem ampliar as alternativas de produção das regiões, em especial para os pequenos e médios produtores rurais.

O sucesso do agronegócio é estratégico para o Brasil, uma vez que, além de grande gerador e absorvedor de mão-de-obra, viabiliza a economia da maioria dos municípios, permitindo o abastecimento alimentar do País e gerando excedentes para a exportação.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

Com o propósito de desenvolver as condições de infraestrutura que permitam uma logística de transportes mais adequada ao escoamento dos produtos agropecuários, bem como à internalização de insumos e fertilizantes utilizados no processo produtivo, o programa interage com diversos setores da esfera pública e privada.

No curso dessas atividades, são desenvolvidos estudos e trabalhos técnicos voltados à solução dos problemas que impactam na competitividade dos produtos agrícolas brasileiros frente ao mercado externo, contingenciando os resultados operacionais dos produtores, afetando ainda, as divisas obtidas pelo país na exportação.

Os denominados gargalos da infraestrutura residem mais especificamente no setor de transportes, uma vez que uma significativa parcela da produção de grãos (soja e milho) ocorre em regiões localizadas nos Estados de Mato Grosso, Pará, Tocantins, Goiás e Piauí, que carecem das condições estruturais para o escoamento de suas safras.

No contexto das atividades do programa, cuida-se da implantação e adequação de estradas vicinais e rodovias, ferrovias e hidrovias, buscando a multimodalidade de transportes, disponibilizando ao agronegócio nacional a oportunidade de opção por um ou mais modais, ensejando o planejamento de uma logística de transporte, mais adequada aos interesses do setor.

As articulações com outras entidades dos setores público e privado, mediante reuniões, seminários e, principalmente, ao exercer a Secretaria Executiva das reuniões e grupos de trabalho da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio – CTLOG permitiram significativos avanços no assunto, bem como a priorização de obras no PAC com impactos imediatos em alguns portos, rodovias, ferrovias e hidrovias, constituindo o corredor centro-norte de exportação.

Essa articulação gera o arcabouço documental, que permite os registros e acompanhamento das atividades desenvolvidas e os resultados alcançados.

Armazenagem: A coordenação do Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras desenvolve ações de normatização, divulgação e acompanhamento da implantação do sistema em nível nacional, mediante interlocução com a Conab.

Principais parceiros

a) Públicos:

SEP – Secretaria Especial de Portos da Presidência da República

MT – Ministério dos Transportes

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

Conab – Companhia Nacional de Abastecimento

ANA – Agência Nacional de Águas

ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres

BB – Banco do Brasil S/A

EMAP – Empresa Maranhense de Administração Portuária

b) Privados:

ANTF – Agência Nacional de Transportes Ferroviários

Anut – Associação Nacional dos Usuários de Transportes de Carga

CNA – Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CNT – Confederação Nacional dos Transportes

SYNDARMA – Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima

APROSOJA – Associação Nacional dos Produtores de Soja

ABIFER – Associação Brasileira da Indústria Ferroviária

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

Trabalhos Publicados:

- a) [Transporte-Desafio ao Crescimento do Agronegócio/2008](#) – disponível no *site* da Agência Nacional dos Usuários do Transporte de Carga – ANUT;
- b) [Condições das rodovias](#) – disponível no site do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT;
- c) [Navegando a notícia](#) – informativo mensal da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ;
- d) [Desempenho dos portos](#) – *site* da ANTAQ;
- e) [Panorama Aquaviário](#) – publicação da ANTAQ;
- f) [Plano CNT de Logística](#) – relatório final no *site* da Confederação Nacional dos Transportes – CNT;
- g) [Armazenagem Agrícola no Brasil](#) – Dez/2005 - publicação da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, disponível no *site*;
- h) [Corredores de escoamento da Produção Agrícola](#) – Dez/2005 – Conab, disponível no *site*;
- i) [Corredores de escoamento da Produção Agrícola](#) – Corredor do Rio Madeira – Ago/2006 – Conab, disponível no *site*;
- j) [As vias de escoamento da Safra Brasileira](#) – Dez/2005 – Conab, disponível no *site*;

Obras sob acompanhamento:

- a) [Projeto da Eclusa de Tucuruí](#) – localizada no rio Tocantins/PA – Permite a transposição de nível e a navegabilidade do rio naquele trecho, para escoamento da produção via porto de Vila do Conde/PA
- b) [Terminal de Grãos do Maranhão](#) – a ser implantado no Porto do Itaqui/MA – O principal terminal portuário do Corredor Centro-Norte de Exportação, apresenta privilegiada localização, mais próxima dos mercados da Europa, Ásia, Oriente e América do Norte.
- c) [Ferrovia Norte-Sul](#) – obras em andamento no estado do Tocantins. A ferrovia fará a interligação das regiões Norte e Centro-Oeste à região Sudeste do País, integrando também o Corredor Centro-Norte de Exportação.

- d) [Ferrovia Nova Transnordestina](#) – integração dos estados da região Nordeste;
- e) [Ferrovia Ferronorte](#) – obras em andamento no Mato Grosso para viabilizar o escoamento da produção de grãos daquele estado;
- f) [Dragagem de aprofundamento dos Portos do Itaqui/MA, Vitória/ES, Santos/SP, Paranaguá/PR e Rio Grande/RS](#): principais portos exportadores de produtos do agronegócio;
- g) [BR 242, BR 158, BR 163 e BR 364](#) – principais rodovias do Mato Grosso, para o escoamento da produção de grãos.

1.2 O Programa é um importante instrumento de fomento à modernização do agronegócio, e tem servido de criação de modelos de solução de problemas de infraestrutura, de armazenagem, transporte, de agroindustrialização e, de elemento de promoção social, através da manutenção e criação de emprego e renda em todas as esferas da administração, principalmente para o público de pequenos e médios produtores.

2. DESEMPENHO DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos pelo Programa foram abaixo do esperado, apesar de ter havido um melhor equacionamento das questões relativas à formulação da política de desenvolvimento da logística de transporte e suas consequências para o agronegócio. De modo geral, houve uma limitação no alcance dos resultados gerais em função do grande passivo em restos a pagar, para 2009, do cronograma físico pendente como é o caso da Ação “Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário” e “Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário”.

3. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Aumentar a produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos.

O grau de contribuição dos resultados do Programa foi dentro do esperado, o que se justifica pelas ações que possibilitaram a melhoria de infraestrutura, especialmente no que concerne transporte, portos, ferrovias e rodovias, bem como a criação de modelos sustentáveis de desenvolvimento nos as-

pectos de fortalecimento da base social, tecnológica e de adoção de boas práticas agropecuárias permitem afirmar que há contribuições importantes na ampliação da produção agropecuária pelo Programa para o alcance dos resultados previstos no PPA.

4. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

A cobertura do público alvo foi abaixo do esperado, considerando que o público definido pelo Programa é bastante heterogêneo.

5. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O programa não avalia a satisfação dos beneficiários em função da amplitude e difusão espacial do público alvo, pode-se prever custos demasiadamente elevados para uma avaliação sistemática de níveis de satisfação dos beneficiários.

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O Programa utiliza como canal de participação social o seguinte mecanismo:

- a) **Discussão em Conselho Setorial:** As Câmaras Setoriais e Temáticas são mecanismos de consulta às lideranças de agronegócio que de modo geral apresentam reivindicações, proposições e validação das políticas públicas referentes ao programa. Além dessas, de modo específico destacamos os trabalhos desenvolvidos pelas Câmaras Temáticas de Infraestrutura e Logística; Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural – CONDRAF; Territórios da Cidadania;

A Câmara Temática de Infraestrutura e Logística colaborou significativamente com participação social para os resultados do Programa, dando prioridade na formulação dos investimentos do PAC. Essa estrutura colaborou, ainda, para a mobilização das forças políticas e para o controle social das providências que cercaram tais ações. Os Conselhos do Território da Cidadania possibilitaram igualmente a priorização de ações e o controle social do andamento de algumas das ações do Programa.





DESENVOLVIMENTO DA AGROENERGIA

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DA AGROENERGIA

GERENTE:

Manoel Vicente Fernandes Bertone

OBJETIVO:

Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva.

PÚBLICO ALVO:

Produtores rurais, suas associações e cooperativas, produtores industriais, fabricantes de bens de capital, instituições de pesquisa, consumidores finais de energia e países com potencial para o desenvolvimento de suas indústrias locais de biocombustíveis.

EXECUÇÃO:

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$581.177.486,00	Empenhado Liquidado: R\$54.065.840,00
	Pago Estatais: R\$256.717.457,00
Previsto não orçamentário -	Total: R\$ 310.783.297,00
	Percentual de Execução: 53,47%
	Realizado não orçamentário: -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Cooperação Internacional para a Difusão da Agroenergia - 8626 (ACORDO IMPLEMENTADO/UNIDADE)	22,00	42,00	1,91	520.000,00	272.213,00	0,52
Desenvolvimento da Potencialidade Agroenergética das Regiões Produtoras de Cacau - 8544 (AREA ATENDIDA/ha)	11.500,00	10.139,00	0,88	1.220.702,00	53.524,00	0,04
Difusão de Tecnologias para o Desenvolvimento da Produção Agroenergética - 2B18 (TECNOLOGIA DIFUNDIR/UNIDADE)	2,00	270,00	135,00	1.240.000,00	597.830,00	0,48
Estudo das Potencialidades das Matérias-Primas Agroenergéticas - 8542 (ESTUDO REALIZADO/UNIDADE)	4,00	0,00	0,00	100.000,00	51.307,00	0,51
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	1.288.880,00	1.085.280,00	0,84
Implantação da Estrutura Física e Laboratorial para Pesquisa em Agroenergia - 10YM (OBRA EXECUTADA/% de execução física)	120,00	88,00	0,73	20.310.517,00	17.585.700,00	0,87
Implantação de Unidade de Produção de Biodiesel Premium, no Estado do Pernambuco (PE) - 119L (Obra executada/% de execução física)	1,00	0,00	0,00	900.000,00	0,00	0,00

Continua

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Implantação de Unidades de Produção de Biocombustíveis - 10WD (OBRA EXECUTADA/% de execução física)	25,00	0,00	0,00	241.880.177,00	256.717.457,00	1,06
Implantação do Centro Nacional de Tecnologia do Etanol - CNTE - 10ZS (CENTRO IMPLANTADO/% de execução física)	15,00	0,00	0,00	1.500.000,00	975.000,00	0,65
Incorporação de Ativos da Petróbras pela Petróbras Biocombustíveis S.A. - 119K (Incorporação efetuada/% de execução física)	100,00	0,00	0,00	272.043.852,00	0,00	0,00
Inspeção e Certificação das Unidades Produtoras de Açúcar e Alcool - 4770 (Estabelecimento certificado/UNIDADE)	30,00	0,00	0,00	100.000,00	73.025,00	0,73
Manutenção da Infra-Estrutura das Unidades de Produção de Biocombustíveis - 20CA (-/-)	0,00	0,00	-	4.800.000,00	0,00	0,00
Organização e Capacitação dos Agentes das Cadeias Produtivas Agroenergéticas - 8538 (AGENTE BENEFICIADO/UNIDADE)	300,00	300,00	1,00	500.000,00	246.376,00	0,49
Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade da Agroenergia - 2D36 (pesquisa desenvolvida/UNIDADE)	103,00	103,00	1,00	32.774.358,00	31.474.600,00	0,96
Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biocombustíveis - 8971 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	4,00	0,00	0,00	1.999.000,00	1.650.985,00	0,83

METAS FINANCEIRAS - RAP

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APIURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Esse programa não possui ações RAP						

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APIURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Participação da Agroenergia na Matriz Energética Nacional - %	27,400	31/05/2006	31,500	03/2008*	29,500	Alta

Fonte: Balanço Energético Nacional, apurado pela Empresa de Pesquisa Energética - MME

Medidas corretivas necessárias:

(*) Correção da data de apuração para 03/2009

CONTEXTUALIZAÇÃO:

A preocupação com uma matriz energética mais limpa e renovável entrou na agenda mundial. O Tratado de Kyoto deixou, isso bem claro, ao estabelecer metas de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para os países desenvolvidos. No Brasil, o álcool e o carvão vegetal já ocupavam posição de destaque. O mesmo se espera para o biodiesel. Em função disso, é necessário se estruturar um plano de ações, visando fomentar a agroenergia, de forma que ela venha a constituir um novo negócio para a agricultura. Nesse contexto, a agroenergia deverá ter como foco não apenas os combustíveis líquidos (álcool e biodiesel) e o carvão vegetal, como também os resíduos de biomassa agrícola (bagaço e palha da cana, casca de arroz, resíduos florestais, etc.), as gorduras residuais de frigoríficos e o biogás produzido a partir de dejetos da pecuária. Isso deve ser feito respeitando algumas restrições importantes, como o caráter estratégico do mercado de combustíveis, o que exige a regularidade no abastecimento, a preços relativamente previsíveis. Em função disso, é necessário implementar um conjunto de ações, voltadas para o fomento à pesquisa e desenvolvimento tecnológico, bem como, à capacitação dos produtores rurais para se inserirem nesse novo mercado. Por último, como o Brasil ocupa posição de vanguarda em tecnologias para agricultura tropical e em biocombustíveis, o Programa também objetiva estruturar as ações de cooperação técnica internacional em agroenergia.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

- 1.1 Implantação e operacionalização, pela PETROBRÁS, de três plantas de biocombustíveis, todas com capacidade instalada de 56.520.000 de litros/ano, localizadas em Candeias/BA; Quixadá/CE e Montes Claros/MG;
- 1.2 Consolidação do Levantamento da Safra da Cana-de-açúcar, com três levantamentos realizados em 2008 pela Companhia Nacional de Abastecimento - Conab. O Trabalho começou a ser realizado em 2005 e, com os ajustes na metodologia e a ampliação da base de dados, tem havido significativo aumento na consistência das informações;
- 1.3 Conclusão do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar (ZOECA), ainda não publicado, realizado em parceria com a

Embrapa, Conab, Instituto Nacional de Meteorologia - INMET, Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais - CPRM, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Instituto Agrônomo - IAC e Centro de Pesquisa Meteorológica e Climáticas aplicadas à Agricultura - CEPAGRI/UNICAMP. O estudo contemplou a identificação das áreas mais recomendadas para a expansão da cana, respeitando todas as restrições legais, as reservas indígenas, os parques, as reservas florestais e biomas sensíveis;

- 1.4 Realização do 1º Curso de capacitação para técnicos de governo de outros países sobre a experiência brasileira com etanol combustível. O curso atendeu a 43 técnicos de 32 países de línguas portuguesa, francesa e espanhola;
- 1.5 Realização da Conferência Internacional de Biocombustíveis, evento que contou com mais de 2 mil inscritos, entre eles 92 delegações estrangeiras, além de representantes de 25 organismos internacionais.

2. DESEMPENHO DOS RESULTADOS

Alguns resultados superaram as expectativas, graças à parceria realizada com outros Ministérios e com recursos de ações de outros programas. Por exemplo: o primeiro curso de capacitação e a Conferência Internacional de Biocombustíveis superaram as expectativas, viabilizada com aporte de recursos orçamentários e financeiros do Ministério das Relações Exteriores – MRE. Desta forma, o orçamento disponibilizado está aquém da expectativa gerada para o programa, o que precisaria ser corrigido para anos futuros.

Algumas ações que estavam previstas para serem implementadas em parceria com outros órgãos (CNPq) não foram concretizadas.

A SPAE/Mapa firmou Termo de Cooperação Técnica com a Embrapa – Cerrados visando mapeamento de maciços naturais de palmáceas, com potencial para utilização do óleo na produção de Biodiesel. Porém, tendo em vista o encerramento do exercício, a Embrapa não conseguiu executar a meta estabelecida, com a conseqüente devolução dos recursos não utilizados.

3. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética.

O grau de contribuição dos resultados do programa para o alcance do objetivo setorial foi acima do esperado. Isso se justifica pelo aumento da participação da agroenergia na matriz energética motivado por uma série de fatores, incluindo a forte atuação do setor privado. No entanto, é notório que os resultados obtidos pelo programa contribuíram significativamente ao avanço dessas fontes em nível nacional, com reflexos positivos sobre a geração de emprego, renda e benefícios ambientais ao país.

4. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

A cobertura do público alvo foi acima do esperado, isso é justificado pelo aumento da participação da agroenergia na matriz energética brasileira que impactam direta e indiretamente sobre toda a sociedade brasileira. Além disso, houve forte cooperação com o setor privado e entidades de pesquisa envolvidas de alguma forma com o Programa.

5. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O resultado da avaliação de satisfação dos beneficiários do Programa foi bastante positivo e pode ser comparado pelas ações passíveis de avaliação e pelo público alvo que sempre elogia as iniciativas do Governo Brasileiro.

Os mecanismos formais utilizados foram às fichas de avaliação distribuídas ao público.

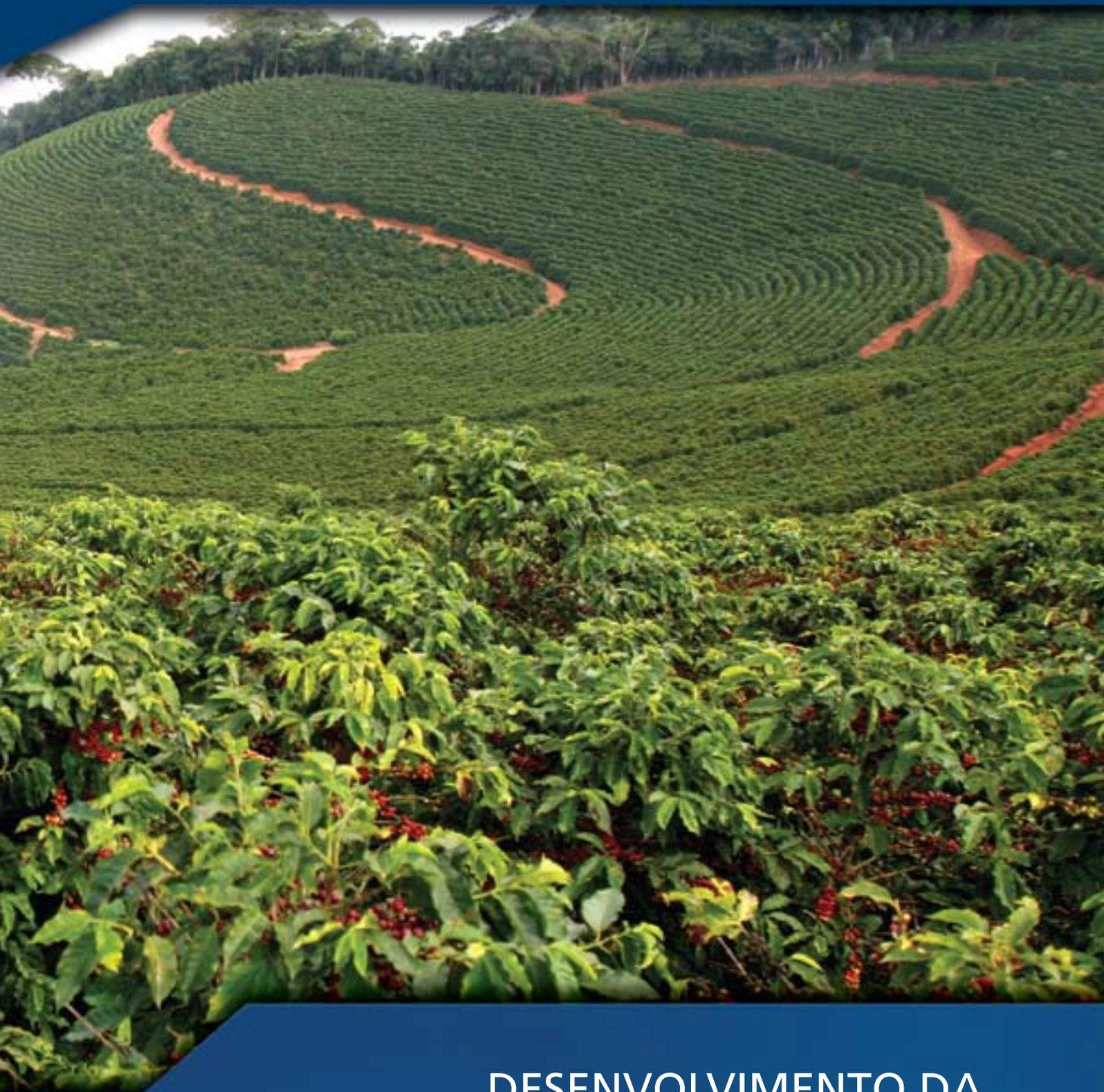
6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O Programa utiliza como canais de participação social os seguintes mecanismos:

- a) **Ouvidoria:** A Ouvidoria do Mapa tem encaminhado demandas às áreas técnicas no intuito de esclarecer denúncias quanto à qualidade duvidosa de produtos de origem vegetal encontradas no mercado;

- b) **Audiência Pública:** Em geral, as audiências públicas ocorrem como resultado das sugestões enviadas por ocasião de normativos propostos pelas áreas técnicas;
- c) **Consulta Pública:** Acontecem por ocasião de normativos propostos pelas áreas técnicas;
- d) **Reunião com grupos de interesse:** Sindicatos, Associações Representativas de diversos setores, Representantes do Corpo Diplomático e missões estrangeiras interessados em conhecer o desenvolvimento do agronegócio brasileiro;
- e) **Discussão em Conselho Setorial:** Foram criadas as Câmaras Setoriais com o objetivo de discutir os principais gargalos que afetam o agronegócio brasileiro. Estas Câmaras contam com a participação de representantes de diversos setores.





DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIRA



PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIRA

GERENTE:

Manoel Vicente Fernandes Bertone

OBJETIVO:

Gerar renda e desenvolvimento em todos os elos da cadeia agroindustrial do café, promovendo o aumento de divisas e empregos.

PÚBLICO ALVO:

Segmentos da cadeia produtiva do café: produção, industrialização, comercialização e exportação.

EXECUÇÃO:

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$2.553.002.713,0	Empenhado Liquidado: R\$2.239.263.397,00
	Pago Estatais: -
	Total: R\$2.239.263.397,00
Previsto não orçamentário -	Percentual de Execução: 87,71%
	Realizado não orçamentário: -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Capacitação de Técnicos e Produtores do Agronegócio do Café - 4717 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	200,00	20,00	0,10	300.000,00	97.570,00	0,33
Conservação dos Estoques Reguladores de Café - 2825 (ESTOQUE CONSERVADO/SACA)	1.000.000,00	521.476,00	0,52	7.360.001,00	6.737.485,00	0,92
Equalização de Juros nos Financiamentos para Custeio, Investimentos, Colheita e Pré-comercialização de Café (Lei 8.427, de 1992) - 0A27 (-/-)	0,00	0,00	-	80.000.000,00	24.718.595,00	0,31
Financiamento para Custeio, Investimento, Colheita e Pré-Comercialização de Café - 0012 (financiamento concedido/UNIDADE)	35.000,00	28.449,00	0,81	2.441.841.567,00	2.188.394.490,00	0,90
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	3.063.244,00	2.182.261,00	0,71
Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura - 4803 (pesquisa desenvolvida/UNIDADE)	200,00	84,00	0,42	9.837.901,00	9.626.418,00	0,98

Continua

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
	Promoção do Café Brasileiro no Exterior - 2C94 (EVENTO REALIZADO/JUNIDADE)	12,00	3,00	0,25	4.000.000,00	1.230.590,00
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	-	6.400.000,00	6.275.988,00	0,98
Remuneração às Instituições Financeiras pela Gestão do Contrato de Dação em Pagamento de Dívidas Alongadas - 4792 (Contrato remunerado/JUNIDADE)	1,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
	(RAP 2007) Conservação dos Estoques Reguladores de Café - 2825 (ESTOQUE CONSERVADO/SACA)	-	-	-	1.226.364,00	1.117.564,00
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	28.006,00	519,00	0,02

Continua

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
	(RAP 2007) Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura - 4803 (pesquisa desenvolvida/UNIDADE)	-	-	-	2.234.160,00	2.131.482,00
(RAP 2007) Prevenção e Controle de Pragas da Cafeicultura - 4762 (Área controlada /ha)				167.459,00	164.915,00	0,98
(RAP 2007) Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Economia Cafeeira - 4694 (Tecnologia transferida/ UNIDADE)	-	-	-	39.829,00	37.091,00	0,93

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Consumo Interno de Café - milhão de sacas	13,600	05/01/2003	18,100	12/2008	21,000	Média

Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC

Medidas corretivas necessárias: Segundo a ABIC, a meta para o consumo interno atingir 21 milhões de sacas, parece que vai ficando um pouco mais distante. O resultado de 18,10 milhões de sacas em 2008 exigiria um crescimento de 19% nos anos de 2009 a 2011, o que parece muito difícil de alcançar por duas razões básicas. Primeiro porque as indústrias se vêem diante de um enorme desafio: se o café já é consumido por 97% dos brasileiros com mais de 15 anos de idade, como aumentar ainda mais a demanda? a resposta, conforme indicou a pesquisa da *TNSInterScience*, está em fazer com que as pessoas tomem mais xícaras de café por dia, aumentando a frequência diária do consumo. Esse aumento da demanda, como apontou o estudo, virá do lançamento de produtos diferenciados, de alta qualidade, superiores, ou de inovações como os cafés gelados e preparados prontos para consumo. Outros fatores importantes serão a popularização e a maior oferta de equipamentos a preços competitivos, como máquinas para café 'expresso' (sache e cápsulas) e sistemas combinados para café filtrado (máquina e café), para uso nos lares, escritórios, consultórios e academias. A segunda razão é a atual situação mundial. "O consumo não deve cair em 2009, mas é justo que se espere uma redução na velocidade de crescimento em função dos efeitos da crise econômica atual", analisa o presidente daquela entidade, Almir José da Silva Filho. Por estas razões, a ABIC deverá rever a meta dos 21 milhões de sacas, que talvez sejam alcançados em 2012.

Volume de Produção de Café - milhão de sacas	29,000	05/01/2003	46,000	12/2008	35,000	Alta
--	--------	------------	--------	---------	--------	------

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - Conab

Medidas corretivas necessárias: Até o momento não há necessidade de medidas corretivas à produção de café. Os resultados obtidos, já em 2008, superaram as metas previstas para 2011. Segundo a Conab, o acréscimo na previsão da safra está diretamente relacionado com a melhoria dos tratamentos culturais e a recuperação das lavouras, verificada após a regularização das chuvas na segunda quinzena de outubro de 2008. Numa próxima reavaliação do PPA, deverão ser previstos novos índices para 2011.

Volume de Exportação de Café - milhão de sacas	17,300	05/01/2003	29,500	12/2008	28,400	Alta
--	--------	------------	--------	---------	--------	------

Fonte: MDIC - Secretaria de Comércio Exterior - SECEX

Medidas corretivas necessárias: Em 2008, não se observou ponto de atenção ao longo do ano. As exportações brasileiras de café mantiveram fluxo regular neste período, bem como foi superado em 3,87% o índice previsto para 2011. Numa próxima reavaliação do PPA, deverão ser previstos novos índices de exportação de café para 2011.

CONTEXTUALIZAÇÃO:

Historicamente, a produção, industrialização e comércio de café têm representação significativa para a economia brasileira. Atualmente, o café é cultivado em aproximadamente 300.000 propriedades rurais, em 1.850 municípios distribuídos em 14 estados da federação, onde ocupa uma área cultivada correspondente a 2,7 milhões de hectares. Esse significativo parque produtivo tem uma intrincada rede de impactos econômicos “para frente” e “para trás” da produção agrícola. Ao todo, estima-se que esta cadeia produtiva gera 7 milhões de empregos diretos e indiretos e é responsável pela geração de riquezas que representam 2,2% da pauta de exportação brasileira e 5,4% do agronegócio. A produção brasileira de café ocupa, hoje, posição de destaque no mercado mundial sendo o 1º produtor representando 39,8% da produção mundial, e o 1º exportador representando 31,8% das exportações mundiais de café, com uma geração de divisas de 1,4 bilhões de dólares.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

- 1.1 Financiamento para Custeio, Investimento, Colheita e Pré-Comercialização de Café, com a concessão de 28.449 contratos, alcançando 81,28% da meta física prevista para o exercício de 2008, sendo 27.902 contratos firmados diretamente com cafeicultores, indústrias torrefadoras, beneficiadores e exportadores de café, e 547 com cooperativas de produtores rurais, distribuídos entre as linhas de financiamento de custeio, colheita, estocagem e aquisição de café, em 15 Unidades da Federação;
- 1.2 **Desenvolvimento das pesquisas:** Projeto Genoma do Cafeeiro; Projeto Inovação; Foco Café e Saúde; Criação do Parque Tecnológico do Café; Produção Integrada de Café – PIC; Mudanças climáticas e suas influências na cafeicultura; Novas variedades de café; Nova forma de irrigar o café no cerrado; Portal Geosolos no foco da tecnologia moderna; Novo método de colheita e secagem do Café Conilon; Multiplicação do conhecimento. A Universidade Federal de Lavras – UFLA, em parceria com o Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café – CBP&D/Café publicou o livro “Pós-colheita do Café”. Também em 2008, foi lançado pela Embrapa Café o livro “Cultivares de Café”;

- 1.3 **Realização dos eventos:** Campanha “Café é saúde”; Exposição “A Trajetória das Correntes Imigratórias no Brasil – Japoneses, Italianos, Espanhóis e Austríacos – As Fazendas e a Contribuição na Cafeicultura”; 7º Concurso Estadual de Qualidade do Café de São Paulo ; 6ª Edição Especial dos Melhores Café Brasileiro de São Paulo; e o 9º Concurso de Qualidade Cafés do Brasil e Leilão Cup of Excellence; Feira World Specialty Coffee Conference Exhibition SCAJ 2008; Projeto Vendedor no Japão e Programa de Degustação dos Cafés do Brasil – (solúvel).

2. DESEMPENHO DOS RESULTADOS

Os resultados do Programa foram dentro do esperado, apesar de não ter sido executado 100% da programação prevista em 2008, tendo em vista as ações que seriam realizadas por meio de convênios, terem sido prejudicadas em razão do atraso ocorrido na implantação do Sistema de Convênios – SICONV.

3. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.

O grau de contribuição dos resultados do programa para o alcance do objetivo setorial foi acima do esperado, o que se justifica pelo apoio às ações voltadas à preservação do meio ambiente, permitindo ao agronegócio do café evoluir social e politicamente, objetivando satisfazer as aspirações e as necessidades das gerações atuais e futuras. Como exemplo, destaca-se a liberação de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé, no ano de 2008, referente ao Edital MCT/CNPq/Agro-HIDRO/Mapa-SDC-SPAÉ, Nº 44/2008, para atender à recuperação de áreas degradadas.

4. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

A cobertura do público alvo foi dentro do esperado, o qual corresponde aos componentes da cadeia produtiva e agroindustrial do café, sendo que o consumidor final é considerado o último elo dessa cadeia. Portanto, em

razão dos resultados apresentados pelo Programa, é de se concluir que o alcance do citado público é proporcional aos resultados obtidos, ou seja, em torno de 80% a 100%.

5. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O Programa não avalia a satisfação dos beneficiários e este fato é justificado tendo em vista que os recursos pertencentes ao Funcafé são originários de receitas provenientes do retorno de financiamentos concedidos aos cafeicultores e cooperativas, e não recursos ordinários, razão pela qual o Funcafé não dispõe de recursos que permita ao Programa arcar com despesas com pesquisas para atender a essa finalidade por serem bastante onerosas.

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O Programa utiliza como canais de participação social os seguintes mecanismos:

- a) **Audiência Pública:** São efetuadas audiências públicas, quando necessário;
- b) **Reunião com grupos de interesse:** Reuniões com a cadeia agroindustrial do Café: ABIC, ABICs e outras;
- c) **Discussão em Conselho Setorial:** As programações dos gastos e atividades desenvolvidas pelo Programa são discutidas e aprovadas nos respectivos Comitês, ou seja, de Planejamento, de Pesquisa e de Promoção e Marketing do Café, e homologadas pelo Conselho Deliberativo da Política do Café – CDPC.

A participação social para os resultados do programa é de suma importância para o agronegócio café, pois permite a interação entre o setor cafeeiro; apreciação e discussão sobre as propostas formuladas pelos diversos grupos de interesse; avaliação dos custos propostos para os projetos apresentados nos comitês; confiabilidade e transparência com relação aos recursos aplicados nas diversas ações componentes do programa.





DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

GERENTE:

Célio Brovino Porto

OBJETIVO:

Assegurar a inserção e o desenvolvimento do agronegócio brasileiro no comércio internacional de forma competitiva e sustentada, por meio da diversificação de sua pauta exportadora de produtos e de mercados de destino, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do País.

PÚBLICO ALVO:

Produtores, importadores e exportadores de produtos agropecuários

EXECUÇÃO:

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$4.060.469,00	Empenhado Liquidado: R\$3.190.796,00
	Pago Estatais: -
	Total: R\$3.190.796,00
Previsto não orçamentário -	Percentual de Execução: 78,58%
	Realizado não orçamentário: -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Capacitação de Negociadores e Profissionais do Agronegócio em Comércio Exterior - 4840 (AGENTE CAPACITADO/UNIDADE)	120,00	31,00	0,26	96.000,00	25.736,00	0,27
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	1.000.000,00	521.476,00	0,52	1.357.000,00	686.894,00	0,51
Missões Comerciais Internacionais para o Agronegócio - 8533 (Missão apoiada /UNIDADE)	100,00	93,00	0,93	1.132.469,00	1.054.749,00	0,93
Promoção do Agronegócio no Exterior - 8548 (EVENTO REALIZADO/ UNIDADE)	45,00	33,00	0,73	1.475.000,00	1.423.417,00	0,97

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Esse programa não possui ações RAP						

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APIURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Participação do Brasil no Mercado Mundial de Produtos Agropecuários - %	4,100	31/12/2005	5,100	12/2008	5,400	Alta

Fonte: Organização Mundial do Comércio - OMC

Medidas corretivas necessárias:

Taxa de Variação Anual das Exportações do Agronegócio - %	13,400	31/12/2006	22,900	12/2008	12,000	Alta
---	--------	------------	--------	---------	--------	------

Fonte: Mapa

Medidas corretivas necessárias:

CONTEXTUALIZAÇÃO:

O agronegócio brasileiro responde por um em cada três reais de renda gerada no País e contribui decisivamente para o superávit da balança comercial. O setor abrange 28% do PIB, 36% das exportações e 37% dos empregos. A adequada inserção desse setor no comércio internacional é importante para o bom desempenho de suas atividades, uma vez que incrementa os fluxos comerciais, gera ganho de escala na produção e, em conseqüência, propicia maior competitividade e possibilidade de acesso a mercados. Entretanto, essa participação vem ocorrendo abaixo de sua potencialidade, exigindo ações direcionadas aos atores do agronegócio brasileiro que visem à solução do problema.

Barreiras tarifárias e não-tarifárias (barreiras técnicas, barreiras sanitárias e fitossanitárias) aplicadas aos produtos agrícolas brasileiros dificultam, ou muitas vezes impedem o acesso desses produtos a mercados externos. Além disso, os subsídios concedidos pelos governos à produção e à exportação são práticas que distorcem o comércio, geram excedentes e deprimem os preços mundiais das commodities. O ataque a essas questões exige atos que tenham como base as políticas agrícola, sanitária e fitossanitária na defesa dos interesses do agronegócio brasileiro nos foros de negociação internacional.

A existência de deficiências na articulação entre os atores do agronegócio no país e junto aos principais parceiros comerciais do Brasil também dificulta, a inserção satisfatória do agronegócio brasileiro no comércio internacional. Maior coordenação entre as diversas áreas, que participam de negociações em temas agrícolas, propicia o melhor aproveitamento das oportunidades e recursos disponíveis, contribuindo para uma ação mais eficiente e eficaz. Da mesma forma, a necessidade de pleno domínio dos sistemas de promoção e comercialização internacionais; das regras, normas e disciplinas comerciais, sanitárias e fitossanitárias requerem constante aperfeiçoamento e atualização dos técnicos e profissionais do governo que trabalham com o comércio exterior de produtos agropecuários.

A baixa percepção da qualidade e sanidade dos produtos agropecuários brasileiros, aliada aos constantes ataques à imagem do agronegócio nacional no exterior resultam em dificuldade de acesso a novos mercados e

perda de mercados já conquistados. Ações de promoção da imagem do agronegócio brasileiro no exterior, por meio da difusão de informações das diversas áreas do setor agropecuário que enfatizem a qualidade, a sanidade e a sustentabilidade da produção agrícola nacional têm por finalidade enfrentar essa carência.

A falta de informações sistematizadas disponíveis sobre os mercados internacionais do agronegócio, sobre os requisitos necessários para a exportação de produtos agropecuários e sobre a possibilidade e necessidade de integração econômica e contratual das cadeias produtivas do agronegócio para exportação contribuem igualmente para que as exportações do agronegócio ocorram abaixo do potencial. A elaboração de políticas focadas na obtenção, organização e disponibilização dessas informações para o público, por meio de seminários, cursos, sistemas de informação, estudos, pareceres e publicações procura combater diretamente essa lacuna. Ainda no que concerne à integração das cadeias produtivas do agronegócio para exportação, a criação de Projetos Piloto associativos objetivam a efetiva implementação contratual da integração dos elos das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro para a exportação.

Todas as deficiências acima ressaltadas concorrem para que a pauta de exportação de produtos do agronegócio brasileiro esteja concentrada em produtos e em mercados importadores. A concentração da pauta, por sua vez, converge para o problema: Inserção do agronegócio brasileiro no comércio internacional abaixo de sua potencialidade.

Por fim, a não solução do problema ocasiona: queda na renda dos setores do agronegócio; instabilidade na produção agropecuária decorrente da dependência da exportação de alguns produtos, para poucos mercados e perda de competitividade da produção.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

1.1 Missões internacionais:

- a. Reuniões do Codex Alimentarius;
- b. Reuniões no âmbito da Organização Mundial do Comércio – OMC;

- c. Reunião com autoridades sanitárias do Japão e da China;
- d. Grupo de Trabalho do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul);
- e. 2ª reunião do Comitê Consultivo Agrícola Brasil x Canadá;
- f. Reuniões no âmbito do Mercosul.

1.2 Para a promoção do agronegócio no exterior foram realizados os seguintes eventos:

- a) Fomento à Integração Contratual das Cadeias Produtivas para Exportação, trabalhando com produtores, associações, cooperativas, agroindústrias e exportadores. Com esse objetivo foi implementado o Projeto de Integração do Agronegócio para Exportação (ProdiEx), composto das seguintes ações:
 - [AgroEx](#) - Seminário do Agronegócio para Exportação (fomento da exportação do agronegócio);
 - [Agrolnt](#) - Curso de Integração para Exportação (formação da cultura de integração contratual dos elos das cadeias produtivas do agronegócio para exportação);
 - [AgrolIntegra](#) - Agenda para Negócios Integrados (coordenação da integração contratual para exportação).
- b) Apoio para a constituição do Consórcio Nacional Cooperativo Agropecuário - Coonagro;
- c) Divulgação da Balança Comercial do Agronegócio e de informações sobre o Comércio Exterior do Agronegócio para os tomadores de decisão do Mapa;
- d) Publicação do livro “Intercâmbio Comercial do Agronegócio - principais parceiros comerciais 2008”;
- e) Missões comerciais a 13 países, entre os quais destacam-se: Japão, China, Rússia, Polônia, Hong Kong; duas missões de diplomatas estrangeiros sediados no Brasil para visitar regiões/setores importantes do agronegócio brasileiro: flores e setor sucroalcooleiro (estado de São Paulo) e genética bovina e produção de leite (estado de Minas Gerais);

- f) Atualizado o material de divulgação institucional do agronegócio brasileiro produzido pelo Mapa em outras línguas;
- g) Acompanhamento de missões estrangeiras. Dentre as principais missões recebidas pelo Brasil em 2008, destacam-se:
- *Food and Veterinary Office (FVO/DG SANCO/Comissão Europeia)*;
 - Rastreabilidade: avaliação do sistema de rastreabilidade em uso para gado qualificado para abate com exportação de carne para a União Europeia-UE, de 25/02 a 13/03/2008;
 - Avaliação do controle de resíduos e contaminantes em animais vivos e produtos de origem animal, incluindo controle de produtos de uso veterinário; de 04 a 12/03/2008;
 - Rússia: duas missões para novas habilitações de estabelecimentos de carnes, ocorridas em março e outubro de 2008;
 - China: habilitação de estabelecimentos de abate de bovinos;
 - Israel: habilitação de estabelecimentos para exportação de carne bovina;
 - Colômbia: reunião visando à remoção dos entraves de ordem sanitária e fitossanitária às exportações de animais vivos, carnes e frutas;
 - Chile: habilitação de estados brasileiros à exportação de carne bovina "*in natura*" e habilitação de estabelecimentos de abate de carne suína e de aves "*in natura*";
 - China: habilitação de estabelecimentos de abate de suínos e de estabelecimentos produtores de gelatina;
 - Coreia do Sul: habilitação de estabelecimentos de abate de aves;
 - Estados Unidos: visita de inspeção, no âmbito da Análise de Risco visando a importação de carne suína "*in natura*" do Estado de Santa Catarina, habilitação de estabelecimentos de abate de carne bovina termoprocessada e estabelecimentos produtores de sucos;

- Israel: cooperação na erradicação do Greening; e
 - México: habilitação de estabelecimentos de lácteos.
- h) As principais missões brasileiras realizadas no exterior em 2008 foram:
- Indonésia: criação do Comitê Consultivo Agrícola - CCA e realização da 1ª reunião;
 - Chile: primeira reunião do CCA;
 - Malásia: discussão de proposta de exportação brasileira de carne suína *in natura* do estado de Santa Catarina, carne de aves, carne bovina e frutas;
 - Filipinas: discussão de proposta de exportação brasileira de carne suína *in natura* do estado de Santa Catarina e fomentar, diversificar a pauta de exportação brasileira;
 - México: discussão de proposta de exportação brasileira de carne suína *in natura* do estado de Santa Catarina;
 - Índia: implementação do protocolo em matéria fitossanitária firmado entre os dois países;
 - Rússia: participação em Feira *World Food Moscow*, tratativas sobre andamento das negociações sobre certificação sanitária para produtos de origem animal e habilitação de estabelecimentos, ocorrida em setembro de 2008. Participação em reunião do Grupo de Trabalho da área animal, em agosto e novembro de 2008;
 - Ucrânia: negociações envolvendo procedimentos para habilitação de estabelecimentos de carnes Acordo de Quarentena Vegetal e CCA;
 - União Europeia: negociação para flexibilização das medidas relativas à legislação sobre rastreabilidade, com manutenção das garantias exigidas pela UE, ocorrida em setembro de 2008;
 - China: discussão e assinatura de protocolo bilateral para o comércio da carne suína;

- Japão: abertura do mercado japonês para a carne suína do estado de Santa Catarina;
- China: reunião visando à remoção dos entraves de ordem sanitária às exportações de carne bovina e de aves "*in natura*" e abertura das exportações brasileiras de carne suína e de gelatina;
- Chile: auditoria técnica a estabelecimentos de criação de pescados e produção de frutas;
- Chile: abertura das exportações de carne bovina "*in natura*";
- Cingapura: reunião visando discutir o índice de contaminação em carne de aves exportadas;
- Canadá: 2ª Reunião do CCA Brasil/Canadá;
- Coreia do Sul: 2ª Reunião do CCA Brasil/Coreia do Sul;
- Estados Unidos: Reuniões bilaterais para a abertura do mercado norte americano aos produtos agropecuários brasileiros; e
- Cingapura, Hong Kong e China: reuniões visando à remoção dos entraves de ordem sanitária às exportações de carnes para fomentar e diversificar a pauta de exportação brasileira;

1.3 Negociações bilaterais sobre barreiras sanitárias e fitossanitárias que permitiram o acesso de produtos agropecuários brasileiros a diversos países destacando-se:

- Abertura do mercado japonês à manga Kent;
- Abertura do mercado de Cingapura e Chile para a carne suína com osso "*in natura*", com osso do estado de Santa Catarina;
- Abertura do mercado do Chile a carne de aves "*in natura*" dos estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo;
- Assinatura de memorando de entendimentos na área sanitária, fitossanitária e de cooperação com Egito, Sudão, Jordânia e Cuba;

- Liberação das exportações de carne bovina e suína "*in natura*" do estado do Paraná para Cingapura, Emirados Árabes e Filipinas;
- Negociações para acordo de certificados sanitários internacionais para exportações de carne eqüina, pratos prontos e derivados de ovos para a África do Sul;
- Rússia: liberação das exportações de carne suína e bovina dos estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina, Goiás e São Paulo, com destino à comercialização no varejo. Essa liberação foi resultado de constantes gestões da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio - SRI, em conjunto com a Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA, e foi de suma relevância, tendo em vista a importância do mercado russo para as exportações de carnes do Brasil;
- China: abertura do mercado chinês à carne bovina procedente dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rondônia e Acre. Para que as exportações de carne bovina provenientes desses Estados sejam efetivadas, será necessária a realização de missão chinesa ao Brasil para habilitação de estabelecimentos. Os estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Amazonas foram autorizados a exportar carne de aves para o mercado chinês. Ainda em relação à China, foi concluído acordo sobre certificação sanitária para exportação de lácteos e assinatura do protocolo bilateral para exportações de carne suína "*in natura*".

1.4 Capacitação:

- Curso de Formação de Auditores do Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos - SISBOV;
- Reunião preparatória da posição brasileira para o grupo de trabalho do Codex Alimentarius;
- 41º Congresso Brasileiro de Fitopatologia - CBF;
- Conferência Índia e seminário IBAS (Índia, Brasil e África do Sul).

2. DESEMPENHO DOS RESULTADOS

Os resultados do Programa foram dentro do esperado, porém, dois problemas afetaram o bom desempenho da execução deste Programa no ano de 2008: i) A existência de dispositivos legais impondo um limite de movimentação de empenho sobre os recursos orçamentários da Secretaria, o que restringiu a sua capacidade de gasto e ii) O impedimento, a partir do mês de outubro, para aquisição de passagens aéreas em decorrência do esgotamento do limite estabelecido no contrato firmado entre o Ministério e a agência de viagens.

Das quatro ações existentes no programa, estes dois problemas atingiram mais intensamente a ação Gestão e Administração do Programa e a ação Capacitação de Negociadores e Profissionais do Agronegócio em Comércio Exterior. Desta forma, as ações que mais contribuíram para a obtenção dos resultados do programa foram as ações Missões Comerciais para o Agronegócio e Promoção do Agronegócio no Exterior.

3. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.

O grau de contribuição dos resultados do programa para o alcance do objetivo setorial foi acima do esperado, pois os resultados apurados para os dois indicadores de desempenho do programa são superiores às metas estimadas para o ano de 2008. Com isto, verifica-se que o País vem obtendo taxas positivas de crescimento das exportações e de aumento de sua participação no comércio internacional. Tais resultados significam aumento das receitas de exportação e maior geração de emprego nas áreas agrícolas do país. Pela magnitude dos resultados de 2008 e relativamente ao índice previsto para o final do PPA, pode-se afirmar que este índice final já foi superado. Tudo isto reforça o grau de contribuição dos resultados do programa para o alcance do objetivo setorial estabelecido no PPA 2008-2011.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O Programa não avalia a satisfação dos beneficiários e este fato é justificado tendo em vista que as ações do Programa Desenvolvimento do Agronegócio no Comércio Internacional possuem um grande efeito multiplicador, mas não atingem um percentual significativo do universo de possíveis exportadores brasileiros.

5. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O Programa utiliza como canais de participação social os seguintes mecanismos:

- a) **Reunião com grupos de interesse:** Reuniões com segmentos específicos do agronegócio onde se discute com os interessados estratégias de ações nas negociações internacionais, buscando incentivar integração contratual de cadeias produtivas com vista a prepará-los para exportação. Para tanto trabalha com produtores, associações, cooperativas e agroindústrias, por meio de eventos realizados em diversos estados brasileiros.
- b) **Discussão em Conselho Setorial:** O Ministério da Agricultura criou como canal de interlocução com a sociedade civil, o mecanismo das câmaras setoriais. A Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio se vale dessas câmaras para discutir estratégias de ações nas negociações internacionais, calendário de eventos, definição de prioridade de mercados a serem explorados e identificação das demandas dos diferentes segmentos do agronegócio.

A contribuição da participação social para os resultados do Programa foram as sugestões de mercados a serem trabalhados e de ações a serem realizadas de forma a permitir maior transparência e representatividade para as ações da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio.





DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DAS REGIÕES PRODUTORAS
DE CACAU

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU

GERENTE:

Jay Wallace da Silva e Mota

OBJETIVO:

Promover o aumento da geração de emprego e renda nas regiões produtoras de cacau, por meio do desenvolvimento e verticalização das atividades agropecuárias regionais, considerando, sobretudo, as relações de equilíbrio socioeconômico, capacidade de uso da mão-de-obra e sustentabilidade ambiental.

PÚBLICO ALVO:

Produtores e trabalhadores rurais das regiões produtoras de cacau.

EXECUÇÃO:

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$28.547.224,00	Empenhado Liquidado: R\$17.596.007,00
	Pago Estatais: -
	Total: R\$17.596.007,00
Previsto não orçamentário -	Percentual de Execução: 61,64%
	Realizado não orçamentário: -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Controle da Doença Vassoura-de-Bruxa - 2143 (Área controlada /ha)	420.222,00	162.521,00	0,39	2.557.971,00	2.482.477,00	0,97
Difusão de Tecnologias para o Agronegócio do Cacau e Sistemas Agrossilvopastoris - 4715 (PRODUTOR ATENDIDO/ UNIDADE)	54.363,00	38.243,00	0,70	4.826.844,00	3.813.181,00	0,79
Equalização de Juros para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001) - 0297 (-/-)	0,00	0,00	-	9.304.000,00	426.718,00	0,05
Geração de Tecnologia para o Desenvolvimento das Regiões Produtoras de Cacau - 2127 (pesquisa desenvolvida/ UNIDADE)	65,00	53,00	0,82	3.131.779,00	2.907.249,00	0,93
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	3,00	0,00	0,00	8.726.630,00	7.966.382,00	0,91

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Controle da Doença Vassoura-de-Bruxa - 2143 (Área controlada /ha)	-	-	-	544.475,00	509.424,00	0,94
(RAP 2007) Difusão de Tecnologias para o Agronegócio do Cacau e Sistemas Agrossilvopastoris - 4715 (PRODUTOR ATENDIDO/UNIDADE)	-	-	-	564.619,00	537.481,00	0,95
(RAP 2007) Geração de Tecnologias para o Agronegócio do Cacau e Sistemas Agrossilvopastoris - 2127 (pesquisa desenvolvida/UNIDADE)	-	-	-	772.297,00	745.368,00	0,97
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	799.531,00	703.534,00	0,88
(RAP 2007) Prevenção e Controle de Pragas da Cacauicultura - 4726 (Área controlada /ha)	-	-	-	73.600,00	73.600,00	1,00

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Ocupação na Agropecuária das Regiões Cacaueiras do Brasil - PERCENTAGEM	30,000	31/12/2005	37,000	12/2008	40,000	Média

Fonte: Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE

Medidas corretivas necessárias: O alcance da meta de 40% para 2011 está condicionado ao fortalecimento das ações de Pesquisa/Desenvolvimento, Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, bem como alavancar as ações do PAC - Cacao e dos Programas dos Territórios de Identidade e Cidadania.

Renda Agropecuária nas Regiões Cacaueiras do Brasil - R\$/ha	650,000	31/12/2006	978,300	12/2008	0,000	Média
--	---------	------------	---------	---------	-------	-------

Fonte: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - Ceplac e IBGE

Medidas corretivas necessárias: O alcance de índices de referência para o final do PPA, superior aos R\$ 1.250,00 programados para 2008 está condicionado ao fortalecimento das ações de Pesquisa/Desenvolvimento, Educação Tecnológica, Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, bem como alavancar as ações do PAC - Cacao e dos Programas dos Territórios de Identidade e Cidadania. Associa-se à necessidade de políticas públicas compartilhadas com os órgãos ambientais e de fiscalização. Merece consideração, ainda, a atual conjuntura econômica mundial e do seu efeito no mercado de commodities.

Taxa de Degradação Ambiental nas Regiões Cacaueiras do Brasil - PERCENTAGEM	40,000	31/12/2002	34,000	12/2008	26,000	Média
---	--------	------------	--------	---------	--------	-------

Fonte: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - Ceplac, IBGE e IBAMA

Medidas corretivas necessárias: O alcance da meta de redução das áreas degradadas para índices de 26% em 2011 está condicionado ao fortalecimento das ações de Pesquisa/Desenvolvimento, Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, bem como alavancar as ações do PAC - Cacao e dos Programas dos Territórios de Identidade e Cidadania. Associa-se à necessidade de políticas públicas compartilhadas com os órgãos ambientais e de fiscalização.

CONTEXTUALIZAÇÃO:

Recuperar a renda do produtor rural, através do aumento da produtividade do agronegócio, em especial do cacau e sistemas agroflorestais, contribuindo para a elevação da competitividade da agropecuária, reduzindo assim as desigualdades regionais, promovendo abertura de postos de trabalhos, conservando os recursos naturais e melhorando a qualidade de vida no campo.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

- 1.1 Geração e difusão de 140 conhecimentos tecnológicos e gerenciais com foco nos biomas da Mata Atlântica e Floresta Amazônica, tendo como ênfase os sistemas agroflorestais, integrando a conservação ambiental e o desenvolvimento social na expansão do agronegócio das regiões cacaeiras;
- 1.2 Aperfeiçoamento do agronegócio nos Biomas de Mata Atlântica e Floresta Amazônica, com vistas ao desenvolvimento sustentável das regiões produtoras de cacau;
- 1.3 Desenvolvimento de 32 clones resistentes e/ou tolerantes associados às ações de clonagem de cacaeiros nas propriedades rurais, constituiu-se em medida decisiva para contenção dos avanços da doença Vassoura-de-Bruca e restabelecimento das áreas de produção de cacau na Bahia;
- 1.4 Realização de 65 pesquisas avançadas em genética, biologia molecular e fitopatologia, com foco na produção e posterior processamento de cacau fino, orgânico e com certificação de origem em sistemas agroflorestais.

2. DESEMPENHO DOS RESULTADOS

Os resultados do Programa foram dentro do esperado, contribuindo para a elevação do padrão de qualidade de vida pelo incremento da renda agropecuária para níveis de R\$978,30 /hectare/ano, com índice de 78,26% do incremento da renda previsto para o exercício em análise, que corresponde

a R\$1.250,00. Pela abertura de novos postos de trabalho, cuja taxa de ocupação apurada foi de 37% em relação à taxa de 38% programada. Com relação ao índice de degradação ambiental, situou-se em 34%, atingindo o percentual de 74% do índice de 27% previsto.

3. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.

O grau de contribuição dos resultados do Programa para o alcance do objetivo setorial foi dentro do esperado o que se justifica pela concepção dos indicadores de resultado, que preconizou pelas dimensões econômica, social e ambiental, obtendo-se como desempenho índices satisfatórios de realização, com média apurada de 83,24% dos indicadores de renda agropecuária, taxa de ocupação de mão-de-obra e taxa de degradação ambiental, considerando suas interfaces com as atividades dos agronegócios regionais.

4. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

A cobertura do público alvo foi abaixo do esperado e isso ocorreu em função da ausência de política creditícia, endividamento e descapitalização dos produtores, com reflexos na avaliação da eficiência da extensão rural – corporificada na defasagem de pessoal e irregularidade nos fluxos financeiros. Merece realce, as limitações e adversidades inerentes aos Biomas da Amazônia e Mata Atlântica, território de implementação desse programa.

5. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O Programa não avalia a satisfação dos beneficiários, pois não existe instrumento formal de controle social da ação. Informalmente, através da percepção dos extensionistas, pesquisadores e educadores, afere-se a visão do público alvo, com margem de inferência circunstancial pela autodefesa ou desvio do foco. As oficinas territoriais e audiências públicas com representações dos produtores têm subsidiado uma melhor avaliação institucional.

Não obstante as manifestações de respeito do público alvo às ações da Ceplac, torna-se urgente a implantação de controle social legítimo, bem como aferição junto aos beneficiários através de auditoria externa, isenta e capaz de executar pertinente avaliação.

6. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

O Programa contempla temas transversais e faz sua abordagem conforme segue:

- a) **Raça:** A Extensão Rural contempla integralmente esta temática transversal tanto na concepção como na prática da abordagem de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER. Setores sociais como indígenas, quilombolas e ribeirinhos constituem atores integrantes desse debate e beneficiários do processo;
- b) **Gênero:** As ações de capacitação para o campo contemplam indiscriminadamente as mulheres trabalhadoras, inclusive nas práticas da atividade agropecuária;
- c) **Criança e Juventude:** Tanto nas ações de capacitação como nas comunidades rurais têm-se destinados esforços para inclusão da juventude rural como protagonista do processo de desenvolvimento territorial.

Dentre o público alvo incluem-se mulheres, jovens, indígenas, ribeirinhos e quilombolas, atendidos pelo serviço de extensão rural e assistência técnica, principalmente no que concerne à elaboração de projetos creditícios e capacitação técnica nas diversas atividades, agrícolas e não agrícolas, desenvolvidas pelas comunidades. Estes temas transversais estão inseridos na nova abordagem do Programa Nacional de ATER – PLANATER, conceitos adotados pelos extensionistas da Ceplac.

7. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O Programa utiliza como canais de participação social os seguintes mecanismos:

- a) **Reunião com grupos de interesse:** Promovem-se reuniões com os segmentos sociais envolvidos na implementação e avaliação das políticas públicas voltadas para os territórios da cidadania e identidade definidos para as regiões de atuação da Ceplac.
- b) **Discussão em Conselho Setorial:** Todas as unidades locais nos diversos estados de atuação da Ceplac interagem com os conselhos setoriais de desenvolvimento rural, nos municípios de atuação, espaço de debate sobre outras políticas transversais como: programas de aquisição de alimentos, recuperação de áreas degradadas, educação para o campo, transportes, comercialização, saúde.

Os produtores e trabalhadores rurais constituíram-se em protagonistas importantes para as contribuições da participação social como os resultados do Programa, em especial no controle da Vassoura-de-Bruxa. Compartilharam-se na utilização das experiências exitosas, detectadas nas propriedades rurais, como unidades demonstrativas e de ensaios e experiências de pesquisa em campo, bem como em outras ações integradas de educação e conservação ambiental em Bacias Hidrográficas e áreas degradadas e de compra da produção agrícola. Destacam-se também as contribuições incorporadas ao debate democrático com as representações dos produtores nas questões alusivas à recuperação da economia cacaueteira, bem como no planejamento e gestão das políticas públicas encampadas nos territórios de identidades e de cidadania.





DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO

GERENTE:

Marcio Antonio Portocarrero

OBJETIVO:

Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos produtos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias.

PÚBLICO ALVO:

Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.

EXECUÇÃO:

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$24.656.251,00	Empenhado Liquidado: R\$18.790.057,00
	Pago Estatais: -
	Total: R\$18.790.057,00
Previsto não orçamentário -	Percentual de Execução: 76,21%
	Realizado não orçamentário: -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica - 4720 (Unidade controlada/UNIDADE)	5.000,00	0,00	0,00	1.700.000,00	1.118.551,00	0,66
Apoio a atividades produtivas para o desenvolvimento da caprinocultura, equídecultura e ovinocultura - 90ES (plano elaborado/UNIDADE)	200,00	220,00	1,10	0,00	0,00	-
Apoio a atividades relacionadas à agricultura orgânica - 90ET (plano elaborado/UNIDADE)	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas - 8591 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	2.000,00	2.300,00	1,15	2.895.539,00	2.865.918,00	0,99
Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias - 8598 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	21.000,00	2.000,00	0,10	2.787.566,00	2.515.077,00	0,90
Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas - 8593 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	3.000,00	3.681,00	1,23	1.739.080,00	1.722.519,00	0,99

Continua

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
	Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo - 8622 (ENTIDADE ASSISTIDA/UNIDADE)	91,00	22,00	0,24	11.245.200,00	7.307.005,00
Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar - 8592 (fiscalização realizada/UNIDADE)	7.117.335,00	1.161,00	0,02	1.950.000,00	1.414.286,00	0,73
Fomento à Inovação no Agronegócio - 8560 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	4,00	5,00	1,25	1.121.000,00	989.585,00	0,88
Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Cajucultura - 90EI (Minifábrica implementada/UNIDADE)	5,00	2,00	0,40	0,00	0,00	-
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	1.217.866,00	857.116,00	0,70
Manejo e Conservação de Solo pela Aplicação de Tecnologias Sociais - Bairraginhas - 90EL (BARRAGEM CONS-TRUIDA/UNIDADE)	1.000,00	1.000,00	1,00	0,00	0,00	-

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas				Metas Financeiras		
	Realizado		Índice Realização		Previsto	Realizado	Índice Realização
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Realizado			
Esse programa não possui ações RAP							

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira - %	0,080	28/02/2003	0,000		0,210	Alta

Fonte: SDC / Mapa

Medidas corretivas necessárias: Houve um atraso na publicação do Decreto já resolvida no final de 2008 com consequente retardo na publicação das Instruções Normativas que regulam os organismos de avaliação da conformidade orgânica. A partir de então haverá a possibilidade de efetivo controle dos projetos de produção orgânicos por eles aferidos. Esse dado será fundamental para a apuração do somatório das áreas que compõem o cálculo desse Indicador e só então será possível obtê-lo, o que está previsto para o ano de 2010. A adequação do setor de produção orgânica se dará em cumprimento ao disposto na publicação do projeto de Instrução Normativa de Mecanismo de Garantia e Informação da Qualidade Orgânica, como parte integrante da regulamentação do Decreto 6323 de 27.12.2008 que regulamentou a Lei 1.831 de 23.12.2003.

Taxa de Utilização e Manejo Adequados do Solo - %	21,100	30/06/2003	32,400	01/2009	32,500	Alta
---	--------	------------	--------	---------	--------	------

Fonte: Órgãos de Pesquisa e Assistência Técnica Estaduais.

Medidas corretivas necessárias: Os custos de combustíveis e a economicidade através da adoção de técnicas de cultivo mínimo de solo, nas culturas de grão, a adoção de integração entre lavoura, pecuária e silvicultura tem contribuído significativamente na recuperação de pastagens degradadas, fatos esses que propiciaram a antecipação do alcance da meta para 2011.

Taxa de Participação das Exportações Brasileiras no Mercado Mundial de Frutas - %	0, 600	31/12/2002	1, 800	01/2009	2, 600	Alta
---	--------	------------	--------	---------	--------	------

Fonte: SISCOMEX e FAO

Medidas corretivas necessárias:

Taxa de Participação de Associados de Associações Rurais e Cooperativas na População Brasileira - %	0, 140	31/12/2006	0, 510	01/2009	0, 210	Alta
---	--------	------------	--------	---------	--------	------

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

Medidas corretivas necessárias: O levantamento publicado pela Organização das Cooperativas do Brasil - OCB demonstra que houve erro na formulação do Índice de Referência. Em 2007 a população brasileira era de 188.298.099 habitantes que havia 879.649 de associados em cooperativas rurais o que significa uma taxa de 0,51. Segundo a OCB o nº de pessoas associadas a cooperativas rurais em 2008 foi de 968.767. A manter o ritmo importante e consistente de crescimento, essa tendência nos leva a propor a correção do Índice para o Final do PPA para 0,60%. Há ainda a necessidade de correção na fórmula de cálculo e no nome do indicador uma vez que não é possível levantar o nº de associados em associações rurais.

Número de Tecnologias Protegidas no Âmbito do Agronegócio Nacional - Unidade por ano	1.000.000	30/07/2007	1.319.000	01/2009	1.750.000	Alta
--	-----------	------------	-----------	---------	-----------	------

Fonte: Instituto Nacional de Propriedade Intelectual - INPI / Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - Embrapa / Sistema Nacional de Proteção de Cultivares - SNPC - Mapa

Medidas corretivas necessárias: O presente índice foi calculado exclusivamente com nº de cultivares protegidas, mantendo o mesmo padrão do Cálculo do Índice Inicial. Uma vez que o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual não divulga estatísticas sobre a evolução de tecnologias protegidas no âmbito do agronegócio ou de qualquer outro setor econômico específico e o levantamento de tecnologias protegidas pelo Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária também não é efetuado. Apesar disso, o comportamento de índice é consistente e a evolução do nº de variedades protegidas no SNPC/Mapa demonstra por si uma evolução tecnológica importante. Sugerimos o expurgo do índice das demais tecnologias protegidas das demais fontes.

CONTEXTUALIZAÇÃO:

Os sistemas de produção agropecuária devem possuir uma estrutura de procedimentos e controles que possibilitem a sua sustentabilidade sócio-ambiental e econômica, bem como a produção com qualidade superior. No caso de produtos utilizados para a alimentação humana e animal deve-se levar em conta a inocuidade e rastreabilidade, características de capital importância para o abastecimento interno e para o comércio mundial de alimentos. A agropecuária brasileira deve avançar para se tornar sustentável e competitiva e, para tanto, necessita de construir estratégias de ação, normativas, regulamentos e procedimentos que propiciem adequação dos processos produtivos de forma a alcançar esses objetivos.

A proposta visa beneficiar consumidores, produtores, exportadores e outros agentes das cadeias e redes produtivas pela elevação dos padrões de qualidade e competitividade da agropecuária brasileira ao patamar de excelência requerida pelos mercados nacional e internacional, mediante a disponibilização de material genético apropriado, treinamento e capacitação de técnicos e produtores, implantação de Sistemas Agropecuários de Produção Integrada - SAPI, desenvolvimento da agricultura orgânica, desenvolvimento do associativismo rural e do cooperativismo, adequação e melhoria de infraestrutura e logística e na adequada utilização de práticas agropecuárias e no uso e manejo sustentável dos recursos naturais.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

- 1.1 Adoção de práticas que racionalizam o uso dos recursos naturais e insumos agropecuários. Tais práticas maximizam os benefícios socioambientais de sistemas agropecuários de produção sustentáveis. Um exemplo disso está na adoção do cultivo mínimo, em mais de 80% da área cultivada com soja no Brasil. A economia de fertilizantes e a redução do uso de agrotóxicos têm melhorado a qualidade dos mananciais de águas dos rios e reservatórios nas regiões que adotam tal conjunto de prática.

Define-se o “cultivo mínimo” como o uso mínimo de operações de aração e gradagem, de tal forma a praticar o manejo da palha e o plantio direto. Esse cultivo racionaliza o manejo da matéria orgânica do solo, com economia de combustíveis, o combate aos diferentes tipos de erosão, a melhoria de disponibilidade de água no solo e a melhoria da qualidade da água nos mananciais superficiais e subterrâneos. É amplamente adotado em todas as regiões que se planta soja e especialmente na região Centro-Oeste;

1.2 Após um amplo debate social, os regulamentos técnicos para a produção brasileira de orgânicos começaram a ser definidos, devendo ser complementados no 1º semestre de 2009, com a previsão de sua efetiva aplicação em toda a rede de produção a partir de 2010, conforme estabelecido pelo Decreto Nº 6.323/2007. Isso permitirá, por exemplo, uma maior transparência e confiabilidade aos consumidores desses produtos. Dentre as ações executadas em prol do desenvolvimento da agricultura orgânica, destacam-se:

- aplicação de mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica, que visa o estabelecimento da base legal e implementação de controles de forma a garantir a conformidade dos produtos orgânicos que vão para o mercado;
- promoção de ações de fomento que propiciem o fortalecimento da produção orgânica nacional. As atividades estão focadas em quatro áreas: fomento ao uso de produtos e processos apropriados; promoção dos produtos orgânicos e do consumo responsável; organização dos agentes da rede de produção orgânica e educação em agroecologia e sistemas orgânicos de produção.

1.3 Os instrumentos regulatórios aprovados este ano são:

Tipo: Instrução Normativa **Número:** 64

Data Assinatura: 18/12/2008

Data Publicação: 19/12/2008

Ementa: Aprova o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal.

Tipo: Instrução Normativa **Número:** 54

Data Assinatura: 22/10/2008

Data Publicação: 23/10/2008

Ementa: Trata das comissões da produção orgânica.

1.4 Há uma generalizada evolução da organização da base produtiva na agropecuária e uma demanda pela evolução do cooperativismo, de consórcios e condomínios visando especialmente o fortalecimento de instrumento de acesso à mercados, e seus nichos capazes de reconhecer e agregar valores à produção sustentável da agropecuária.

2. DESEMPENHO DOS RESULTADOS

Os resultados do Programa foram dentro do esperado. As ações estruturantes têm instrumentado a criação de novas políticas públicas em direção a uma agropecuária com mais atributos de sustentabilidade ambiental, social e econômica. A exemplo, cita-se o ordenamento normativo da agricultura e da pecuária orgânica em atendimento, não só ao setor de produção, mas especialmente na preservação do direito do consumidor em poder distinguir os verdadeiros produtos orgânicos dos outros.

O efeito de difundir as tecnologias agropecuárias sustentáveis dá maior programa, pois tem facilitado a atração de um público crescente de adoção de novos sistemas produção.

As atividades relativas ao Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar passaram por alterações normativas importantes e um recadastramento de rebanhos, com novas conformidades para a certificação, essas foram estabelecidas de tal modo que o estoque de animais foi reduzido a zero e passa, atualmente, pela recomposição dos estoques de animais e propriedades inscritas no sistema e monitoradas pelo Mapa, daí a enorme defasagem entre as metas físicas previstas e as realizadas.

Os instrumentos regulatórios editados foram:

Tipo: Portaria **Número:** 221

Data Assinatura: 22/12/2008

Data Publicação: 23/12/2008

Ementa: Revoga a Portaria nº 194, de 18 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 20 de novembro de 2008.

Tipo: Instrução Normativa **Número:** 24

Data Assinatura: 30/04/2008

Data Publicação: 02/05/2008

Ementa: Altera a Instrução Normativa nº 17 de 13 de julho de 2006.

Tipo: Portaria **Número:** 390

Data Assinatura: 30/04/2008

Data Publicação: 02/05/2008

Ementa: Cria no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária/Mapa a Comissão Técnica Consultiva do Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos - CTC/SISBOV.

Tipo: Decreto Número: 6.348

Data Assinatura: 08/01/2008

Data Publicação: 09/01/2008

Ementa: Altera os Anexos I e II do Decreto Nº 5.351, de 21/01/2005, e o art. 2º do Decreto Nº 5.741.

3. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.

O grau de contribuição dos resultados do Programa para o alcance do objetivo setorial foi acima do esperado. O papel indutor e ordenador de sistemas de produção sustentáveis tem possibilitado a atração de setores na adoção de tecnologias de menor impacto ambiental e no alcance ou desenvolvimento de novos nichos de mercado, capazes de reconhecer e agregar valor a seus produtos. Esse programa tem sido importante referência na formulação geral das políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável.

4. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

A cobertura do público alvo foi acima do esperado e isso ocorreu em função da necessidade de organização da base social da produção, com a finalidade de redução de custos, organização dos processos de beneficiamento de produtos e sua comercialização que tem facilitado alcançar os objetivos desse programa. A intercooperação e a profissionalização dos seus gestores através de consórcios que organizam negócios, é uma linha de trabalho que aparece como uma demanda social importante. As pressões legais e sociais para que a produção agropecuária alcance a estabilidade de seus sistemas por meio da adoção de práticas racionalizadas de produção têm permitido que o programa utilize modelos que são adotados em difusão e transferências tecnológicas de diversos modos.

5. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O Programa não avalia a satisfação dos beneficiários e isto se justifica pelo fato de possuir um público bastante diversificado e difuso em todo o território nacional. A apuração, por meio de pesquisa de prospecção de opiniões, envolveriam custos elevados e ainda não priorizados frente ao limitado orçamento disponível.

6. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE

O Programa contempla temas transversais e sua abordagem é feita conforme segue:

- a) **Gênero:** O projeto denominado “Coopergênero” trata da incorporação do componente gênero com política pública apoiando ações geração de renda com base no desenvolvimento sustentável com equidade entre mulheres e homens.
- b) **Criança e Juventude:** O projeto denominado “Jovencoop”, trata da inclusão do jovem, estimulando o conhecimento do tema cooperativismo, novas lideranças e preparação para o empreendedorismo cooperativista.

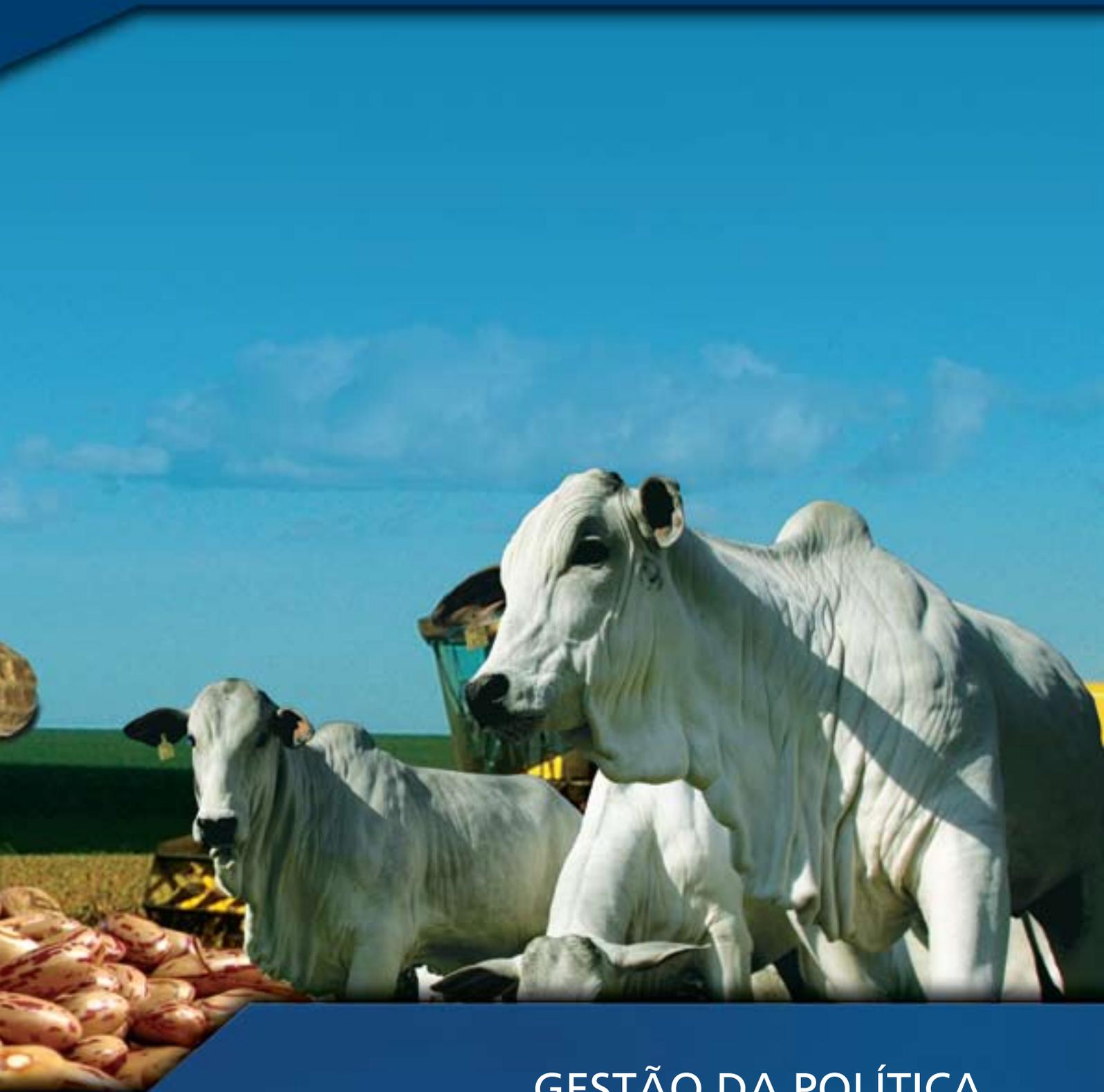
7. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O Programa utiliza como canal de participação social a Discussão em Conselho Setorial. As Câmaras Setoriais e Temáticas são mecanismos de consulta às lideranças do agronegócio que de modo geral, apresentam reivindicações, proposições e validação das políticas públicas referentes ao programa, dentre estas, destacam-se as Câmaras Setoriais, comissões voltadas a pro-

dução orgânica tais como: Câmara Temática da Produção Orgânica; Comissão Nacional da Produção Orgânica - CNPOrg; Comissão da Produção Orgânica - CEPOrg - UF.

A principal contribuição da participação social em 2008 foi o processo de validação social fundamental na qualificação das políticas públicas propostas e só com elas conseguiu-se consenso para a proposição da nova legislação sobre a produção orgânica nacional.





GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA

PROGRAMA: GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA

GERENTE:

Edilson Guimarães

OBJETIVO:

Coordenar a formulação o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando a garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro.

PÚBLICO ALVO:

Governo Federal

EXECUÇÃO:

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$50.036.707,00	Empenhado Liquidado: R\$42.244.267,00
	Pago Estatais: -
	Total: R\$42.244.267,00
Previsto não orçamentário -	Percentual de Execução: 84,43%
	Realizado não orçamentário: -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - 4572 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	12.674,00	12.314,00	0,97	7.889.537,00	6.757.495,00	0,86
Formulação, Acompanhamento e Avaliação dos Instrumentos de Política Agropecuária - 200E (Procedimento realizado/UNIDADE)	50,00	9,00	0,18	200.000,00	53.889,00	0,27
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	3.517.398,00	1.643.435,00	0,47
Implementação do Processo de Gestão Estratégica Orientado ao Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio - 1K40 (Iniciativa estratégica desenvolvida/UNIDADE)	5,00	5,00	1,00	1.960.000,00	695.032,00	0,35
Implementação do Projeto de Melhoria da Infra-estrutura da Sede do Mapa - 10HD (PROJETO IMPLANTADO/% de execução física)	30,00	0,00	0,00	4.000.000,00	1.231.747,00	0,31
Modernização do Sistema Integrado de Informações Agropecuárias - 11TR (Sistema de Informação implantado/% de execução física)	20,00	20,00	1,00	9.632.261,00	9.508.404,00	0,99

Continua

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras - 4711 (PESQUISA REALIZADA/UNIDADE)	12,00	12,00	1,00	860.000,00	596.503,00	0,69
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	-	2.535.172,00	2.535.172,00	1,00
Sistema Nacional de Difusão de Informações para o Agronegócio - 4721 (Processo implantado/UNIDADE)	5,00	5,00	1,00	19.442.339,00	19.222.590,00	0,99

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Capacitação de Negociadores e Profissionais do Agronegócio em Comércio Exterior - 4840 (AGENTE CAPACITADO/UNIDADE)	-	-	-	41.220,00	2.977,00	0,07
(RAP 2007) Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - 4572 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	-	-	-	816.606,00	496.603,00	0,61

Continua

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
	(RAP 2007) Estudos para a Organização e Integração das Cadeias Produtivas Agropecuárias - 4696 (ESTUDO REALIZADO/UNIDADE)	-	-	-	59.178,00	57.193,00
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	261.057,00	66.240,00	0,25
(RAP 2007) Implantação do Processo de Gestão Estratégica orientado ao Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio - 1K40 (Iniciativa estratégica desenvolvida/UNIDADE)	-	-	-	76.391,00	45.018,00	0,59
(RAP 2007) Missões Comerciais Internacionais para o Agronegócio - 8533 (Missão apoiada /UNIDADE)	-	-	-	411,00	411,00	1,00
(RAP 2007) Modernização do Sistema Integrado de Informações Agropecuárias - 11TR (Sistema de Informação implantado/% de execução física)	-	-	-	700.282,00	443.924,00	0,63
(RAP 2007) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras - 4711 (PESQUISA REALIZADA/UNIDADE)	-	-	-	88,00	88,00	1,00

Continua

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Promoção de Exposições e Feiras Agropecuárias - 4756 (EVENTO REALIZADO/UNIDADE)	-	-	-	523.125,00	190.150,00	0,36
(RAP 2007) Reestruturação e Modernização da Defesa Agropecuária - 7E54 (Projetos desenvolvidos /UNIDADE)	-	-	-	17.260.083,00	16.569.368,00	0,96
(RAP 2007) Sistema Nacional de Difusão de Informações para o Agronegócio - 4721 (sistema mantido/UNIDADE)	-	-	-	8.130.838,00	4.906.217,00	0,60

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Gráu de Alinhamento entre o Planejamento Estratégico e Operacional - %	20,000	31/12/2006	100,000	04/2009	100,000	Alta
Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica - AGE						
Medidas corretivas necessárias:						
Índice de Capacitação em Competências - Hora	7,000	31/12/2005	7,000	12/2005	72,000	Alta
Fonte: CGDP / SE e CGRH / SPOA / SE / Mapa						
Medidas corretivas necessárias: Índice não aferido pela secretaria responsável						
Índice de Satisfação com a Comunicação Interna no Mapa - %	20,000	31/12/2005	20,000	12/2005	90,000	Alta
Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica - AGE - Pesquisa interna / Mapa						
Medidas corretivas necessárias: Índice não aferido pela secretaria responsável						
Taxa de Melhoria dos Processos-chave de Trabalho - %	5,000	01/01/2007	5,000	01/2007	45,000	Alta
Fonte: CMI / CGPLAN / SPOA / SE - Mapa						
Medidas corretivas necessárias: Índice não aferido pela secretaria responsável						

CONTEXTUALIZAÇÃO:

O momento atual requer nova forma de atuação do estado. As atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais devem assumir especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

Este é um programa com ações muito diversificadas e portanto, não há convergência para um resultado único, nem como hierarquizá-los. Sendo assim serão comentadas as atividades que foram implementadas pela execução das ações:

- 1.1 Realização de mesas-redondas, que visaram discutir a situação das cadeias produtivas em feiras agropecuárias de destaque no país. A receptividade dos participantes foi significativa, pois além da participação de técnicos do Mapa foram convidados palestrantes de renome das atividades agropecuárias, com o objetivo de divulgar aos participantes as inovações tecnológicas utilizadas pelas cadeias produtivas do setor;
- 1.2 Disponibilização, via internet (www.conab.gov.br e www.agricultura.gov.br) e demais meios de comunicação, de material informativo sobre a produção de grãos no país, utilizando-se das informações captadas pela Companhia Nacional de Abastecimento - Conab;
- 1.3 Elaboração do Plano Agrícola para a safra 2008/2009;
- 1.4 Apoio a comercialização e atividades de programação de recursos de crédito rural para custeio e investimento no agronegócio, inclusive quanto aos mecanismos de aquisição de produtos e equalização dos preços;
- 1.5 Edição e publicação de quatro números da Revistas denominada "Política Agrícola", com o objetivo de ampliar o debate sobre a política agrícola brasileira e divulgar matérias relativas a sua execução, com destaque para publicações sobre políticas de crédito, produção e metodologias de avaliação de preços;

- 1.6 Manutenção e desenvolvimento dos sistemas utilizados pelo Mapa, administração dos bancos de dados e portais de internet e intranet;
- 1.7 Ampliação e manutenção da infraestrutura das áreas de tecnologia da informação com o objetivo de processar as informações necessárias ao atendimento das diversas áreas do Ministério, permitindo a conectividade em 112 pontos de rede. Interligação do Mapa com a Sede e Unidades Regionais e com a Rede Mundial (Internet). Essa ampliação permitiu que as Superintendências, Portos, Aeroportos e Postos de Fronteiras estejam interligadas com a sede do Mapa em Brasília/DF. Aquisição de novos servidores de rede, que permitiram expandir os recursos de armazenamento e processamento para os sistemas de informação; atualização de licenças dos produtos antivírus que garantem e assegurem que a Rede Nacional do Mapa fique livre de vírus; implantação da rede sem fio, atendeu as recomendações constantes do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, reduziu sensivelmente o custo e o trabalho de instalação, desinstalação e remanejamento dos pontos de rede;
- 1.8 Manutenção e disponibilidade dos links da rede WAN (internet) para INFOVIA - interligando as Superintendências Federais de Agricultura, postos avançados, portos e aeroportos com a Sede em Brasília para acompanhamento on-line das atividades, com ênfase na vigilância fitozoosanitária;
- 1.9 Capacitação de técnicos a nível de especialização, mestrado e doutorado, destacando-se: 21 empregados inscritos para doutorado e 25 para mestrado, além de 791 que participaram de eventos técnicos no exterior;
- 1.10 Realização de pesquisa, acompanhamento e avaliação de safras, cujos resultados podem ser consultados no site do Mapa (www.agricultura.gov.br) permitiu a realização do levantamento da safra 2008/2009 com uma estimativa de redução de 6,9% em relação à anterior, alcançando uma produção de 134,2 milhões de toneladas, principalmente em decorrência da quebra de produção de milho e soja, decorrente da estiagem na região sul do País;

1.11 Implantação do processo de gestão estratégica orientado ao desenvolvimento sustentável do agronegócio, com os desdobramentos a seguir: a) Realização de Oficinas de Capacitação da Gerência Média em Gestão Estratégica e Desdobramento dos Resultados Estratégicos, contemplando onze Superintendências Federais de Agricultura nos Estados, além de quatro Unidades Laboratoriais do Mapa RS, MG, PA e GO; b) Iniciado a Automação da Gestão Estratégica com projeto piloto utilizando o Software Hyperion; c) Contratado instrumento de comunicação Mapa de Aprendizagem, sendo treinados cinquenta servidores que aplicaram a metodologia em suas unidades; d) Realizado o primeiro encontro nacional do Programa de Valorização dos Recursos Humanos do Mapa, com participação de dez Superintendências além da Sede; e) Realizadas três turmas do curso “Exercitando a Execução das Estratégias Organizacionais”, sendo, dois em Brasília e um em Florianópolis; f) Ministradas Palestras em diversas organizações públicas sobre a experiência do Mapa em Gestão Estratégica: TST, TCU, MF/SE, MF/ESAF, dentre outras; g) Realizada pesquisa de imagem do Mapa junto ao seu público de interesse.

2. DESEMPENHO DOS RESULTADOS

Os resultados do Programa foram dentro do esperado e se justificam pela diversidade das ações que compõem o programa, os resultados alcançados foram satisfatórios. O foco do programa está voltado para desenvolvimento de atividades meio (capacitação de servidores, manutenção do parque tecnológico, desenvolvimento de Políticas Agrícolas e manutenção da infraestrutura).

3. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.

O grau de contribuição dos resultados do Programa para o alcance do objetivo setorial foi acima do esperado o que se justifica por se tratar de um pro-

grama não finalístico, tem como princípio desenvolver ações que venham dar suporte a implementação das ações integrantes dos demais programas sob gestão do Mapa.

4. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

A cobertura do público alvo foi dentro do esperado, isso ocorreu dada a especificidade do programa. O público alvo são os servidores do Órgão que tiveram um alcance relevante em seu desempenho.

5. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O Programa avalia os beneficiários como positiva, quando da realização de eventos de capacitação, ao final são distribuídas fichas de avaliação. Nas ações relativas aos serviços de tecnologia da informação, o beneficiário ao homologar o serviço, registra o nível de satisfação.

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

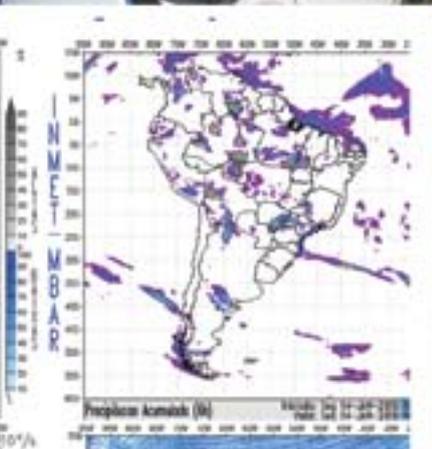
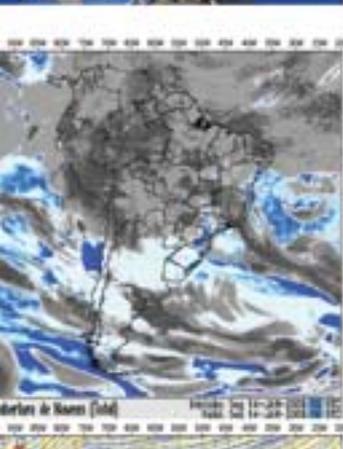
As contribuições da participação social para os resultados do Programa foram:

- a) **Ouvidoria:** Ouvidoria do Mapa cujo propósito é conhecer o grau de satisfação do usuário dos serviços;
- b) **Reunião com grupos de interesse:** reuniões realizadas pelos coordenadores de ações, com vistas a melhorar o desempenho das atividades desenvolvidas.

A participação se aplica especificamente nas ações de publicidade e capacitação.

Na área de promoção de eventos, apresentamos a sociedade os instrumentos aplicados pelo Mapa, para informar o que é feito e para justificar o uso do recurso.

Na capacitação dos servidores, a sociedade é beneficiada de forma indireta, pois com servidores melhor capacitados tem-se um trabalho mais eficiente.



A satellite map with a weather data overlay. The data includes:

Registro: 22 UTC 30/05/2008
Temp. Max.: 24.3 °C
Temp. Min.: 23.5 °C
Umidade: 88%
Pressão: 804.1 hPa
Precipitação: 0.0 mm
Vento Dir: 189 °
Vento Vel: 4.3 m/s

Mapa Camêra Imagem

Mapa	Camêra	Imagem
AQUA BOA-RJ		
AQUAS		
VERDELHAS-RO		
ALFONRES-MG		
ALGORE-ES		
ALGORETE-MS		
ALFREDO		
CHAVES-ES		
ALDENARA-MG		
ALTA FLORISTA-NT		
ALTO PARAISO-GO		
ALVORADA-DO		
ALMOSA-PI		
ALFACAS-NT		
ALFODI-EN		
AQUIDAUANA-MS		
ARACATI-SE		
ARAGACAS-GO		
ARAQUAN-TO		
ARAXA-MS		

Aberto em: 01/05/2008
Latitude: -15.7964°
Longitude: -47.9256°
Altitude: 1189.84 metros

Dados Gráficos

Estação

MINIMIZAÇÃO DE RISCOS NO AGRONEGÓCIO

PROGRAMA: MINIMIZAÇÃO DE RISCOS NO AGRONEGÓCIO

GERENTE:

Edilson Guimarães

OBJETIVO:

Minimizar os riscos da atividade agrícola decorrentes da ação de agentes biológicos e climáticos.

PÚBLICO ALVO:

Produtores agrícolas, cooperativas, agentes financeiros de crédito e seguro rural.

EXECUÇÃO:

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$220.105.887,00	Empenhado Liquidado: R\$191.999.548,00
	Pago Estatais: -
	Total: R\$191.999.548,00
Previsto não orçamentário -	Percentual de Execução: 87,23%
	Realizado não orçamentário: -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Cobertura de Déficit nas Operações de Seguro Rural - 0026 (-/-)	0,00	0,00	-	11.822.654,00	1.075.515,00	0,09
Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003) - 099F (-/-)	0,00	0,00	-	176.000.000,00	159.417.493,00	0,91
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	20.896.170,00	20.896.172,00	1,00
Implantação de Estações Automáticas de Coleta de Dados Meteorológicos - 3989 (ESTAÇÃO IMPLANTADA/UNIDADE)	66,00	157,00	2,38	590.000,00	390.000,00	0,66
Implantação de Rede de Telecomunicações de Dados Meteorológicos - 3658 (rede implantada/% de execução física)	12,00	11,00	0,92	330.000,00	329.935,00	1,00
Julgamento de Recursos em Processos de Sinistros - 2157 (RECURSO JULGADO/UNIDADE)	4.500,00	6.781,00	1,51	800.000,00	224.897,00	0,28
Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas - 2161 (BOLETIM EMITIDO/UNIDADE)	6.966,00	6.440,00	0,92	3.267.063,00	3.267.064,00	1,00
Zonamento Agrícola - 5920 (ZONEAMENTO REALIZADO/UNIDADE)	188,00	193,00	1,03	6.400.000,00	6.398.472,00	1,00

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Cobertura de Déficit nas Operações de Seguro Rural - 0026 (-/-)	-	-	-	900,00	883,00	0,98
(RAP 2007) Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003) - 099F (-/-)	-	-	-	26.718.289,00	3.882.018,00	0,15
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	1.871.244,00	1.740.414,00	0,93
(RAP 2007) Implantação de Rede de Telecomunicações de Dados Meteorológicos - 3658 (rede implantada/% de execução física)	-	-	-	327.822,00	327.604,00	1,00
(RAP 2007) Julgamento de Recursos em Processos de Sinistros - 2157 (RECURSO JULGADO/UNIDADE)	-	-	-	16.539,00	448,00	0,03
(RAP 2007) Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas - 2161 (BOLETIM EMITIDO/ UNIDADE)	-	-	-	196.140,00	196.140,00	1,00
(RAP 2007) Zoneamento Agrícola - 5920 (ZONEAMENTO REALIZADO/ UNIDADE)	-	-	-	191.880,00	191.880,00	1,00

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Acerto nas Previsões do Tempo - PERCENTAGEM	79, 000	31/12/2002	88, 000	12/2008	95, 000	Alta
Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia - Inmet						
Medidas corretivas necessárias:						
Percentual de Área Segurada - PERCENTAGEM	1, 900	30/05/2005	7, 350	12/2008	50, 180	Média
Fonte: Secretaria de Política Agropecuária - SPA						
Medidas corretivas necessárias: Embora o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural tenha apresentado um crescimento extraordinário nos últimos anos, atingindo mais de 7% de toda a área plantada no país em apenas 4 anos de existência, acreditamos que houve uma superestimação do valor do índice esperado para 2011. Pretende-se alterar esse número quando da revisão do PPA.						
Taxa de Ocorrência de Perdas por Eventos Climáticos dos Empreendi- mentos Enquadrados no Proagro - PERCENTAGEM	16, 000	04/10/2006	8, 780	12/2008	14, 000	Alta
Fonte: Banco Central do Brasil - Bacen						
Medidas corretivas necessárias:						
Taxa Média de Adesão ao Seguro Rural - PERCENTAGEM	23, 000	31/07/2002	56, 050	12/2008	52, 000	Alta
Fonte: RECOR/BACEN e Comissão Especial de Recursos - CER/PROAGRO						
Medidas corretivas necessárias:						

CONTEXTUALIZAÇÃO:

A atividade agrícola sujeita-se a um conjunto de fatores de risco, que independem do domínio dos agricultores, sendo os mais relevantes os decorrentes de fenômenos climáticos adversos e a incidência de pragas e doenças, com reflexos negativos na renda do agricultor e na produção e produtividade das culturas. O zoneamento agrícola auxilia na habilitação dos produtores para enfrentarem os riscos inerentes à sua atividade, com base em informações sobre tempo, pluviometria, solo e cultivares, sugerindo os momentos de plantio e as culturas adequadas para cada região. Para tanto, há que se realizar levantamentos meteorológicos e climatológicos, com elevado grau de acerto e com a escala adequada ao atendimento das necessidades de informações do setor produtivo. O zoneamento também orienta a contratação de seguro da produção, instrumento tão relevante para um setor com baixo nível de capitalização e que enfrenta dificuldades para suportar a totalidade dos riscos. O problema recai sobre a incipiência do setor segurador privado brasileiro no segmento de seguro agrícola, requerendo ação positiva do Estado para viabilizar a superação de tamanho desafio para o setor agropecuário e, em última análise, para a auspiciosa meta de regulação do abastecimento alimentar brasileiro e mitigação da fome das camadas sociais marginalizadas. Por tudo, o programa encontra respaldo na Orientação Estratégica de Governo e na maior meta traçada pelo Presidente para marcar a sua gestão.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

- 1.1 Atendimento a 43.642 produtores rurais, mediante a contratação de 60.120 apólices de seguro, com investimento governamental de R\$159.417.493,00 a título de subvenção ao prêmio do seguro rural, com um alcance de 4.762.903 hectares de área agricultável, garantindo capitais investidos por produtores rurais da ordem de R\$7.209.176.952,00;
- 1.2 Foram realizados 193 zoneamentos agrícolas, cujas portarias estão disponibilizadas no site do Mapa (www.agricultura.gov.br), atingindo 103% da meta prevista, sobretudo face à incorporação de novos estudos ao longo do ano para o Estado do Acre;

- 1.3 Julgamento de 6.781 recursos impetrados por produtores rurais junto à Comissão Especial de Recursos – CER, referentes às operações de crédito de custeio amparadas pelo Programa da Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO, alcançando 151% da meta estabelecida, propiciando aos mutuários a quitação de seus créditos de custeio agrícola;
- 1.4 Instalação e operacionalização de 157 estações automáticas, que foram adquiridas em 2006/2007 com recursos do Projeto Piloto de Investimento – PPI, por meio da Cooperação Técnica Internacional com a Organização Meteorológica Mundial – OMM e recebidas pelo Instituto Nacional de Meteorologia – Inmet durante o exercício de 2007.

2. DESEMPENHO DOS RESULTADOS

Os resultados do Programa foram dentro do esperado e se justifica pelo bom desempenho de todas as ações que contribuíram para o alcance dos objetivos do Programa.

Houve um crescimento no percentual de utilização dos recursos orçamentários, alcançando 87,23% em 2008, contra 75,4% em 2007, o que demonstra o esforço de todos os agentes envolvidos na minimização dos riscos no agronegócio.

3. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.

O grau de contribuição dos resultados do Programa para o alcance do objetivo setorial foi dentro do esperado. Ao procurar mitigar os riscos inerentes à atividade rural, o Programa está induzindo a atualização de tecnologias, com o aperfeiçoamento das informações meteorológicas, dos estudos do zoneamento agrícola e do uso do seguro rural.

Esse aperfeiçoamento, sem dúvida, contribui para o desenvolvimento sustentável do país pois visa, dentre outros objetivos, incrementar a produtividade do agronegócio.

4. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

A cobertura do público alvo foi dentro do esperado. De forma geral, o Programa atendeu seu respectivo público alvo, por meio da divulgação de boletins meteorológicos, e utilização dos indicativos do zoneamento agrícola pelos produtores rurais e agentes de crédito, bem como da expansão de produtores rurais beneficiados com a subvenção ao prêmio do seguro rural.

Ressalta-se que, a intensificação da coleta de dados e a maior densidade de estações meteorológicas automáticas, têm permitido que o público alvo disponha de maior quantidade de informações, melhores previsões de tempo e clima e melhor monitoramento dos efeitos de eventos severos.

5. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O Programa não avalia a satisfação dos beneficiários, contudo, são utilizados meios indiretos, de apurar essa satisfação, que demonstram que os beneficiários encontram-se satisfeitos com o desempenho do Programa.

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O Programa utiliza como canais de participação social os seguintes mecanismos:

- a) **Ouvidoria:** São efetuadas consultas sobre o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – Proagro e o andamento de processos da Comissão Especial de Recursos – CER e sobre o Zoneamento Agrícola, além de consultas formuladas pelos agropecuaristas;
- b) **Reunião com grupos de interesse:** Reunião com entidades representativas dos produtores rurais sobre a forma e requisitos para Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural; Reuniões com entidades representativas de produtores rurais nos estados, Secretarias de Agricultura, Entidade de Pesquisa e representantes da Secretaria de Política Agrícola das Superintendências Federais de Agricultura do Mapa sobre o Zoneamento Agrícola.

A principal contribuição da participação social para os resultados do Programa ocorre com o Zoneamento Agrícola por ter havido uma maior familiarização do público alvo sobre a metodologia utilizada, com melhor aproveitamento da ferramenta, revisões pontuais nos indicativos e ajustes da própria metodologia.





PESQUISA E DESENVOLVIMENTO
AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL
PARA A INSERÇÃO SOCIAL

PROGRAMA: PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL PARA A INSERÇÃO SOCIAL

GERENTE:

Pedro Antônio Arraes Pereira

OBJETIVO:

Construir base de conhecimentos científicos e tecnológicos em atividades agropecuárias e agroindustriais voltada aos empreendimentos de pequeno porte.

PÚBLICO ALVO:

Produtores, trabalhadores e comunidades ligadas à produção agropecuária e extrativista de base familiar, assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais e empreendimentos agropecuários e agroindustriais de pequeno porte, com baixa capacidade de inserção social e econômica.

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 15.260.598,00	Empenhado Liquidado: R\$ 14.710.765,00
	Pago Estatais: -
	Total: R\$ 14.710.765,00
Previsto não orçamentário -	Percentual de Execução: 96,40%
	Realizado não orçamentário: -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Pesquisa e Desenvolvimento em Sistemas Integrados de Produção Aplicáveis a Processos Produtivos em Pequena Escala - 4684 (pesquisa desenvolvida/UNIDADE)	20,00	20,00	1,00	3.904.747,00	3.903.998,00	1,00
Pesquisa e Desenvolvimento para a Sustentabilidade de Comunidades - 4686 (pesquisa desenvolvida/UNIDADE)	21,00	20,00	0,95	4.336.413,00	4.181.709,00	0,96
Pesquisa e Desenvolvimento para Diferenciação e Agregação de Valor à Produção Extrativista, Agropecuária e Agroindustrial de Pequena Escala - 4682 (pesquisa desenvolvida/UNIDADE)	15,00	15,00	1,00	5.408.438,00	5.167.317,00	0,96
Transferência de Tecnologia para a Inserção Social - 8926 (Tecnologia transferida/UNIDADE)	72,00	72,00	1,00	1.611.000,00	1.457.741,00	0,90

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Pesquisa e Desenvolvimento em Sistemas Integrados de Produção Aplicáveis a Processos Produtivos em Pequena Escala - 4684 (pesquisa desenvolvida/UNIDADE)	-	-	-	893.262,00	841.717,00	0,94
(RAP 2007) Pesquisa e Desenvolvimento para a Sustentabilidade de Comunidades - 4686 (pesquisa desenvolvida/UNIDADE)	-	-	-	1.416.676,00	1.025.986,00	0,72
(RAP 2007) Pesquisa e Desenvolvimento para Diferenciação e Agregação de Valor à Produção Extrativista, Agropecuária e Agroindustrial de Pequena Escala - 4682 (pesquisa desenvolvida/UNIDADE)	-	-	-	1.475.440,00	1.376.666,00	0,93

NDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Carteira de Projetos Financiados Voltados à Inserção Social - Índice numérico	100, 000	31/12/2006	100, 000	12/2008	100, 000	Alta
Fonte: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa						
Medidas corretivas necessárias: Após análise da consistência os resultados medidos por este indicador, apontamos a necessidade de incluímos como atributo deste programa outro(s) indicador (es) que melhor caracterize os esforços da Embrapa no sentido de contribuição para o alcance do objetivo setorial ao qual o programa este vinculado.						
Número-Índice da Produtividade dos Pesquisadores Envolvidos nos Projetos Financiados pelo Programa - Índice numérico	100, 000	31/12/2003	105, 000	12/2008	105, 000	Alta
Fonte: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa						
Medidas corretivas necessárias: Após análise da consistência os resultados medidos por este indicador, apontamos a necessidade de incluímos como atributo deste programa outro(s) indicador (es) que melhor caracterize os esforços da Embrapa no sentido de contribuição para o alcance do objetivo setorial ao qual o programa este vinculado.						

CONTEXTUALIZAÇÃO:

Ao mesmo tempo em que se reconhece o papel do agronegócio no desenvolvimento social e econômico do Brasil, apoiado em esforços da pesquisa científica e tecnológica nacional, fica claro que um conjunto muito importante de segmentos sociais, ligados à atividade, principalmente vinculados à produção agropecuária de base familiar e às comunidades tradicionais, ficaram a margem ou foram excluídos ao longo dos processos de desenvolvimento do país. Embora a questão tecnológica possa ser importante para alguns estratos, que compõem esse conjunto, fica evidente que a tecnologia, por si, não é suficiente para promover a inclusão social de muitos outros estratos, como os que não reúnem certas condições básicas de acesso à terra, de organização, de base técnica e social para criar meios e instrumentos para acessar, processar e utilizar informação técnica para gerar renda e outros meios de vida. Da mesma forma, em termos espaciais, o desenvolvimento do agronegócio do país não foi equânime. Surge daí a necessidade de se promover um concerto institucional amplo, que ao mesmo tempo que promova a construção das bases sociais necessárias para qualificar esse estrato e alcançar meios de vida, possam potencializar o desenvolvimento territorial como forma de oferecer oportunidades para torná-los sustentáveis, do ponto de vista social e econômico. Somente nesse âmbito, o desenvolvimento científico e tecnológico passa novamente a ter papel importante como base para o desenvolvimento. Entretanto, certas condições como organização e representatividade social, capacidade gerencial e viabilidade econômica, que são tomadas como pré-requisitos já atendidos para o desenvolvimento tecnológico do agronegócio comercial, não podem ser tomadas como satisfeitas para esse grupo. Um programa estruturante de pesquisa, com o objetivo de ofertar conhecimento necessário para promover a inclusão social deve incluir componentes fundamentais de pesquisa em ciências sociais e humanas, associadas à pesquisa tecnológica propriamente dita, com ênfase em métodos participativos. Um programa de pesquisa estruturante, em suporte ao desenvolvimento rural, inclusão social e meios de vida sustentáveis deve buscar: desenvolver modelos inovadores de organização e associativismo adequados aos vários estratos sociais que compõem esse conjunto, reproduzíveis, de grande efeito multiplicativo; modelos de organização e desenvolvimento territorial, explorando características sociais, culturais, ambientais e econômicas para gerar

meios de vida sustentáveis; modelos de agregação de valor explorando, entre outros aspectos, a multifuncionalidade do meio rural ou potencial de processamento agroindustrial; modelos e instrumentos de gestão adaptados aos empreendimentos e propriedades de pequeno porte; inovações nos processos de logística e comercialização visando diminuição de custos de transação; intensificação técnico-científica e da inovação nos sistemas de produção; e modelos inovadores de capacitação e transferência de tecnologia, entre outros. Esse programa de pesquisa, de caráter interinstitucional e transdisciplinar, forneceria os elementos estruturantes para apoiar efetivamente políticas públicas e programas mais específicos de desenvolvimento, fomento, capacitação e transferência de tecnologia visando a inclusão social desse segmento em bases não-emergenciais, mas pela superação de restrições estruturais, de longo prazo. Esse programa deve ter como consequência, organizar os esforços, hoje dispersos, e obter sinergia transdisciplinar e interinstitucional na busca de métodos, instrumentos e meios que contribuam para dar soluções estruturais aos problemas de desenvolvimento social, inclusão e abertura de oportunidades para obtenção de meios de vida sustentáveis para enormes estratos sociais marginalizados. Além das óbvias implicações de caráter social, o programa pode contribuir para aliviar as pressões para ações e políticas compensatórias emergenciais, além do que, a solução estrutural do problema traria, no médio e longo prazos, benefícios econômicos, tanto pela dinamização econômica do território, quanto pela acumulação potencial de riqueza, pelo potencial de aumento da oferta de emprego e oportunidades de renda, quanto pela interrupção do círculo vicioso de reprodução de carências e pobreza.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

- 1.1 Mucilagem fenada do sisal com uréia pecuária para alimentação de ruminantes. Esta é uma alternativa para evitar os problemas resultantes do pastejo direto e intensivo dos animais em campos de sisal, otimizando o consórcio desta cultura com a pecuária. Esta metodologia é uma forma simples de aproveitamento racional da mucilagem fenada que, associada à uréia pecuária, constitui-se em uma solução valiosa para alimentação do rebanho na região sisaleira do Nordeste brasileiro, sobretudo em períodos críticos de escassez de pastagens;

- 1.2 Produção comunitária de sementes para segurança alimentar, desenvolvimento sustentável e cidadania. Foram implantadas unidades comunitárias para a produção de sementes de arroz, feijão e milho, com a criação de um banco de sementes comunitário e fornecimento de orientações técnicas, não só na produção de sementes, mas também para as lavouras de produção e na gestão da propriedade. Tal processo permite o acesso a uma diversidade varietal de sementes, à preservação de sementes tradicionais, altamente adaptadas às condições locais, e de alto valor sócio-cultural para as comunidades, culminando com a preservação e a valorização do espaço rural;
- 1.3 Estudo sobre o uso combinado de técnicas de captação de água de chuva, com a escolha de cultivos de baixa exigência hídrica. Realizado com os agricultores do semi-árido nordestino que estão sempre enfrentando riscos de perdas totais ou parciais de suas lavouras. As técnicas de manejo avaliadas foram: rotação de culturas, consorciação, agricultura de vazante e barragem subterrânea;
- 1.4 Tecnologias para otimização da produção orgânica de citros em propriedades familiares dos vales do Caí e Taquarí, no Rio Grande do Sul – otimização de sistema orgânico de produção de citros, visando proporcionar sustentabilidade ao produtor de base familiar. Desenvolvimento de pesquisas nas áreas de introdução e caracterização de cultivares, produção de mudas, obtenção de insumos para agricultura orgânica, nutrição de plantas, fitossanidade, manejo da vegetação espontânea, sistema agroflorestal, controle biológico, pós-colheita, levantamento de custos de produção, segurança alimentar e ambiental;
- 1.5 Disponibilização de mais de 70 cultivares, híbridos e clones, a maior parte contempla variedades e híbridos de milho, os quais buscam aumento de produtividade, adaptabilidade a condições edafoclimáticas específicas ou atendimento a necessidade de diferenciação do produto, visando incrementar a diferenciação e agregação de valor à atividade extrativista e agroindustrial do país;

- 1.6 Aperfeiçoamento de boas práticas extrativistas para a castanha-do-brasil no estado do Acre - desenvolvimento de um sistema de secagem para a castanha-do-brasil *in natura* voltada para a produção comunitária na floresta;
- 1.7 Transferência/disponibilização de conhecimentos e tecnologias da área vegetal, tais como: Cultivares (mandioca, milho, feijão, frutas); Boas Práticas Agrícolas; Sistemas de produção; Tecnologias para a cadeia de oleaginosas e biodiesel; Sistemas de produção sustentáveis; Processos para produção orgânica; Práticas de manejo aplicados à fruticultura em base agroecológica; Consórcio de mandioca e feijão-caupi; Práticas alternativas de manejo de doenças e pragas em sistema de agricultura natural; Cultivo de cogumelos comestíveis e medicinais; Estabelecimento de horto de plantas medicinais; Produção de plantas medicinais do Pantanal; Agregação de valor na madeira produzida em pequenas propriedades rurais com uso de serrarias móveis; Manejo de espécies florestais introduzidas e alternativas; Manejo sustentável de produtos florestais não madeireiros na Amazônia; Boas Práticas de Fabricação (BPF) em agroindústrias de base familiar; Processamento de polpa de frutas; Metodologias participativas para agroecologia;
- 1.8 Transferência/disponibilização de conhecimentos e tecnologias da área animal, tais como: Produção intensiva de leite a pasto; Produção intensiva de leite orgânico a pasto; Processo de produção de leite agroecológico; Boas práticas para a criação de bovinos de leite; Produção intensiva de leite (projeto balde cheio); *Kit* Embrapa de Ordenha Higiênica; Raça Embrapa MS115 – Suíno *Light*; Método de seleção de leitoas para reprodução; Produção alternativa de aves de corte e de postura; Procedimentos para as instalações de caprinos e ovinos; Manejo e produção de ovinos em áreas de mata e savana; Criação de tambaqui em rede com aproveitamento de lagos naturais; Técnicas de manejo apícola; Sistema de monitoramento de pesca no Pantanal.

2. DESEMPENHO DOS RESULTADOS

Os resultados do Programa foram dentro do esperado. Os principais resultados acima apresentados refletem o esforço da Embrapa para o alcance do objetivo setorial ao qual o programa está vinculado.

3. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.

O grau de contribuição dos resultados do Programa para o alcance do objetivo setorial foi acima do esperado. O programa possui resultados estruturantes que contribuem para o alcance do objetivo setorial, que é impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio. Estes resultados são obtidos por meio da execução das ações que o compõem, de forma que a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) estrutura e enriquece a base de conhecimento científico e tecnológico sobre agropecuária e a transferência leva estes conhecimentos e tecnologias à sociedade.

4. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

A cobertura do público alvo foi dentro do esperado e isso ocorreu em função dos resultados obtidos pelo programa, por meio das ações que o compõe, abrangem a cobertura dos segmentos escolhidos como público alvo do programa em 100%, os quais são: cadeias produtivas, empreendimentos de produção agropecuária, agroindustrial e atores sociais, políticos e econômicos relacionados ao agronegócio brasileiro e formuladores de políticas para o agronegócio.

5. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O Programa não avalia a satisfação dos beneficiários. Falta de um planejamento específico para realizar tal tarefa, com reservas de recursos para esse fim.

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O Programa utiliza como canais de participação social os seguintes mecanismos:

- a) **Reunião com grupos de interesse:** Foram realizadas reuniões para definição de demandas e prioridades na agenda de pesquisa e desenvolvimento. Há uma ação que trata de implantação de nova Unidade de Pesquisa. Diversas reuniões com grupos de interesse no estado de Mato Grosso foram realizadas buscando subsídios para a constituição pela Embrapa da missão e do local de implantação da nova Unidade Descentralizada.

Forma participativa de concentrar esforços da programação de transferência/disponibilização de conhecimentos e tecnologias.

- b) **Discussão em Conselho Setorial:** Forma participativa de concentrar esforços da programação de transferência/disponibilização de conhecimentos e tecnologias.

As contribuições da participação social para os resultados do Programa foram:

- a) Identificação de demandas e maior objetividade nas ações de pesquisa e desenvolvimento.
- b) Maior objetividade e otimização de esforços para a transferência/disponibilização dos conhecimentos e tecnologias.





PESQUISA E DESENVOLVIMENTO
PARA A COMPETITIVIDADE E
SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO

PROGRAMA: PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO

GERENTE:

Pedro Antônio Arraes Pereira

OBJETIVO:

Incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos necessária para a manutenção e evolução da capacidade competitiva das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, enfatizando as dimensões relacionadas à sustentabilidade ambiental, à qualidade e à segurança dos seus produtos e processos.

PÚBLICO ALVO:

Cadeias produtivas, empreendimentos de produção agropecuária, agroindustrial e atores sociais, políticos e econômicos relacionados ao agronegócio brasileiro e formuladores de políticas para o agronegócio.

EXECUÇÃO:

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$269.318.788,00	Empenhado Liquidado: R\$249.832.825,00
	Pago Estatais: -
	Total: R\$249.832.825,00
Previsto não orçamentário -	Percentual de Execução: 92,76%
	Realizado não orçamentário: -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Ampliação e Revitalização da Infra-Estrutura Física das Unidades da Embrapa - 117B (unidade reformada/m²)	134.716,00	136.684,00	1,01	17.670.000,00	17.669.685,00	1,00
Apoio à Ampliação, à Revitalização e à Modernização da Infra-Estrutura Física das Organizações Estaduais de Pesquisas Agrícolas - OEPAS - 116Z (ENTIDADE APOIADA/UNIDADE)	18,00	14,00	0,78	30.400.000,00	24.925.610,00	0,82
Construção e Implantação de Centros de Pesquisa da Embrapa - 117A (CENTRO CONSTRUIDO/m2)	1.700,00	0,00	0,00	4.080.000,00	4.078.258,00	1,00
Desenvolvimento de Novas Linhas de Pesquisa Agropecuária - 20BJ (pesquisa desenvolvida/UNIDADE)	140,00	102,00	0,73	66.900.000,00	66.880.721,00	1,00
Manutenção da Plataforma Nacional de Recursos Genéticos - 8554 (Recurso genético caracterizado/UNIDADE)	1,00	1,00	1,00	4.100.000,00	4.009.398,00	0,98
Pesquisa e Desenvolvimento em Biologia Avançada e suas Aplicações no Agronegócio - 4676 (pesquisa desenvolvida/UNIDADE)	87,00	87,00	1,00	44.502.961,00	43.726.824,00	0,98

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
	Pesquisa e Desenvolvimento em Sistemas Inovadores de Produção para o Agronegócio - 4672 (pesquisa desenvolvida/UNIDADE)	57,00	640,00	11,23	10.700.740,00	10.427.348,00
Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias e Sistemas Avançados para Apoio à Defesa Agropecuária - 4678 (pesquisa desenvolvida/UNIDADE)	32,00	32,00	1,00	5.827.555,00	5.145.975,00	0,88
Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade das Cadeias de Produtos de Origem Animal - 4670 (pesquisa desenvolvida/UNIDADE)	61,00	61,00	1,00	14.222.812,00	13.695.220,00	0,96
Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade das Cadeias de Produtos de Origem Vegetal - 4668 (pesquisa desenvolvida/UNIDADE)	80,00	80,00	1,00	24.854.976,00	24.604.526,00	0,99
Pesquisa e Desenvolvimento para a Sustentabilidade do Agronegócio e sua Adaptação às Mudanças Ambientais Globais - 4680 (pesquisa desenvolvida/UNIDADE)	11,00	11,00	1,00	6.662.911,00	6.201.403,00	0,93

Continua

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
	Pesquisa e Desenvolvimento para Caracterização e Manejo de Agroecossistemas - 4674 (pesquisa desenvolvida/UNIDADE)	45,00	45,00	1,00	19.201.578,00	9.451.444,00
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	-	560.000,00	556.182,00	0,99
Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento do Agronegócio - 8924 (Tecnologia transferida/UNIDADE)	152,00	120,00	0,79	19.635.255,00	18.460.231,00	0,94

Continua

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Pesquisa e Desenvolvimento em Biologia Avançada e Suas Aplicações no Agronegócio - 4676 (pesquisa desenvolvida/UNIDADE)	-	-	-	17.137.065,00	16.198.001,00	0,95
(RAP 2007) Pesquisa e Desenvolvimento em Sistemas Inovadores de Produção para o Agronegócio - 4672 (pesquisa desenvolvida/UNIDADE)	-	-	-	4.933.040,00	4.428.584,00	0,90
(RAP 2007) Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias e Sistemas Avançados para Apoio à Defesa Agropecuária - 4678 (pesquisa desenvolvida/UNIDADE)	-	-	-	1.921.689,00	1.813.302,00	0,94
(RAP 2007) Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade da Agroenergia - 2D36 (pesquisa desenvolvida/UNIDADE)	-	-	-	12.048.560,00	11.646.413,00	0,97
(RAP 2007) Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade das Cadeias de Produtos de Origem Animal - 4670 (pesquisa desenvolvida/UNIDADE)	-	-	-	2.317.314,00	1.602.434,00	0,69
(RAP 2007) Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade das Cadeias de Produtos de Origem Vegetal - 4668 (pesquisa desenvolvida/UNIDADE)	-	-	-	4.638.781,00	4.278.051,00	0,92

Continua

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
	(RAP 2007) Pesquisa e Desenvolvimento para a Sustentabilidade do Agronegócio e sua Adaptação às Mudanças Ambientais Globais - 4680 (pesquisa desenvolvida/UNIDADE)	-	-	-	1.603.051,00	1.574.005,00
(RAP 2007) Pesquisa e Desenvolvimento para Caracterização e Manejo de Agroecossistemas - 4674 (pesquisa desenvolvida/UNIDADE)	-	-	-	2.489.154,00	2.369.601,00	0,95

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Carteira de Projetos Financiados Voltados à Sustentabilidade do Agronegócio - número índice	100, 000	31/12/2006	100, 000	12/2008	100, 000	Alta
Fonte: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa						
Medidas corretivas necessárias: Após análise da consistência os resultados medidos por este indicador, apontamos a necessidade de incluímos como atributo deste programa outro(s) indicador (es) que melhor caracterize os esforços da Embrapa no sentido de contribuição para o alcance do objetivo setorial ao qual o programa este vinculado.						
Número-Índice da Produtividade dos Pesquisadores Envolvidos nos Projetos Financiados pelo Programa - Índice numérico	100, 000	31/12/2003	105, 000	12/2008	105, 000	Alta
Fonte: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa						
Medidas corretivas necessárias: Após análise da consistência os resultados medidos por este indicador, apontamos a necessidade de incluímos como atributo deste programa outro(s) indicador (es) que melhor caracterize os esforços da Embrapa no sentido de contribuição para o alcance do objetivo setorial ao qual o programa este vinculado.						

CONTEXTUALIZAÇÃO:

O agronegócio brasileiro em seus dois grandes segmentos, um de desempenho econômico reconhecido e outro de grande importância social, tem desempenhado papéis importantes no abastecimento do mercado interno de alimentos e matérias-primas, na geração de riqueza, no equilíbrio das contas externas, na geração de emprego e renda e na estabilização de fluxos migratórios, entre outros de natureza social e econômica relevantes.

A capacidade demonstrada pelo aparato de PD&I do país, formado pelo conjunto de instituições de pesquisa e de assistência técnica, federais, estaduais e privadas, de produzir e incorporar conhecimento científico e tecnológico para atender demandas, solucionar problemas e abrir oportunidades, tem sido parte importante e necessária para alcançar esse desempenho. O agronegócio representa, no Brasil, o segmento econômico que tem a maior taxa de adoção de tecnologia nacional e se distingue pela competitividade em nível mundial.

A ampliação dessas conquistas, entretanto, exige continuados esforços e recursos que contemplem de forma clara: a) o aperfeiçoamento dos serviços e da estrutura relacionados à manutenção do patrimônio genético nacional; b) o incremento da base de conhecimentos científicos e tecnológicos e da geração de inovações; e c) o fomento à propriedade intelectual no agronegócio e à biotecnologia agropecuária.

No que se refere ao primeiro item, é importante salientar que os acervos de recursos genéticos são insumos estratégicos para a competitividade e sustentabilidade do agronegócio nacional a longo prazo. São nestes acervos que estão depositadas as fontes de variabilidade genética que, ao serem incorporadas aos projetos de PD&I, irão gerar os novos produtos, atributos, características e processos inovadores para o agronegócio. Conseqüentemente, os serviços de coleta, introdução, conservação e caracterização dos recursos genéticos aliados a sistemas de curadoria, quarentena, intercâmbio, documentação e comunicação são essenciais para a manutenção a longo prazo dos acervos de recursos genéticos nacionais e da competitividade do país. A falta de estrutura e de recursos, para organizar numa plataforma

estes serviços, limitam o acesso e a disponibilização de informações qualificadas e de elevado valor estratégico para as instituições de PD&I e para o agronegócio nacional e por consequência não potencializam a utilização destes recursos genéticos e suas combinações para a geração de inovações.

Por outro lado, os avanços no controle de pragas e doenças, o manejo e uso sustentável dos recursos naturais e ambiente, a melhoria de desempenho dos sistemas de produção, necessitam estar aliados a avanços na produtividade e qualidade de produtos, insumos e recursos, na agregação de valor, em sistemas de apoio à defesa sanitária, na garantia da segurança ambiental e na inocuidade de alimentos. Isso exige a incorporação contínua de inovações, na forma de conhecimentos científicos e tecnológicos, de instrumentos e metodologias de pesquisa, de novos arranjos institucionais e métodos de transferência de tecnologia aos sistemas sociais e econômicos. O sistema de produção de conhecimento, pelas suas características, tem um ciclo de produção plurianual, de caráter contínuo, cuja duração é determinada pela natureza do objeto de pesquisa, com produto relativamente intangível. Seus efeitos nos sistemas produtivos se consolidam após períodos longos de validação e transferência. Exceto em casos pontuais e especiais, o produto da geração de conhecimento e de tecnologia não é contemporâneo dos seus impactos. Esses se dão com defasagem temporal significativa. Portanto, dadas suas características, as atividades de PD&I dificilmente podem ser classificadas, acompanhadas e avaliadas como atividades de natureza finalística. Seu caráter é melhor definido como estruturante, no sentido de ampliar a base técnica na qual se assenta a atividade produtiva do agronegócio. Como tal, é uma atividade de construção de futuro e não de produção de impactos no presente. As consequências de se negligenciar o investimento contínuo em PD&I e de não se considerar as características deste processo implicam em perda de competitividade e desatualização da base científica e tecnológica num ritmo diretamente relacionado à velocidade dos avanços obtidos pelos concorrentes. A descontinuidade de investimentos ditadas por razões meramente conjunturais têm um efeito devastador sobre a eficiência e eficácia das atividades de PD&I. Em um mundo de relações globalizadas, a redução da competitividade do agronegócio brasileiro significa não só perdas de mercados externos, mas também a possibilidade de perda de

mercados internos e o não cumprimento do papel social e econômico deste setor. Nos casos críticos, os efeitos dessa degradação da atividade econômica vão além da questão setorial e impactam a qualidade de vida, a saúde e o bem estar de todos os segmentos sociais e seus custos recaem sobre as gerações futuras. O principal custo de decisões erradas nessa área é a não construção (ou desconstrução) do futuro.

Neste contexto, para o efetivo incremento da competitividade e o contínuo desenvolvimento tecnológico do agronegócio, além da imprescindível manutenção de bases técnico-científicas, tornam-se essenciais a implementação de políticas e ações coordenadas que ataquem questões estruturantes, institucionais, legais e operacionais com impacto no setor, relacionadas à infraestrutura das instituições de PD&I, investimentos, marcos regulatórios, recursos humanos, acesso, uso e conservação de recursos genéticos, propriedade intelectual e inovação, entre outros temas relevantes.

Uma política de fomento da propriedade intelectual, da inovação e da biotecnologia agropecuária, com ações coordenadas que propiciem a percepção pelo setor produtivo, agroindústria, fabricantes de máquinas e equipamentos agrícolas, insumos agropecuários, entre outros, das vantagens e importância da propriedade intelectual como ferramenta estratégica para o estímulo à inovação no setor agropecuário e agroindustrial e que promovam a articulação, aproximação e a construção de parcerias entre governos, setor produtivo, academia e instituições de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PD&I, é instrumento eficaz para produzir processos e mecanismos compartilhados, capazes de reduzir o tempo entre a geração de tecnologia e conhecimento e sua incorporação pelo segmento produtivo, de criar ambiente favorável à inovação contínua do setor, de ampliar o aproveitamento econômico do conhecimento, promover sua transferência, fortalecendo o setor privado com as invenções produzidas nas instituições de ciência e tecnologia, ampliando dessa forma, a conversão do sucesso científico em desenvolvimento tecnológico, na geração de produtos, processos e serviços inovadores, em áreas estratégicas como a biotecnologia e o uso dos recursos genéticos voltados à agricultura e alimentação. Incorporando tais inovações como vantagens competitivas em prol do desenvolvimento sustentável do agronegócio. Setores que inovam e diferenciam produtos,

processos e serviços são mais competitivos, empregam mais, treinam continuamente sua mão-de-obra e a melhor remuneram, agregam valor (em média, exportam bens com preços 30% superiores) e exportam cinco vezes mais que as firmas de bens padronizados (Fonte: IPEA – Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras, 2005).

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

- 1.1 PAC Embrapa – As ações de Ampliação e Revitalização da Infraestrutura Física das Unidades da Embrapa alcançaram 136.684 m² dos 134.716 m² previsto, que corresponde à 101,4% da meta comprometida;
- 1.2 Plataforma nacional de recursos genéticos mantida. Foi possível caracterizar, conservar, disponibilizar acessos e intercâmbios de material genético necessários para os programas de melhoramento animal e vegetal;
- 1.3 Lançamento de cinco tecnologias referentes a metodologias de avaliação da análise de risco pelo uso de transgênicos à microbiota do solo e à fixação biológica do nitrogênio com a cultura da soja;
- 1.4 Lançamento de um produto pré-tecnológico, de desenvolvimento de um aparato para avaliação de bioindicadores de qualidade do solo;
- 1.5 Geração de conhecimento sobre análise de risco de soja transgênica;
- 1.6 Isolamento e caracterização molecular do vírus de *influenza* suína, permitindo o monitoramento desta infecção em outras espécies;
- 1.7 Desenvolvimento um *Kit* que permite, com uma pequena biópsia embrionária (5 a 10 células), identificar o sexo de embriões bovinos pela técnica de PCR - *polimerase chain reaction* (reação em

cadeia pela polimerase). Esse é um método de amplificação de DNA (ácido desoxirribonucléico) sem o uso de um organismo vivo. É hoje amplamente utilizada em laboratórios de pesquisa e clínicos, já que permite a produção automática de milhões de cópias de um único segmento de DNA em questão de horas;

- 1.8 Desenvolvimento de método para expressão do Vírus da Anemia Aviária em plantas, como etapa para produção do vírus em grande quantidade, bem como estudos voltados à possibilidade de produção de vírus atenuado, que poderá ser utilizado como vacina, no futuro;
- 1.9 Consolidação do uso de Sistemas de Produção Integrada de Frutas em um dos principais pólos de exportação de frutas frescas do Brasil, a região do submédio São Francisco;
- 1.10 Criação de tabaqui (*Colossoma macropomum*) em tanques escavados e barragens no estado do Amazonas. A tecnologia de criação de tabaqui permitiu elevar a produção de 10 toneladas em 1994 para cerca de 4.000 toneladas cultivadas em 800 hectares de criadouros, com benefícios para toda a cadeia produtiva, até o consumidor;
- 1.11 Desenvolvimento de diversas estratégias de recuperação da produtividade das pastagens em degradação, por meio do sistema Integração Lavoura-Pecuária (SILP): uma proposta de produção sustentável para a região do Cerrado. Os estudos tiveram seu foco na redução dos custos de recuperação de pastagens degradadas. Os SILPs tem potencial para aumentar a produtividade de grãos e de carne e leite e, ao mesmo tempo, reduzir os riscos de degradação dos recursos naturais. Os resultados obtidos com SILPs, no Cerrado, demonstraram os benefícios desse sistema na produção agropecuária e na melhoria das propriedades físicas, químicas e biológicas do solo;

- 1.12 Desenvolvimento de uma metodologia alternativa para a extração de DNA de coágulos sanguíneos e a elaboração da estratégia sanitária para a prevenção e controle da Tristeza Parasitária Bovina para os estados de Rondônia e Acre;
- 1.13 Desenvolvimento de estratégias para reduzir custos e impactos ambientais associados ao manejo de pragas na cultura do arroz irrigado no ecossistema de várzeas tropicais;
- 1.14 Desenvolvimento de metodologias de Boas Práticas Agropecuárias – BPA e sistema de análise de perigos e pontos críticos de controle como ferramentas para produção de leite de cabra com qualidade;
- 1.15 Capim-piatã, após 16 anos de avaliações, apresentam vantagens e tem se mostrado que é uma opção para a diversificação das pastagens, tendo produção de forragem de melhor qualidade do que as cultivares. Marandu e Xaraés, maior acúmulo de folhas e maior tolerância a solos com má drenagem que a cultivar Marandu, bem como, maior aptidão para o pastejo diferido do que a cultivar Xaraés;
- 1.16 Monitoramento da sustentabilidade de sistemas de produção de pecuária de corte no Pantanal. Este projeto possibilitou caracterizar os diferentes sistemas de produção de gado de corte no Pantanal por meio de uma lista de prováveis indicadores de sustentabilidade dos agroecossistemas no Pantanal, englobando parâmetros biofísicos, econômicos e sociais. Várias ferramentas e metodologias também foram geradas, tais como: metodologia para mapeamento de unidades de paisagem em nível de sub-região e fazenda, metodologia para avaliação de indicadores de qualidade dos solos, conservação de pastagens nativas, taxa de lotação, escore de condição corporal, índice de vegetação e utilização da análise DEA - *Data Envelopment Analysis* (Análise Envoltória de Dados) para avaliação de agroecossistemas. Critérios para controle e manejo de algumas plantas invasoras foram definidos para a sub-região de Poconé/MT;
- 1.17 Melhoramento genético do cajueiro para produtividade, qualidade da castanha e do pedúnculo, com o lançamento de novas cultivares;

- 1.18 Melhoramento genético da cevada, com o lançamento de novas cultivares;
- 1.19 Campanha de mobilização para o “Ciência para a Vida” (exposição de tecnologia agropecuária), evento que tem por objetivo informar, orientar e incentivar os públicos de relacionamento da Embrapa a conhecerem as tecnologias disponíveis para a produção agropecuária, bem como o potencial do negócio agrícola brasileiro – Ações de mídia (SECOM/Presidência da República/Plano Anual de Comunicação/Ciência para a Vida);
- 1.20 Divulgação de informações qualificadas, em mídia, sobre oportunidades geradas pela pesquisa e pelo negócio agrícola brasileiro (SECOM/Presidência da República – PAC – Publieditoriais);
- 1.21 Disponibilidade de informações sobre tecnologias da pesquisa agropecuária e sua repercussão no mercado do negócio agrícola e na adoção de tecnologias (folheteria, balanços, entre outros).

2. DESEMPENHO DOS RESULTADOS

Os resultados do Programa foram dentro do esperado. Os principais resultados acima apresentados refletem o esforço da Embrapa para o alcance do objetivo setorial ao qual o programa está vinculado.

3. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Impulsionar o desenvolvimento sustentável do País por meio do agronegócio.

O grau de contribuição dos resultados do Programa para o alcance do objetivo setorial foi acima do esperado. O programa possui resultados estruturantes, que contribuem para o alcance do objetivo setorial, que é impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio. Esses resultados são obtidos por meio da execução das ações que o compõem, de forma que a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) estrutura e enriquece

a base de conhecimento científico e tecnológico sobre agropecuária e a transferência leva estes conhecimentos e tecnologias à sociedade. Adicionalmente, a manutenção da plataforma de recursos genéticos é garantida e a infraestrutura e as novas linhas de pesquisa, através dos recursos do PAC Embrapa, também garantem a qualidade de execução para o alcance do objetivo setorial.

4. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

A cobertura do público alvo foi dentro do esperado. Os resultados obtidos pelo programa, por meio das ações que o compõe, abrangem a cobertura dos segmentos escolhidos como público alvo do programa em 100%, os quais são: cadeias produtivas, empreendimentos de produção agropecuária, agroindustrial e atores sociais, políticos e econômicos relacionados ao agronegócio brasileiro e formuladores de políticas para o agronegócio.

5. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O Programa não avalia a satisfação dos beneficiários. Falta de um planejamento específico para realizar tal tarefa com reservas de recursos para esse fim.

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O Programa utiliza como canais de participação social os seguintes mecanismos:

- a) **Reunião com grupos de interesse:** Foram realizadas reuniões para definição de demandas e prioridades na agenda de pesquisa e desenvolvimento. Há uma ação que trata de implantação de nova Unidade de pesquisa, diversas reuniões com grupos de interesse no estado de Mato Grosso foram realizadas buscando subsídios para a constituição pela Embrapa da missão e do local de implantação da nova Unidade Descentralizada.

Forma participativa de concentrar esforços da programação de transferência/disponibilização de conhecimentos e tecnologias.

- b) **Discussão em Conselho Setorial:** Forma participativa de concentrar esforços da programação de transferência/disponibilização de conhecimentos e tecnologias.

As contribuições da participação social para os resultados do Programa foram:

- a) Identificação de demandas e maior objetividade nas ações de pesquisa e desenvolvimento;
- b) Maior objetividade e otimização de esforços para a transferência/disponibilização dos conhecimentos e tecnologias.





QUALIDADE DE INSUMOS E
SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

PROGRAMA: QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

GERENTE:

Inácio Afonso Kroetz

OBJETIVO:

Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.

PÚBLICO ALVO:

Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários.

EXECUÇÃO:

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 18.403.631,00	Empenhado Liquidado: R\$ 13.115.858,00
	Pago Estatais: R\$ 2.134.089,00
	Total: R\$ 15.249.947,00
Previsto não orçamentário -	Percentual de Execução: 82,6%
	Realizado não orçamentário: -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Fiscalização de Agrotóxicos e Afins - 2909 (fiscalização realizada/UNIDADE)	800,00	1.019,00	1,27	1.700.000,00	1.313.946,00	0,77
Fiscalização de Fertilizantes, Corre- tivos e Inoculantes - 2141 (fiscaliza- ção realizada/UNIDADE)	12.000,00	11.470,00	0,96	3.175.000,00	2.832.457,00	0,89
Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal - 2124 (fisca- lização realizada/UNIDADE)	1.349,00	4.888,00	3,62	1.146.075,00	1.016.053,00	0,89
Fiscalização de Material Genético Animal - 2019 (fiscalização realiza- da/UNIDADE)	824,00	865,00	1,05	700.190,00	553.871,00	0,79
Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário - 2140 (fiscalização realizada/UNIDADE)	1.349,00	4.206,00	3,12	1.146.075,00	978.394,00	0,85
Fiscalização de Sementes e Mudanças - 2179 (fiscalização realizada/UNIDADE)	21.000,00	16.109,00	0,77	5.596.261,00	4.884.661,00	0,87
Fiscalização de Serviços Agrícolas - 2177 (fiscalização realizada/ UNIDADE)	520,00	673,00	1,29	690.000,00	563.129,00	0,82

Continua

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Fiscalização de Serviços Pecuários - 4747 (fiscalização realizada/UNIDADE)	200,00	22,00	0,11	653.450,00	40.256,00	0,06
Licenciamento e Aproveitamento de Minerais para a Produção de Fertilizantes Agrícolas - 869H (PESQUISA REALIZADA/UNIDADE)	1,00	0,00	0,00	2.342.160,00	2.134.089,00	0,91
Proteção e Fiscalização de Cultivares - 2122 (Cultivar protegida/UNIDADE)	150,00	173,00	1,15	1.254.420,00	933.091,00	0,74

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Fiscalização de Agrotóxicos e Afins - 2909 (fiscalização realizada/UNIDADE)	-	-	-	48.354,00	43.400,00	0,90
(RAP 2007) Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes - 2141 (fiscalização realizada/UNIDADE)	-	-	-	320.408,00	295.833,00	0,92

Continua

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
	(RAP 2007) Fiscalização de Insumos destinados a Alimentação Animal - 2124 (fiscalização realizada/UNIDADE)	-	-	-	229.290,00	201.206,00
(RAP 2007) Fiscalização de Material Genético Animal - 2019 (fiscalização realizada/UNIDADE)	-	-	-	132.019,00	121.804,00	0,92
(RAP 2007) Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário - 2140 (fiscalização realizada/UNIDADE)	-	-	-	314.986,00	236.398,00	0,75
(RAP 2007) Fiscalização de Sementes e Mudanças - 2179 (fiscalização realizada/UNIDADE)	-	-	-	758.582,00	544.174,00	0,72
(RAP 2007) Fiscalização de Serviços Agrícolas - 2177 (fiscalização realizada/UNIDADE)	-	-	-	86.650,00	63.296,00	0,73
(RAP 2007) Fiscalização de Serviços Pecuários - 4747 (fiscalização realizada/UNIDADE)	-	-	-	3.174,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Proteção de Cultivares - 2122 (Cultivar protegida/UNIDADE)	-	-	-	453.958,00	184.611,00	0,41

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Conformidade de Defensivos Agrícolas - PERCENTAGEM	15, 000	01/01/2004	96, 000	12/2008	5, 000	Muito Baixa
Fonte: CFA/DDIV/SDA						
Medidas corretivas necessárias: Taxa de Conformidade de Agrotóxicos e Afins e não de Defensivos Agrícolas conforme consta no formulário. Taxa de conformidade definida de forma equivocada. Os valores reais são: 85% e não 15%. Portanto, o índice previsto ao final do PPA 95% e não 5%.						
Taxa de Conformidade de Corretivos Agrícolas - PERCENTAGEM	83, 000	31/12/2006	91, 300		94, 000	Alta
Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC						
Medidas corretivas necessárias: Não há necessidade de medidas corretivas						
Taxa de Conformidade de Fertilizantes Minerais - PERCENTAGEM	84, 000	31/12/2006	86, 000	12/2008	95, 000	Alta
Fonte: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA						
Medidas corretivas necessárias: Não há necessidade de medidas corretivas						
Taxa de Conformidade de Inoculantes - PERCENTAGEM	61, 000	01/12/2006	89, 500	12/2008	90, 000	Alta
Fonte: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA						

CONTEXTUALIZAÇÃO:

A qualidade dos insumos e serviços agrícolas e pecuários tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas e sobre os produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

- 1.1 Crescimento da taxa de utilização de sementes certificadas de soja nos estados do Rio Grande Sul, Paraná e Santa Catarina, em decorrência do esforço da fiscalização nos segmentos de produção, comércio e uso desses insumos. Se comparado a safra agrícola 2003/2004 com a de 2008/2009 o crescimento foi de: no Rio Grande do Sul, de 10% para 40%; Santa Catarina, de 40% para 70% e Paraná, de 60% para 70%;
- 1.2 Consolidação dos trabalhos da rede de registro de agrotóxicos genéricos, garantindo a redução no custo de produção dos agricultores;
- 1.3 Intensificação da fiscalização na área de corretivos e fertilizantes, resultando no cancelamento do registro de diversos produtos e autuação de mais de cem estabelecimentos produtores;
- 1.4 O primeiro produto do projeto Xisto Agrícola é a “água de xisto”, que serve como fertilizante foliar. Atualmente o produto é adquirido por duas empresas, as quais comercializam seus produtos em toda a Região Sul, Centro-oeste e parcialmente na Região Sudeste. Uma destas empresas já comercializa a água de xisto internacionalmente, exportando para o Uruguai e Paraguai. O segundo produto do projeto é o calcário de xisto, cuja finalidade é de corretivo de solo na agricultura;
- 1.5 A intensificação da fiscalização de alimentos para animais, (foram fiscalizados 4.888 estabelecimentos), resultou no fechamento de 371 estabelecimentos e o registro de 161 novos, além do registro de 6.988 novos produtos para alimentação animal. Para garantia

da qualidade destes produtos, além das fiscalizações *in loco*, foram analisadas aproximadamente 2.267 amostras para aspectos de conformidade, contaminação microbiológica e microscopia. No decorrer das fiscalizações, foram emitidos 1.363 autos de infração, 250 termos de advertência e 563 multas.

2) DESEMPENHO DOS RESULTADOS

Os resultados do Programa foram dentro do esperado. De acordo com a avaliação dos coordenadores das ações do Programa, dentro de uma média geral, os resultados ocorreram dentro do esperado, com algumas surpresas positivas em algumas áreas, a exceção ficou com a área de sementes que devido a fatores como paralisações e cortes orçamentários, teve uma execução abaixo do esperado.

3. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Impulsionar o desenvolvimento sustentável do País por meio do agronegócio.

O grau de contribuição dos resultados do Programa para o alcance do objetivo setorial foi acima do esperado em função dos altos índices atingidos pela Agricultura e Pecuária Nacional e pelo volume crescente de produtos agropecuários, infere-se que as ações contribuem diretamente para o alcance do objetivo setorial do Programa, ou seja, impulsionar o desenvolvimento sustentável do País, por meio do agronegócio.

4. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

A cobertura do público alvo não foi aferida em função de não possuir uma metodologia de aferir o alcance diretamente aos produtores rurais, no entanto, pode-se demonstrar que as ações estão dentro do esperado e dos índices crescentes da agropecuária nacional, também se pode inferir que houve cobertura adequada do público-alvo visto que a qualidade dos insumos interessa a todos os agricultores e pecuaristas. Ressalte-se que dentro do poder de alcance dos técnicos envolvidos com as diversas ações deste programa observa-se um imenso empenho para melhoria dos processos e por consequência da melhoria da agricultura e pecuária brasileira.

5. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O Programa não dispõe de mecanismos que possibilitem a avaliação dos beneficiários, considerando sua abrangência.

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O Programa utiliza como canais de participação social os seguintes mecanismos:

- a) **Ouvidoria:** O Mapa possui o serviço de ouvidoria que encaminha todos os questionamentos, denúncias, sugestões e reclamações para a equipe coordenadora, a fim de que se possam adotar as providências cabíveis;
- b) **Audiência Pública:** Antes da publicação dos regulamentos propostos são realizadas audiências públicas para harmonização e esclarecimentos das posições adotadas frente às sugestões recebidas durante o período da consulta pública dos regulamentos propostos;
- c) **Consulta Pública:** Os regulamentos propostos são encaminhados para consulta pública para recebimento de contribuição da sociedade;
- d) **Reunião com grupos de interesse:** Sempre que a equipe coordenadora julgar necessário são realizadas reuniões com grupos de interesse para se resolver qualquer pendência;
- e) **Discussão em Conselho Setorial:** Os regulamentos propostos além de seguir para consulta pública, também seguem para a Câmara Setorial de Insumos para avaliação dos participantes.

A principal contribuição da participação social para os resultados do Programa se dá por meio da elaboração de regulamentos mais aplicáveis e com a visão do setor produtivo, a vivência dos especialistas dos segmentos envolvidos e os comentários dos próprios consumidores.



**Cuidado com
o que você
traz para
nosso País.**



**SEGURANÇA DA SANIDADE NA
AGROPECUÁRIA**

PROGRAMA: SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA

GERENTE:

Inácio Afonso Kroetz

OBJETIVO:

Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças, que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos.

PÚBLICO ALVO:

Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.

EXECUÇÃO:

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$254.508.200,00	Empenhado Liquidado: R\$134.027.753,00
	Pago Estatais: -
	Total: R\$134.027.753,00
Previsto não orçamentário -	Percentual de Execução: 52,66%
	Realizado não orçamentário: -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Articulação Institucional para a Integração e Funcionamento do SUASA - 90E3 (Ato publicado /UNIDADE)	20,00	1,00	0,05	0,00	0,00	-
Eradicação da Febre Aftosa - 4842 (Área livre/km²)	8.514.876,00	7.763.912,00*	0,91	84.813.216,00	49.401.197,00	0,58
Eradicação da Mosca da Carambola - 4738 (Área controlada /ha)	293.762.100,00	252.198.344,00	0,86	3.800.000,00	3.355.403,00	0,88
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	800.000,00	660.825,00	0,83
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais - 8658 (PROPRIEDADE ATENDIDA/UNIDADE)	393.884,00	636.455,00	1,62	124.592.531,00	55.994.844,00	0,45
Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais - 8572 (Área controlada /ha)	2.600.000,00	3.152.139,00	1,21	11.555.000,00	10.688.989,00	0,93
Prevenção, Preparação e Enfrentamento para a Pandemia de Influenza - 20BA (-/-)	0,00	0,00	-	9.311.707,00	0,00	0,00

Continua

*O quantitativo de 7.763.912,00 inclui áreas que até o momento não são consideradas livres, portanto o quantitativo correto é 5.040.229,64.

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
	Promoção da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária - 8654 (Atividade realizada/UNIDADE)	30,00	31,00	1,03	700.000,00	245.725,00
Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos - 2139 (fiscalização realizada/UNIDADE)	8.000.000,00	1.842.659,00	0,23	2.824.851,00	1.076.626,00	0,38
Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos - 2134 (fiscalização realizada/UNIDADE)	1.050.000,00	322.952,00	0,31	9.483.150,00	6.867.425,00	0,72
Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos - 2181 (fiscalização realizada/UNIDADE)	170.000,00	278.285,00	1,64	3.000.000,00	2.712.600,00	0,90
Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos - 2180 (fiscalização realizada/UNIDADE)	635.000,00	853.881,00	1,34	3.627.745,00	3.024.119,00	0,83

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Prevenção, Preparação e Enfrentamento para a Pandemia de Influenza - 20BA (-/-)	-	-	-	2.617.192,00	2.414.759,00	0,92
(RAP 2007) Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais e seus Produtos - 2139 (PARTIDA INSPECIONADA/UNIDADE)	-	-	-	461.918,00	444.379,00	0,96
(RAP 2007) Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos - 2134 (PARTIDA INSPECIONADA/UNIDADE)	-	-	-	3.966.622,00	3.667.731,00	0,92
(RAP 2007) Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos - 2181 (PARTIDA INSPECIONADA/UNIDADE)	-	-	-	1.412.161,00	1.365.453,00	0,97
(RAP 2007) Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos - 2180 (PARTIDA INSPECIONADA/UNIDADE)	-	-	-	1.187.235,00	1.094.116,00	0,92

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Área Declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação - km ²	1.350.461,710	31/12/2007	4.944.883,460	12/2008	8.419.530,420	Alta
Fonte: Organização Mundial de Sanidade Animal - OIE						
Medidas corretivas necessárias:						
Área Declarada Livre de Febre Aftosa sem Vacinação - km ²	95.346,180	31/12/2007	9.534,000*	12/2008	95.346,180	Alta
Fonte: Organização Mundial de Sanidade Animal - OIE						
Medidas corretivas necessárias:						
Numero de Ocorrências da Peste Suína Clássica - UNIDADE	7,000	01/12/2006	1,000	12/2008	0,000	Alta
Fonte: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA						
Medidas corretivas necessárias:						
Plantéis Avícolas Certificados pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola - UNIDADE	1.600,000	01/08/2007	1.561,000	12/2008	2.700,000	Média
Fonte: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA						
Medidas corretivas necessárias: Intensificação das atividades de certificação dos plantéis avícolas.						
Incidência da Praga "Cydia Pomonella" - município	3,000	01/07/2007	0,000	12/2008	1,000	Alta
Fonte: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA						
Medidas corretivas necessárias:						

*Área livre sem vacinação é 95.346,18.

Continua

Taxa de Incidência da Doença "Cancro Cítrico" - %	0,300	01/07/2007	0,000	0,200	Média
Fonte: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA					
Medidas corretivas necessárias: Necessidade de revisão dos dados apresentados.					
Incidência da Praga "Mosca da Carambola" - município	10,000	01/07/2007	8,000	8,000	Alta
Fonte: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA					
Medidas corretivas necessárias:					
Número de Estabelecimentos Certificados como Livres ou Monitorados para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina - UNIDADE	0,000	08/01/2004	95,000	2.500,000	Muito Baixa
Fonte: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA					
Medidas corretivas necessárias: Necessidade de revisão dos dados apresentados.					
Numero de Ocorrências de Raiva Bovina - UNIDADE	2.454,000	01/12/2006	1.160,000	1.610,000	Alta
Fonte: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA					
Medidas corretivas necessárias:					
Numero de Ocorrências de Casos da Doença da Vaca Louca - UNIDADE	0,000	01/12/2001	0,000	0,000	Alta
Fonte: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA					
Medidas corretivas necessárias:					
Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras - PERCENTAGEM	90,000	31/12/2002	95,000	95,000	Alta
Fonte: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA					
Medidas corretivas necessárias:					

CONTEXTUALIZAÇÃO:

A eficiência da defesa agropecuária é assegurada pelo cumprimento de normas fitozoossanitárias estabelecidas em decorrência de acordos comerciais celebrados entre agentes econômicos do país e do exterior. Eventuais falhas na aplicação dessas normas, podem resultar em sérios prejuízos diretos à população brasileira, aos agentes econômicos e à economia, ao comprometer a sanidade vegetal, a saúde dos rebanhos e a credibilidade dos produtos brasileiros. Para que a defesa agropecuária torne-se eficiente é necessário desenvolver um esforço de articulação institucional entre as instâncias do governo federal, estadual e municipal, para promover a integração das ações, atualização técnico-científica dos serviços, base técnico-científica e a capacitação dos servidores do Ministério da Agricultura e dos serviços estaduais e municipais, que atuam na área. Isto porque a extensão do País, os desafios da vigilância nas fronteiras e a diversidade de atividades agropecuárias exigem grande cobertura e efetividade das ações em todo o território brasileiro. Os impactos econômicos e sociais adversos, decorrentes da defesa agropecuária operam abaixo das necessidades do agronegócio, refletem-se no comprometimento da produção e da produtividade agropecuária, com consequência na redução das exportações em função da diminuição dos acessos e manutenção de mercado, no desemprego, na redução da renda no campo e na migração do campo para a periferia dos grandes centros urbanos, com impactos negativos para o País e comprometimento da segurança alimentar, da saúde humana e do meio ambiente.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

- 1.1 O controle do trânsito internacional e interestadual de produtos e insumos agropecuários, nos termos da instrução normativa 52/2007 - Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/Mapa (que define as pragas quarentenárias) é fator preponderante para impedir o ingresso no país de pragas vegetais e enfermidades animais exóticas, bem como coibida a disseminação de pragas e enfermidades dentro do território nacional. Dentre as pragas pode-se citar: mosca da carambola, besouro asiático, ácaros, vírus e fungos fitopatogênicos, dentre outros. Das enfermidades de animais, que são consideradas inexistentes no território nacional, destacam-se: a doença da vaca louca (BSE) e a *Influenza Aviária*;

- 1.2 Com a manutenção da zona livre de febre aftosa foram garantidas a produção nacional, as exportações e a ampliação de mercados para os produtos de origem animal;
- 1.3 A erradicação da praga vegetal *Cydia pomonella* viabilizou o aumento da produção de frutas e a expansão dos mercados internacionais;
- 1.4 O fortalecimento do Sistema de Vigilância Sanitária Animal garantiu maior controle sanitário dos plantéis nacionais e maior eficiência para atuação em eventuais situações de emergência sanitária;
- 1.5 Formalização do Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária, mediante a edição da Instrução Normativa Nº 28 – Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/Mapa, de 15 de maio de 2008;
- 1.6 Edição da Instrução Normativa Nº 819/2008 conjunta da Receita Federal do Brasil – RFB/ Agência de Vigilância Sanitária – ANVISA e SDA/Mapa, publicada no (DOU) de 12/02/2008 regulamentada pela Portaria conjunta Nº 14, (DOU) de 20/05/2008, que tem por objetivo regulamentar a fiscalização de bagagens de passageiros provenientes do exterior.

2. DESEMPENHO DOS RESULTADOS

Os resultados do Programa foram dentro do esperado. As ações do Programa, à exceção da Febre Aftosa, tiveram alcance satisfatório, atingindo os resultados esperados. Quanto a Febre Aftosa, a meta de ampliação da zona livre para todo o território não foi cumprida, estando a zona livre ocupando cerca de 52% do território nacional, abaixo do esperado.

3. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Garantir a segurança alimentar

O grau de contribuição dos resultados do Programa para o alcance do objetivo setorial foi acima do esperado o que se justifica ao atingir as metas

relativas à segurança sanitária dos produtos e insumos agropecuários produzidos no país, importados e exportados, além de contribuir significativamente na disponibilização de alimentos seguros e de qualidade para consumo interno e para exportação.

4. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

A cobertura do público alvo foi dentro do esperado, conforme avaliações setoriais dos Coordenadores Nacionais de Ação. A maioria das ações teve cobertura do público alvo dentro do esperado, tendo as ações de Promoção da Educação Sanitária; Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos; Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos tiveram atendimento ao público alvo acima do esperado.

5. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O Programa não avalia a satisfação dos beneficiários por não dispor de instrumento específico para esta finalidade, considerando, entre outros aspectos, a diversidade de beneficiários das ações. Entretanto, o Mapa dispõe de Ouvidoria, que recebe e encaminha reclamações, elogios e sugestões aos setores responsáveis pelo desenvolvimento das ações.

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O Programa utiliza como canais de participação social os seguintes mecanismos:

- a) **Ouvidoria:** O Mapa dispõe de Ouvidoria que, regularmente, encaminha as críticas, elogios e sugestões dos beneficiários do Programa, que são utilizadas nas adequações requeridas;
- b) **Audiência Pública:** Sempre que é necessário o envolvimento dos beneficiários em atividades vinculadas às ações, são realizadas audiências públicas;

- c) **Consulta Pública:** Toda regulamentação que requer a participação do setor regulado é submetida à consulta pública;
- d) **Reunião com grupos de interesse:** Sempre que é necessário um maior envolvimento com os beneficiários ou com o setor regulado, são realizadas reuniões específicas para discussão e encaminhamento dos assuntos;
- e) **Discussão em Conselho Setorial:** O Mapa dispõe de Câmaras Setoriais onde são discutidos aspectos de interesse comum entre os gestores das ações e o setor regulado.

As principais contribuições da participação social para os resultados do Programa se dão pela maior transparência nas atividades desenvolvidas pelas suas ações e desenvolvimento de regulamentos aplicáveis.





SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS

PROGRAMA: SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS

GERENTE:

Inácio Afonso Kroetz

OBJETIVO:

Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores.

PÚBLICO ALVO:

Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores.

EXECUÇÃO:

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$71.084.605,00	Empenhado Liquidado: R\$ 65.496.860,00
	Pago Estatais: -
	Total: R\$ 65.496.860,00
Previsto não orçamentário -	Percentual de Execução: 92,14%
	Realizado não orçamentário: -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal - 4723 (Análise realizada/UNIDADE)	36.000,00	18.248,00	0,51	8.875.884,00	7.799.669,00	0,88
Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados - 4745 (fiscalização realizada/UNIDADE)	440,00	631,00	1,43	911.087,00	787.484,00	0,86
Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal - 2132 (Análise realizada/UNIDADE)	7.800.000,00	18.095.648,00	2,32	29.990.893,00	28.247.525,00	0,94
Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal - 2136 (Análise realizada/UNIDADE)	1.900.000,00	2.151.490,00	1,13	16.990.894,00	15.867.896,00	0,93
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	800.000,00	553.546,00	0,69
Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal - 8938 (ESTABELECIMENTO INSPECIONADO/UNIDADE)	5.000,00	3.544,00	0,71	7.549.277,00	7.306.742,00	0,97

Continua

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal - 8939 (ESTA-BELECIMIENTO INSPECCIONADO/ UNIDADE)	5.000,00	5.044,00	1,01	2.500.000,00	2.054.595,00	0,82
Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais - 4746 (PRODUTO FISCALIZADO/TON)	6.500.000,00	10.303.829,00	1,59	3.466.570,00	2.879.403,00	0,83

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Certificação da Origem e da Movimentação de Insumos e Produtos Agropecuários - Rastreabilidade - 2487 (CERTIFICADO EMITIDO/UNIDADE)	-	-	-	1.143.111,00	214.626,00	0,19
(RAP 2007) Controle da Qualidade na Garantia da Conformidade, Segurança e Inocuidade dos Produtos de Origem Animal - 2120 (ESTABELECIMIENTO QUALIFICADO/ UNIDADE)	-	-	-	253.734,00	178.239,00	0,70

Continua

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
	(RAP 2007) Controle da Qualidade na Garantia da Conformidade, Segurança e Inocuidade dos Produtos de Origem Vegetal - 4790 (ESTABELECIMENTO QUALIFICADO/UNIDADE)	-	-	-	92.429,00	79.702,00
(RAP 2007) Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal - 4723 (Análise laboratorial realizada/UNIDADE)	-	-	-	5.905.567,00	3.564.793,00	0,60
(RAP 2007) Fiscalização Contra a Fraude e a Clandestinidade de Produtos de Origem Agropecuária - 4780 (fiscalização realizada/UNIDADE)	-	-	-	1.088.467,00	1.049.497,00	0,96
(RAP 2007) Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados - 4745 (fiscalização realizada/UNIDADE)	-	-	-	413.650,00	295.033,00	0,71
(RAP 2007) Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal - 2132 (Análise realizada/UNIDADE)	-	-	-	5.030.480,00	4.553.776,00	0,91

Continua

Ações (Produto/ Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
	(RAP 2007) Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal - 2.136 (Análise realizada/UNIDADE)	-	-	-	9.046.932,00	8.134.799,00
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2.272 (-/-)	-	-	-	1.064,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Inspeção de Vinagres e Bebidas de Origem Vegetal - 2.131 (ESTABELECIMENTO INSPECIONADO/UNIDADE)	-	-	-	221.186,00	154.379,00	0,70
(RAP 2007) Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal - 2.145 (ESTABELECIMENTO INSPECIONADO/UNIDADE)	-	-	-	462.893,00	449.754,00	0,97
(RAP 2007) Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais - 4.746 (PRODUTO FISCALIZADO/TON)	-	-	-	1.327.476,00	1.085.021,00	0,82
(RAP 2007) Tipificação e Classificação de Produtos de Origem Animal - 2.146 (Produto tipificado/classificado/UNIDADE)	-	-	-	32.745,00	26.345,00	0,80
(RAP 2007) Transferência de Tecnologia para Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas - 2.164 (Tecnologia transferida/UNIDADE)	-	-	-	20.292,00	20.292,00	1,00

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal - número índice	0,740	12/01/2005	0,730	12/2008	0,850	Média
Fonte: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/Dipov/Dipoa						
Medidas corretivas necessárias: Nenhuma medida corretiva a ser implantada, perspectivas futuras favoráveis à meta prevista até 2011.						
Número de Estabelecimentos de Produção de Alimentos e Bebidas com Controle Sanitário - UNIDADE	3.800,000	28/02/2004	3.800,000	12/2008	3.800,000	Média
Fonte: Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - Dipoa/SDA						
Medidas corretivas necessárias: Não existem medidas corretivas a serem implementadas, visto que o índice apurado em 2008 deverá ser mantido igual ao previsto no PPA até 2011.						
Número de Estabelecimentos com Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) - UNIDADE	250,000	15/08/2003	250,000	12/2008	300,000	Média
Fonte: Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - Dipoa/SDA						
Medidas corretivas necessárias: Não existem medidas corretivas a serem implementadas, visto que o índice apurado em 2008 atingiu a meta prevista.						
Índice de Qualificação da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários - Índice numérico	0,000	01/07/2007	0,250	12/2008	0,700	Média
Fonte: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA, Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial - CGAL/SDA						
Medidas corretivas necessárias: Intensificação das atividades de certificação dos plantéis avícolas.						

CONTEXTUALIZAÇÃO:

Assegurar a inocuidade e melhoria da qualidade dos produtos e alimentos de origem animal e vegetal é de fundamental importância para a adequada proteção do consumidor, bem como para assegurar a competitividade da agroindústria brasileira, tanto para o comércio nacional, como internacional, contribuindo para à redução do Custo Brasil e adequando, ainda, às regras e padrões internacionais nos termos dos acordos da OMC, especialmente de Agricultura. Ressalta-se ainda a influência e interação com outras áreas e atividades, como o melhoramento da produtividade agrícola e pecuária, demanda de pesquisas aplicadas, melhor implementação dos sistemas de classificação de vegetais e de carcaças de animais, políticas de abastecimento e comercialização.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

- 1.1 Permitir a disponibilização, para o consumidor brasileiro, dos produtos de origem vegetal e animal de boa qualidade, atendendo as exigências do mercado externo. Entre as ações, que mais contribuíram para os resultados, foram a fiscalização e inspeção, controle de resíduos e contaminantes, o excelente apoio do sistema laboratorial e os referentes ao apoio a comercialização com destaque a padronização e classificação de produtos de origem vegetal e animal;
- 1.2 Foram efetuadas 20.247.138 análises laboratoriais de produtos de origem animal e vegetal e 18.248 análises de resíduos e contaminantes, além de 9.219 fiscalizações, representando um incremento de 20%, se comparado com o exercício anterior. As atividades contribuíram para a eliminação de resíduos e contaminantes em toda sua esfera, disponibilizando, desta forma, produtos de boa qualidade no comércio interno e externo, para o consumo populacional;

- 1.3 Provimento de condições estruturais e operacionais adequadas com treinamentos específicos, formação de estabelecimentos de zonas de proteção ao longo das fronteiras internacionais e melhoria da imagem externa, mediante participação em entidades supranacionais (Organização Mundial da Saúde Animal - OIE) e Regionais como a Comissão OIE Américas, Grupo Interamericano para a Erradicação da Febre Aftosa - GIEFA;
- 1.4 Publicação do Decreto nº 6.871, de 4 de junho de 2009 que regulamenta a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994 que trata da importação de Vinhos e Derivados e do Decreto nº 6.268, de 22 de novembro de 2007, que regulamenta a classificação obrigatória dos produtos vegetais;
- 1.5 Revisão do Decreto nº 30.691/1952, do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária da Inspeção Animal - RIISPOA, que se encontra na fase final de consolidação das propostas recebidas com ações efetivas de combate a fraudes, a aplicação do Regime Especial de Fiscalização em mais de 60 empresas de carne, leite e pescados;
- 1.6 Incremento das atividades do programa de Melhoria da Qualidade do Leite, Rede Brasileira de Qualidade do Leite- RBQL, Beri-beri: Participação efetiva na identificação de CITROVIRIDINA em arroz e redução dos casos de produção comercial de Organismos Geneticamente Modificados-OGM não autorizados.

2. DESEMPENHO DOS RESULTADOS

Os resultados do Programa ocorreram dentro do esperado, apesar da falta de recursos humanos em toda federação brasileira, a conscientização dada pelos coordenadores de ação e o apoio dado pelo Senhor Secretário da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA foram os trunfos para o melhor desempenho por parte dos Fiscais Federais Agropecuários - FFA's, técnicos e pessoal administrativo no exercício de 2008;

O fortalecimento do Serviço de Defesa Sanitária Animal e Vegetal;

Revisão/Atualização da legislação, com ampla participação de órgãos públicos e privados, Superintendências Federais de Agricultura – SFAs e Câmaras Setoriais, bem como Departamentos e Coordenações da SDA com uma ação maior de execução das atividades de fiscalização e inspeção vegetal realizada pelos Serviços de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG’s, com a coordenação da sede do Departamento de Inspeção de Produtos Vegetais – DIPOV.

O Regime Especial de Fiscalização e as parcerias estabelecidas com o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor - DPDC do Ministério da Justiça, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e vigilâncias sanitárias, integrando as ações de combate as fraudes juntamente com o Código de Autenticidade e uso de papel especial para emissão de Certificados Sanitários Internacionais.

3. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Garantir a segurança alimentar.

O grau de contribuição dos resultados do Programa para o alcance do objetivo setorial foi dentro do esperado. Todas as ações do programa foram desenvolvidas com vistas ao citado objetivo setorial, sendo que as ações foram desempenhadas e realizadas dentro do programado. Existem ainda, algumas restrições como a regulamentação dos temas deste programa, bem como a melhoria do sistema informatizado de gestão das atividades relacionadas ao programa.

4. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

A cobertura do público alvo foi dentro do esperado e isso ocorreu em função do atendimento aos produtores de matéria prima de origem agrícola utilizada em vinhos e bebidas, mercados internos e externos, indústrias pro-

dutoras e consumidores. A avaliação da conformidade dos produtos agropecuários sobre o controle do Mapa vegetal e animal, no geral ficaram dentro do esperado, tendo em vista maior presença da fiscalização nas indústrias, produtores e com ações focadas no combate à fraude econômica e rotulagem enganosa, ainda sim ressaltando a grande participação desses setores na elaboração de regulamentos técnicos e de acordo com as Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento atingimos em 82,50% no atendimento ao público alvo.

5. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O Programa não avalia a satisfação dos beneficiários devido a falta de metodologia adequada. Busca-se sanar este problema respondendo a todas as denúncias e dúvidas enviadas pelo público por meio da ouvidoria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa.

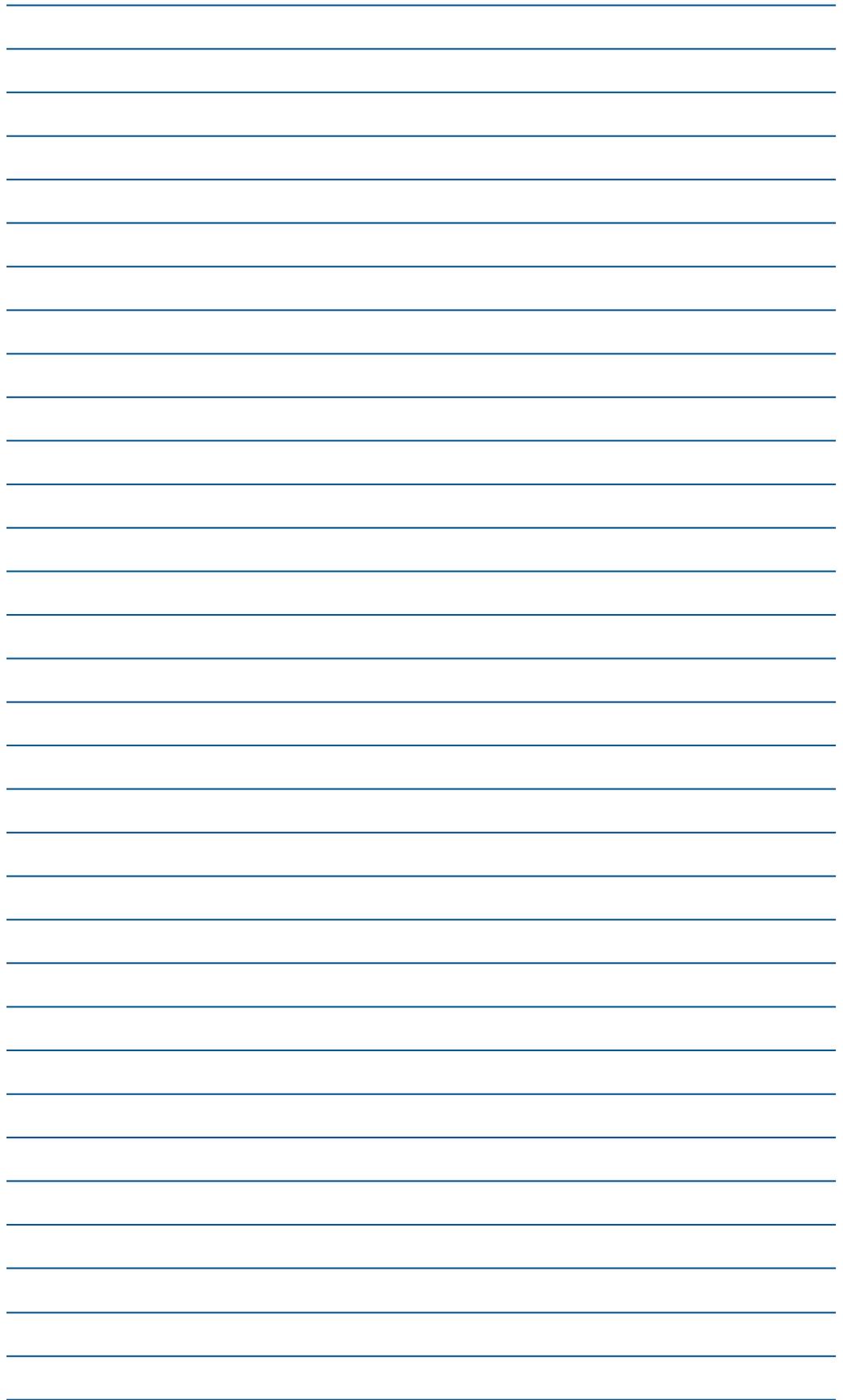
6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O Programa utiliza como canal de promoção da participação social os seguintes mecanismos:

- a) **Ouvidoria:** A Ouvidoria do Mapa tem encaminhado demanda às áreas técnicas em geral relacionadas com denúncias de irregularidades de produtos vegetais e animais;
- b) **Audiência Pública:** Sempre estamos recebendo demandas de informações para subsidiar audiências públicas;
- c) **Consulta Pública:** Nossas normas antes de serem publicadas passam por consulta pública e Consultoria Jurídica – CONJUR;
- d) **Reunião com grupos de interesse:** Frequentemente há reuniões com entidades privadas e de outros órgãos governamentais para discussão de normas a serem implantadas;

e) **Discussão em Conselho Setorial:** Câmaras Setoriais do Mapa.

As principais contribuições da participação social do Programa se dão pela transparência, otimização e confluência na apresentação de demandas dos grupos de interesse e outros órgãos públicos ao Mapa, bem como uso do mecanismo resultante em normativos mais condizentes com a realidade do mercado, com foco principal na sociedade (consumidor).



Secretaria Executiva **Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento**